



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RÔMULO JOSÉ BENITO DE FREITAS GONZALES

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE E A PRESERVAÇÃO  
DE MONUMENTOS HISTÓRICOS (1910 – 1930)

Recife

2017

RÔMULO JOSÉ BENITO DE FREITAS GONZALES

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE E A  
PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS (1910 –  
1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora:** Professora Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Recife

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Nome da Biblioteca, Recife-PE, Brasil

G635a Gonzales, Rômulo José Benito de Freitas  
Arquidiocese de Olinda e Recife e a preservação de monumentos históricos  
(1910 – 1930) / Rômulo José Benito de Freitas Gonzales. – 2017.  
161 f. : il.

Orientadora: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, BR-PE, 2017.  
Inclui referências e anexo(s).

1. Igreja Católica, Arquidiocese de Olinda e Recife (PE) 2. Patrimônio cultural  
3. Monumentos – Conservação e restauração I. Oliveira, Ana Lúcia do Nascimento,  
orient. II. Título

CDD 981.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE E A PRESERVAÇÃO DE  
MONUMENTOS HISTÓRICOS (1910 – 1930)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR:

RÔMULO JOSÉ BENITO DE FREITAS GONZALES

APROVADA EM: 20/01/2017

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira  
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em História - UFRPE

---

Prof. Dra. Suely Cristina Albuquerque de Luna  
Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

---

Prof. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro  
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Para o Desenvolvimento do  
Nordeste – UFPE

Para **Lúcia, Maria e Angelina,**  
os grandes amores da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Chegado o momento da conclusão deste trabalho, olho para trás e vejo o quanto tenho que agradecer o apoio de tantas pessoas que me possibilitaram chegar até aqui.

Agradeço primeiramente a **Deus**, pela força para seguir em frente e pela fé em dias melhores.

As três graças da minha vida: minha mãe **Lúcia de Fátima**, minha avó e segunda mãe **Maria José** e minha irmã **Angelina**. Tenho muita sorte por ter em minha vida três grandes exemplos de mulheres como família.

À minha orientadora **Ana Nascimento**, a quem serei eternamente grato pelo apoio e pela acolhida mais que generosa.

A **Emanuela Sousa Ribeiro**, grande referência humana e profissional, a quem agradeço sua grande ajuda neste e em outros trabalhos. Sua atenção, carinho, paciência durante esses anos foram fundamentais em minha vida.

A **Flávio Amaral**, amigo de longas datas, onde juntos vivemos as alegrias e as angústias da vida acadêmica (e não acadêmica também). Meu muito obrigado por tudo.

Merecem meu eterno agradecimento os amigos **Fred Pedrosa** e **Juliana Leite**, obrigado pela paciência, carinho e amizade. As melhores lembranças desse mestrado, são as que tenho com vocês!

À professora **Suely Luna** pelas contribuições feitas ao trabalho desde a banca de seleção até a banca de qualificação que muito me ajudaram.

Ao grande **Rafael Cipriano**, secretário do PGH, que com muita simpatia me ajudou a resolver as diversas situações que precisei durante o mestrado.

Não poderia deixar de agradecer a todos os profissionais das instituições que pesquisei, em especial as equipes do **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano** e a **Biblioteca Pública do Estado** que se esforçaram bastante para me atender da melhor maneira possível.

Agradeço também ao valioso apoio da equipe da Matriz da Madre de Deus, em especial ao pároco **Frei Rinaldo** e a **Adriano Carvalho** pela disponibilidade e atenção com essa pesquisa.

Devo um agradecimento especial a **Bruno Freitas**, amigo de longas datas que tanto me apoiou desde a seleção e aos amigos da Museologia em especial a **Cintia, Jéssica, Rosélia, Amanda, Rudá e Gilvanildo** pela presença constante nesse período.

À **Lourdinha Campos** pelo carinho e pela valiosa ajuda com os esquemas gráficos da dissertação.

Meus agradecimentos são ainda aos **meus alunos da graduação em Museologia da UFPE**, com quem tanto tenho aprendido.

À **Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco** pela concessão da bolsa no primeiro ano do mestrado.

“Naquele dia tornarei a levantar o tabernáculo caído de Davi, e repararei as suas brechas, e tornarei a levantar as suas ruínas, e o edificarei como nos dias da antiguidade.”

**(Amós 9:11)**

## RESUMO

Este trabalho procura entender o processo de formação do pensamento preservacionista da Arquidiocese de Olinda e Recife entre os anos de 1910 e 1930, período que corresponde à reforma da Sé de Olinda (1910) e a restauração da Igreja da Madre de Deus (1930). Evocando um discurso de preservação histórica, a Sé de Olinda sofreu uma intervenção caracterizada como restauração, que sob o argumento da preservação do templo, descaracterizou o mesmo, modificando o seu aspecto primitivo. Trinta anos depois, a Igreja da Madre de Deus foi restaurada seguindo critérios científicos. Entre esses dois projetos há uma diferença significativa da postura da Arquidiocese, provocada pelas críticas recebidas pela sua atuação, sobretudo a partir da reforma da Sé de Olinda e da demolição da Matriz do Corpo Santo, que fomentaram a discussão por uma política de preservação histórica em Pernambuco. Para a realização desse trabalho, realizou-se pesquisa de fontes primárias a partir de periódicos de grande circulação da época e como referencial teórico os conceitos como campo, agentes, posições, estratégia, capitais, do sociólogo Pierre Bourdieu (1996; 2001; 2004; 2007; 2009).

**Palavras-chave:** Arquidiocese de Olinda e Recife; História do Patrimônio; Restauração.

## ABSTRACT

This work tries to understand the process of formation of the preservationist thought of the Archdiocese of Olinda and Recife between 1910 and 1930, a period that corresponds to the reform of the Sé Cathedral of Olinda (1910) and the restoration of the Madre de Deus Church (1930). Invoking a discourse of historical preservation, the Sé Cathedral of Olinda suffered an intervention characterized as restoration, which under the argument of the preservation of the temple mischaracterized the same, modifying your primitive appearance. Thirty years later, the Madre de Deus Church was restored following scientific considerations. Between these these two projects there is a significant difference in the attitude of the Archdiocese, provoked by the reviews received by the your action, especially since the reform of the Sé Cathedral of Olinda and the demolition of the Corpo Santo Church, which fomented the discussion for a historical preservation politic in Pernambuco. In order to carry out this work, research was carried out on primary sources from journals of great circulation at the time and as a theoretical reference the concepts such as field, agents, positions, strategy, capitals, of the sociologist Pierre Bordieu (1996; 2001; 2004; 2007; 2009).

**Keywords:** Archdiocese of Olinda and Recife; History Heritage; Restoration.

## **LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS**

- 5º Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - PE/  
Biblioteca Almeida Cunha
- Arquidiocese de Olinda e Recife
- Arquivo Nacional
- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
- Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
- Fundação Joaquim Nabuco/Biblioteca Blanch Knopf
- Fundação Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital
- Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
- Paróquia de São Frei Pedro Gonçalves/Matriz da Madre de Deus
- Universidade Católica de Pernambuco/Biblioteca Central Pe. Aloísio M. de Carvalho

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Memória Descritiva do Projeto de Melhoramentos do Porto do Recife de autoria de Alfredo Lisboa, 1888 (adaptado). Em destaque, a Matriz do Corpo Santo..	42
<b>Figura 2</b> - Planta-trecho do Bairro do Recife com o Projeto de Duas Avenidas – Subcomissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Recife, 1910 (adaptado). Em destaque, a Matriz do Corpo Santo .....	45
<b>Figura 3</b> - Projeto de reforma da Sé de Olinda .....	61
<b>Figura 4</b> - Aspecto interno da Sé de Olinda antes da reforma .....	64
<b>Figura 5</b> - Foto do andamento das obras da Sé .....	67
<b>Figura 6</b> - Tribunas da nave da Basílica do Carmo .....	85
<b>Figura 7</b> - Fachada da Igreja da Madre de Deus antes da intervenção.....	129
<b>Figura 8</b> - Esquema da Fachada Leste da Igreja da Madre de Deus antes da restauração (adaptado) .....	130
<b>Figura 9:</b> Esquema da Fachada Leste da Igreja da Madre de Deus após a restauração (adaptado) .....	131
<b>Figura 10:</b> Esquema da Fachada Sul da Igreja da Madre de Deus antes da restauração (adaptado) .....	132
<b>Figura 11:</b> Esquema da Fachada Sul da Igreja da Madre de Deus após a restauração (adaptado) .....	132
<b>Figura 12:</b> Obras de restauração da Igreja da Madre de Deus .....	133

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Paróquias criadas nas cidades de Recife e Olinda até 1910 .....	40
<b>Tabela 2</b> - Lista dos Monumentos selecionados para serem protegidos pela Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais (adaptado) .....	108

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo A</b> - Carta Pastoral de 20 de fevereiro de 1910 .....	152
<b>Anexo B</b> - Circular nº 7 .....	154
<b>Anexo C</b> - Circular de criação da Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra .....	158

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
1 ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE E PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS: DEFINIÇÕES NECESSÁRIAS .....	23
1.1 A história da preservação dos monumentos históricos .....	23
1.2 A formação do campo patrimonial brasileiro .....	29
1.3 A Igreja como agente do campo patrimonial.....	33
2 EM MEIO A DESTRUÇÃO: DOM LUIS RAIMUNDO DA SILVA BRITO.....	38
2.1 O tempo é de reformas.....	38
2.2 O Corpo Santo tem preço: 500 contos de réis.....	41
2.2.1 O acordo.....	47
2.3 Uma nova Catedral para uma nova Arquidiocese: a reforma da Sé de Olinda .....	56
2.3.1 O projeto .....	60
2.3.2 As obras .....	66
3 O INÍCIO DAS CRÍTICAS: DOM SEBASTIÃO LEME .....	71
3.1 O novo arcebispo de Olinda .....	71
3.2 A venda do Palácio da Soledade .....	72
3.2.1 A repercussão .....	77
3.3 Um novo tipo de reforma: a Basílica do Carmo e a Matriz da Boa Vista .....	79
3.3.1 A opinião dos “especialistas” e a busca da unidade estilística .....	81
3.4 Para onde vai a Catedral? .....	88
3.4.1 A Catedral do Recife .....	92
3.5 Lidando com as críticas .....	94
4 LIDANDO COM OS NOVOS TEMPOS: DOM MIGUEL VALVERDE .....	100
4.1 O clero e o discurso da preservação histórica .....	100
4.2 Lidando com a nova legislação .....	105
4.2.1 O contra-ataque: a Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra .....	109

4.2.2 Uma lei municipal de preservação histórica .....	112
4.3 Sob a vigilância da Inspetoria .....	117
4.4 O acerto de contas com o passado: a restauração da Igreja da Madre de Deus..	120
4.4.1 As instituições em crise .....	124
4.4.2 Um restauro estilístico.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	135
REFERÊNCIAS .....	138
ANEXOS .....	152

## INTRODUÇÃO

A primeira década do século XX começou agitada em Recife. Planos de remodelação urbana prometeram desenvolver o centro antigo da cidade. Nesse meio tempo, chega a Recife em 1901, Dom Luís Raimundo da Silva Brito para assumir o governo da então Diocese de Olinda. De personalidade marcante, procurou se fazer presente entre a sociedade e meio político local.

Assim que se estabeleceu em Recife, Dom Luís procurou alinhar seu pensamento em consonância com a política local, seguindo o caminho adotado pelo clero brasileiro durante a República Velha que buscava recuperar o poder perdido com a separação da Igreja e do Estado. Assim, foi testemunha do governo em processos de desapropriações emblemáticas como a Igreja do Corpo Santo, primeira igreja construída no Recife e o Arco da Conceição, ambos demolidos em 1913 em favor do processo de reformulação do Porto do Recife:

Nesse movimento de reforma urbana, Dom Luís apresenta a proposta de se reformar a Catedral de Olinda. Para tanto, apresentou seu projeto a sociedade local e foi prontamente apoiado pelas autoridades. A seu favor, utilizou o recém-criado jornal *A Tribuna Religiosa*, publicação semanal autoral da Arquidiocese, a e subscrição de donativos. O projeto por ele apresentado transformou o templo colonial em um templo de características neogóticas, com a perda de quase todos os elementos decorativos primitivos.

Em um período que inexistia uma política de preservação, Dom Luís Brito apresentou em seu discurso uma ideia de preservação em que glorificou a história do templo, mas que não justificou a manutenção dos elementos físicos que atestavam a sua historicidade.

Após oito anos de reforma, a Sé de Olinda foi solenemente reinaugurada em 24 de agosto de 1919 por Dom Sebastião Leme, que sucedeu a Dom Luís Brito após a sua morte em 1915. Nesse período surgem os primeiros questionamentos sobre como a Arquidiocese vinha lidando com seus momentos. Avenida do Palácio da Soledade aos Padres Jesuítas em 1916, obrigou a Arquidiocese a se explicar pela primeira vez

A primeira década do arcebispado de Dom Miguel de Lima Valverde (1922-1951) foi marcada por um intenso debate em Pernambuco sobre preservação

histórica. Nesse período, intelectuais como Anníbal Fernandes e Mário Melo começaram a atuar publicamente em favor de uma política de preservação no Estado. Eventos com a reforma da Sé de Olinda e a desapropriação da Matriz do Corpo Santo foram muito lembrados no sentido de se criar uma lei de preservação histórica no estado.

Após longa campanha, o governador Estácio Coimbra criou a Inspetoria Estadual do Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga em 1929, sendo nomeado Annibal Fernandes como seu primeiro diretor. Seguindo as recomendações de Roma e em “consonância” com a criação da Inspetoria de Monumentos Antigos em Pernambuco, Dom Miguel Valverde criou em 10 de maio de 1929 a Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra, vinculado à estrutura administrativa da Arquidiocese. Idealizada ainda no arcebispado de Dom Sebastião Leme (1916-1921), a criação da comissão foi bastante elogiada pela opinião pública que via nessa atitude um esforço da Arquidiocese em preservar os bens históricos da Igreja.

Ao longo do mês de março de 1930, foi publicado em diversos jornais locais o edital para o Concurso de projeto para “restauração” da Igreja da Madre de Deus, onde estavam presentes as recomendações pormenorizadas dos parâmetros a serem seguidos para a entrega do projeto. A restauração do templo foi a solução encontrada para resolver a antiga questão da desapropriação da Matriz do Corpo Santo que ainda sem encontrava pendente.

A partir dos dados constatados, nosso trabalho tem a seguinte questão norteadora: qual a participação de fato da Arquidiocese de Olinda e Recife na preservação de bens religiosos no início do século XX? Inexistindo uma política de preservação efetiva como o tombamento, criado em 1937, quais as atitudes efetivas que a Arquidiocese tomou para proteger seu patrimônio?

Entendendo que, desde a polêmica reforma da Sé em 1911 até a restauração da Igreja da Madre de Deus em 1930, a Arquidiocese sempre se colocou em favor da preservação dos monumentos, justificando as intervenções que apoiou em favor da manutenção da memória dos mesmos.

Assim, justificamos esse estudo como uma colaboração ao estudo da história do patrimônio no Brasil, tomando por análise imediata o patrimônio religioso das cidades de Recife e Olinda, que juntas possuem um importante acervo histórico tombado. O nosso recorte cronológico compreende um período importante por

fomentar a discussão sobre o conceito de patrimônio no Brasil, anterior a uma política efetiva de preservação.

A Arquidiocese, nesse momento, pareceu protagonizar uma série de atitudes, de certo modo, ambíguas, que acabaram por destruir ou descaracterizar importantes monumentos religiosos sob sua jurisdição. Paradoxalmente, nesse momento a Arquidiocese contribuiu na formação do ainda nascente campo patrimonial brasileiro através de iniciativas que acabaram por se tornar referências na área como a restauração da Igreja da Madre de Deus em 1930.

Apesar de já existirem uma relativa produção acadêmica sobre a história do patrimônio brasileiro, nos chamou a atenção a quase que ausência de estudos que relacionem a Igreja Católica à preservação de bens culturais no Brasil. Assim, nosso estudo pretende superar essa lacuna historiográfica ao apresentar o pensamento preservacionista da Arquidiocese de Olinda e Recife no período estudado, relacionando com as normativas da Igreja sobre o assunto.

Ao se escolher o que deve ser preservado, também se escolhe o que não deve ser preservado. Entre as novas discussões propostas pela Nova História Cultural, a temática do patrimônio emerge dessa discussão, sobretudo na atuação dos agentes que permeiam a sua dinâmica, Para Hunt (1992), as inovações no domínio da história não significaram “simplesmente a proposta de um novo conjunto de temas para investigação, mas um questionamento de métodos, fontes, abordagens e conceitos” (1992, p.13).

A crise do marxismo e do estruturalismo, as duas concepções teóricas e metodológicas que foram marcantes na segunda metade do século XX, os historiadores tiveram que repensar os conceitos e os próprios domínios da História, abrindo novos campos de investigação histórica e provocando uma profunda reflexão sobre a disciplina. Assim, “como resultado dessa visão multidisciplinar e dos desafios teóricos enfrentados, fez-se necessário, ainda, apoiar a análise em documentos históricos que dessem sustentação a temas até então inexplorados ou que permitissem a retomada de outros, a partir de outros olhares” (SAMARA & TUPY, 2007, p. 44).

Atualmente, reconhece-se que “o como fazer história é também produto de uma época determinada, de uma situação histórica peculiar. E que, assim sendo, ela impôs-se como um domínio autônomo do conhecimento humano” (SAMARA & TUPY, 2007, p. 17). O historiador, reconstrói os acontecimentos das histórias passadas,

informando aos seus leitores o esquema interpretativo no qual se descobre o passado problematizado, demonstrando através dos seus recursos narrativos, metodológicos e teóricos empregados. “Montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo” (PESAVENTO, 2004, p. 65).

Essa pesquisa foi a continuação do trabalho de conclusão de curso do autor, que estudou a atuação do bispo Dom Luís Brito frente à reforma da Sé de Olinda entre os anos de 1910 e 1915. Sob o título “*O Dom da destruição: a reforma da Sé de Olinda no início do séc. XX*”, o trabalho discutiu a reforma a que foi submetida a templo que transformou o templo colonial em outro de estilo neogótico.

Existe uma pequena, mas relevante quantidade de obras que trataram do objeto dessa dissertação e são importantes referências para o nosso trabalho. O primeiro trabalho que destacamos é o livro da arquiteta Cátia Wanderley Lubambo intitulado “*O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*” (1991b). O presente trabalho é uma obra de referência nos estudos sobre a reforma urbana do Recife no início do século XX, onde extraímos valiosas informações sobre o processo de desapropriação da Matriz do Corpo Santo.

Outro importante trabalho que tratou sobre a Matriz do Corpo Santo é a monografia “*A Igreja do Corpo Santo do Recife*” (1991) de autoria de André Lemoine Neves que discorreu sobre a evolução histórica do templo desde o século XVI até a sua demolição em 1913.

Em relação aos bens religiosos trabalhados na nossa dissertação encontramos poucas, mas importantes referências como o livro “*Sé de Olinda*” (1985) de autoria de José Luís da Mota Menezes, que através de extensa pesquisa bibliográfica e documental, abordou as várias intervenções sofridas pelo templo desde a sua construção no século XVI até o projeto de restauro de sua autoria executado entre 1974 e 1976.

Também destacamos a obra “*A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936*” (1986), de autoria do Padre Ferdinand Azevedo que tratou do processo de instalação da Ordem dos Jesuítas em Pernambuco, ressaltando a interferência da Arquidiocese em viabilizar a sua instalação que acarretou na venda do Palácio da Soledade, outro evento que marcou significadamente a discussão por uma política preservacionista nos anos 1910.

Outro trabalho que foi de extrema importância para a nossa pesquisa foi a dissertação de Rodrigo José Cantarelli Rodrigues intitulada “*Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*” (2012). Tal trabalho abordou todo o processo de criação da Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais em 1929, destacando o trabalho do jornalista Annibal Fernandes, um dos símbolos da causa preservacionista em Pernambuco. Além disso, o trabalho traçou um panorama, da causa preservacionista em Pernambuco na década de 1920, pontuando as polêmicas entre os intelectuais e a Arquidiocese.

O livro de Ivo Porto de Menezes, “*Bens Culturais da Igreja*” (2006) é um dos poucos trabalhos no Brasil a se dedicar a estudar a relação da Igreja Católica e o seu patrimônio histórico. Apesar do autor destacar os parâmetros atuais de preservação, ele nos trouxe um importante estudo histórico sobre a evolução das normativas instituídas pela Igreja no sentido de preservar o seu patrimônio.

Outros trabalhos que dialogaram com a nossa pesquisa foram a dissertação e a tese de Severino Vicente da Silva intituladas respectivamente “*A Primeira guerra na Tribuna Religiosa: o nascimento da neo cristandade*” (1985) e “*Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja Progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife*” (2003). Ambos os trabalhos estudaram diretamente a Arquidiocese e seus arcebispos no período da nossa pesquisa, nos fornecendo informações de grande importância para o nosso trabalho.

Buscamos assim, através das diversas produções, tratar de alguns aspectos não visitados das demais publicações, pois o nosso foco de nossa análise procurou compreender a relação da Igreja com a formação do campo patrimonial brasileiro. Para tanto, nossa abordagem buscou entender a relação da Arquidiocese com o meio social, pois “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982, p. 66).

Nossa estrutura de análise se apoiou teoricamente em conceitos propostos pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1930 – 2002), tais como campo, agentes, posições, estratégia, capitais, que se mostraram viáveis à nossa problemática.

Os periódicos se constituíram em importantes fontes historiográficas para a nossa pesquisa. Assim, pesquisamos jornais como *Tribuna Religiosa*, o jornal publicado pela Arquidiocese, onde encontramos os posicionamentos oficiais dos arcebispos. Também pesquisamos jornais de grande circulação como *Diário de*

*Pernambuco, A Província, Jornal Pequeno e Jornal do Recife*, que publicavam com frequência atos da Arquidiocese, e cada um a seu modo, publicavam artigos apoiando ou não os atos da Arquidiocese. Grande parte desses periódicos foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional através da busca sistemática por palavras-chaves de interesse da nossa pesquisa.

Como grande parte da nossa pesquisa se deu em jornais, onde se fez necessário colocar algumas questões como: quem eram as pessoas que tinham interesse ou acesso a aquele jornal? Qual o discurso político e ideológico do editorial de determinado jornal? Para trabalharmos com essa fonte, seguimos a proposta de Luca (2008, p. 72) que orienta: encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série; localizar a(s) publicação(ões) na história da imprensa; atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade, assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo e caracterizar o material iconográfico presente, dentre outros.

Durante a nossa pesquisa também foram consultados: os arquivos da Cúria Metropolitana; a Coleção Mário Melo, arquivado no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e o arquivo da 5ª Superintendência da Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Apesar destas instituições disporem de um rico acervo documental, não encontramos muitos documentos que ajudassem na nossa pesquisa, pois não guardavam documentação sobre a nossa temática.

Nosso trabalho é estruturado em quatro capítulos, que correspondem parcialmente aos governos de Dom Luís Raimundo da Silva Brito (1901 – 1915), Dom Sebastião Leme (1915 – 1921) e Dom Miguel Valverde (1921 – 1951) nos quais buscamos interpretar a atuação dos arcebispos frente à preservação de seus monumentos históricos.

Tal escolha se deu sobretudo por questões didáticas, já que como na qualidade de arcebispos, os mesmos eram os responsáveis pelas políticas implantadas na Arquidiocese. Por questões práticas, preferimos manter a grafia original das fontes consultadas.

O primeiro capítulo *Arquidiocese de Olinda e Recife e a preservação de monumentos históricos: definições necessárias*, apresentamos os conceitos norteadores da nossa pesquisa e discutimos a relação entre a Igreja Católica e a formação do campo patrimonial brasileiro.

O segundo capítulo, intitulado *Em meio a destruição: Dom Luís Raimundo da Silva Brito*, abordamos o governo de Dom Luís Brito no período de 1910 a 1915, que corresponde à sua ascensão como arcebispo de Olinda. Nesse capítulo, trabalhamos sobretudo com o processo de desapropriação da Matriz do Corpo Santo e a reforma da Sé de Olinda, obras emblemáticas que marcaram o governo de Dom Luis.

O terceiro capítulo, que tem por título “*O início das críticas: Dom Sebastião Leme*” procuramos entender as ações por parte do arcebispo Dom Sebastião Leme, sobretudo a venda do Palácio da Soledade e ascensão de intelectuais que começaram a criticar o tratamento dado pela Arquidiocese aos seus bens históricos.

No terceiro e último capítulo, intitulado “*Lidando com os novos tempos: Dom Miguel Valverde*”, foi abordado a atuação do arcebispo Dom Miguel Valverde frente às críticas de intelectuais como Annibal Fernandes e Mario Melo, em favor de uma política de preservação histórica no estado. Em um contexto cultural e social diferente dos seus antecessores, Dom Miguel assistiu à criação da Inspetoria de Monumentos Antigos, órgão criado para fiscalizar bens de interesse histórico em Pernambuco. O arcebispo também foi o responsável pelo desfecho do processo de desapropriação da Matriz do Corpo Santo que se finalizou com a restauração da Igreja da Madre de Deus.

# 1 ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE E A PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS: DEFINIÇÕES NECESSÁRIAS

## 1.1 A história da preservação dos monumentos históricos

Segundo Beatriz Mugayar Kühl (2006) a preservação dos bens culturais, como entendemos na atualidade, começou a se desenhar mais claramente no século XV, momento em que as intervenções em obras antigas perderam o caráter prático e utilitário e, passaram a ter motivação cultural.

Nesse sentido, a Igreja Católica tem participação efetiva, sobretudo após o longo exílio de Avignon (1309-1377), quando o papado retorna a Roma e encontra a cidade abandonada, com vários de seus antigos monumentos devastados, como o caso do *Coliseum*, que tinha sido transformado em uma pedreira. Inspirado pelo humanismo do *Quattrocento*, o papado começa a tomar medidas efetivas de preservação, como observa Cecília Londres Fonseca:

Não foi por acaso que Roma se tornou o berço da sensibilidade moderna. Ali se tinha acesso à presença simultânea de dois tipos de monumentos – os antigos, pagãos, e os cristãos – que remetiam a duas tradições distantes. Sintomaticamente, foi no século XV que ocorreram as primeiras medidas de preservação, empreendidas por papas através de bulas, visando à proteção de edificações antigas e cristãs. Também nesse momento ocorreu, no tratamento dos vestígios da Antiguidade greco-romana, o cruzamento de três discursos: o da perspectiva histórica, o da perspectiva artística e o da conservação (FONSECA, 2005, p. 56).

De fato, ao longo da sua história a Igreja Católica contribuiu direta ou indiretamente para a formação de uma política de preservação de monumentos antigos. Ainda no fim da antiguidade e início do medievo, a Igreja desempenhou um papel importantíssimo na preservação de edifícios remanescentes do império romano. Mesmo que involuntariamente, sua atuação nesse momento impediu que esses edifícios fossem destruídos, como observa Françoise Choay:

Razões práticas de economia, em primeiro lugar, adotadas em tempos de uma crise em que a população era dizimada, a construção dispendiosa, as tradições artesanais decadentes. No século VI, a atitude do papa Gregório I é exemplar. Em Roma, toma a si a tarefa de manutenção do parque imobiliário, e pratica uma política de reutilização que será continuada por seu sucessor Honório: as grandes residências patrícias são transformadas em mosteiros, suas salas de recepções em igrejas. Exteriormente, ele recomenda

aos missionários: “Não destruam os templos pagãos, mas só os ídolos que neles estão. Quanto aos edifícios, limitem-se a aspergi-los com água benta e neles colocar seus altares e relíquias” (CHOAY, 2001, p. 36).

Assim, com o surgimento do sentido de história, na Renascença criou-se a condição necessária para que se constitua a noção de monumento histórico. A mesma autora observa que a ação de preservação desses monumentos ainda se dá de forma aleatória:

A conservação dos edifícios (monumentos, grandes equipamentos e outros) tem lugar, necessariamente in situ. Ela provoca dificuldades técnicas muito diferentes. Está na dependência do domínio público e político, envolve mecanismos edílicos, econômicos, sociais, psicológicos complexos, que geram conflitos e dificuldades [...]. Contra as forças sociais de destruição que os ameaçam, os edifícios antigos têm, como única proteção – aleatória, se não derrisória – a paixão do saber e o amor pela arte” (CHOAY, 2001, p.52).

No contexto da contrarreforma, o Concílio de Trento (1545-1563) fez a igreja repensar os usos da arte em seus templos, em detrimento da preocupação dos reformistas que denunciavam a arte como um apelo sensorial, algo supérfluo e incompatível com os objetivos espirituais (TOLEDO, 1983, p. 94). Mas, logo o catolicismo entendeu que “a arte pode seduzir a alma, perturbá-la e encantá-la, emocioná-la nas profundezas não percebidas pela razão...”. O mesmo autor conclui:

Daí em diante a arte virou as costas para o classicismo, ao seu despojamento, ao seu rigor, à sua pureza, por vezes fria; torna-se barroca, feita de profusão e dinamismo, de sedução e do patético. É nesse sentido que o Barroco se afirma, como arte da Contrarreforma (TOLEDO, 1983, p. 94).

A sistematização das ações de preservação dos monumentos históricos só se efetiva com a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, a partir do momento em que o Estado assume sua proteção. Segundo Maria Cecilia Londres Fonseca, essa prática nasce com os Estados modernos, a partir de intelectuais que atribuíram valor a determinados monumentos:

Uma prática característica de Estados modernos, que, por meio de determinados agentes, recrutados entre intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para futuras gerações (FONSECA, 1997, p.11).

Para Chuva (2009), a preocupação com a conservação de objetos materiais pertencentes a todo um grupo-nação data do período pós-Revolução Francesa, de criação de uma “herança nacional”, em que a ideia de ruptura com um tempo perdido se fez presente. Nesse século, o nacionalismo exalta o valor dos monumentos nacionais como símbolos de identidade, o romantismo consagra o artista como indivíduo especial e exalta a beleza das ruínas e as artes e os artistas têm um reconhecimento especial (GRANATO; CAMPOS, 2013, p. 2).

Como explica Hobsbawn (1992, p. 12), o nacionalismo significa “fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente” (1990, p. 18). Essa noção vem ao encontro daquela difundida por Benedict Anderson, que entende nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente soberana” (ANDERSON, 1989, p. 14).

Apenas em 1837, na França, com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos, é que surge realmente uma política concreta do Estado para a preservação e conservação do patrimônio. Tal movimento está intimamente ligado ao terror revolucionário da Revolução Francesa, em que se promove uma grande destruição do patrimônio nacional francês, quando igreja e castelo são saqueados, nascendo assim a concepção de vandalismo. A política de preservação do patrimônio nacional francês teve exaustiva repercussão ao longo do século XIX, influenciando a formação do campo em outras regiões da Europa, e o Brasil no início do século XX.

Esse século também assistiu ao estabelecimento das discussões sobre as práticas efetivas de preservação. Há que se considerar que, conforme o conceito de patrimônio foi ampliando sua abrangência, outros valores foram incorporados à noção de preservação dos bens patrimoniais. É o caso do valor artístico dos monumentos, que constituem o patrimônio de diferentes culturas. Como explica Fonseca:

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da ideia de nação”. (FONSECA, 2009, p. 51).

Segundo Choay (2001), as primeiras iniciativas para a proteção do patrimônio histórico datam do período em que a Revolução Industrial provocou uma verdadeira transformação nas relações sociais e políticas das cidades. A antiga e tradicional

forma de trabalho foi substituída pela indústria com as cidades crescendo vertiginosamente em termos de território e urbanização.

Para Gonçalves (2002), as práticas preservacionistas nascem do embate entre a necessidade de conservar os monumentos numa tentativa de conjugar os tempos passado e futuro e também pela necessidade presente de salvar o que está em desaparecimento:

Nessa perspectiva, presente, assim como tudo o que é espacialmente próximo, aparecerá corroído por um processo de perda oposto àquela situação original – distante no tempo ou no espaço – definida por coerência, integridade e continuidade. Os efeitos desse esquema de pensamento em termos de práticas envolvendo os chamados patrimônios culturais será o de desenvolver um interminável trabalho de resgate, restauração e preservação de fragmentos visando a restabelecer uma continuidade com aquela situação originária. Embora haja um lamento constante em relação a esse processo de fragmentação e perda, ele, na verdade, não é apenas um fato exterior ao discurso, mas algo que coexiste com o esforço de preservação tal como aparece nos discursos sobre patrimônio cultural (GONÇALVES 2002, p. 24).

Grammont (2006), entende que “apesar do consenso institucionalizado da importância do Patrimônio Histórico não garantiu a conservação, sequer, dos monumentos selecionados”. No decorrer do século XIX, sucederam-se variados tipos de experiências acerca de métodos e técnicas de conservação e restauração com êxitos distintos.

A primeira definição do moderno conceito de restauração conhecida é aquela dada por Eugène Viollet-le-Duc no verbete “*Restauration*” do seu *Dictionnaire Raisonné de l’Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*, onde afirma que “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 29).

Segundo Choay (2006), simultaneamente ao trabalho de Viollet-le-Duc, surgem outras tendências na Inglaterra, com ideias opostas, protagonizadas por John Ruskin e William Morris. Contrapondo-se ao caráter intervencionista de Viollet-le-Duc, Ruskin entendia a restauração como a mais completa e bárbara destruição que poderia estar sujeito um edifício. Considerava impossível restituir um bem ao seu estado original, pois a alma dada ao prédio por seu “primeiro construtor” jamais poderia ser devolvida.

O restauro, segundo ele, era uma imitação da arquitetura passada criando-se assim uma réplica e um falso histórico, pois o novo estado pertenceria a uma nova

época. Assim, o processo causava a perda da sua autenticidade, afetando seus valores poéticos, defendendo a conservação como método de preservação.

A contribuição de Ruskin para a teoria do restauro se deu sobretudo a partir da publicação do livro *The Seven Lamps of Architecture* em 1849. Sua abordagem ideológica é essencialmente romântica e nostálgica. Para Ruskin, o trabalho das gerações passadas confere, aos edifícios que nos deixaram, um caráter sagrado. Qualquer intervenção sobre essas “reliquias” é um sacrilégio Restaurar significa “a mais completa destruição que um edifício pode sofrer”, a “coisa é uma mentira absoluta” (CHOAY, 2006, pp. 154-155).

Segundo Choay (2006) no final do século XIX, a hegemonia do pensamento de Viollet-le-Duc começa a ser abalada por uma postura mais questionadora, graças aos progressos da arqueologia e da história da arte. Nesse contexto, Camillo Boito, partindo das ideias de Ruskin e Viollet-le-Duc formula a sua teoria tentando conciliá-las.

Boito entendia que a restauração só deveria ser praticada quando todos os outros meios de salvaguarda tivessem fracassado. Assim, escreveu um conjunto de diretrizes para a conservação e a restauração dos monumentos históricos, conseguindo diferenciar pela primeira vez os conceitos de restauração e conservação. Segundo Boito a restauração deveria dar:

[...] ênfase no valor documental dos monumentos, que deveriam ser preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados; evitar acréscimos e renovações, que, se fossem necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto; os complementos de partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo se seguissem a forma primitiva, ser de material diverso ou ter incisa a data de sua restauração ou, ainda, no caso das restaurações arqueológicas, ter formas simplificadas; as obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos ou, mesmo, pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos somente admitida se tivessem qualidade artística manifestamente inferior à do edifício; registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase antes, durante e depois da intervenção, devendo o material ser acompanhado de descrições e justificativas e encaminhadas ao Ministério da Educação; colocar lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas (BOITO, 2003, p. 21).

No final do século XIX e início do XX, o valor artístico se equiparou ao valor histórico destes bens e, passou a ser determinante para as interferências

restaurativas, como assinalou Alöis Riegl na obra *O culto moderno aos monumentos*, publicada em Viena em 1903 (RIEGL, 2014). O valor artístico dos bens patrimoniais passou a ser considerado relevante na área da conservação e da restauração, e tornou-se importante nas discussões das questões relativas às interferências no patrimônio cultural.

Já a partir das primeiras décadas do século XX, tratou-se de consolidar a ideia de conservar o que chegou até o presente, eliminando os agentes de degradação. A ideia de restauro por reconstrução começou a ser questionada no início do século XX e se consagra nos anos 1930 com a Carta de Atenas<sup>1</sup>, na qual afirma-se “uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios”. Concluindo: “Nos casos em que uma restauração pareça indispensável, [...] a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado” (CARTA de Atenas, 2000, p. 33).

A noção de monumento estendeu-se nos últimos anos, não se tratando mais de uma ideia erudita na qual apenas alguns exemplares de excepcional valor são preservados. Desde a década de 1960, percebe-se um extenso movimento no sentido de ampliar aquilo que se entende por patrimônio, que passa a incorporar bens de tipologias mais diversas e de períodos mais recentes, mas tal ampliação conceitual não anulou a contribuição das teorias acima colocadas.

O patrimônio pressupõe atribuição de significados que mudam com o tempo e com a sociedade vigente. O sentido da preservação “não é pela materialidade existente, mas pela representação, evocação ou memória que lhe é inerente” (SOUZA FILHO, 1999, p. 13).

Segundo POULOT (2009, p. 13), o patrimônio depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização [...] e da construção das identidades. Assim, a preservação do patrimônio cultural não busca perpetuar o passado, mas sim ser referência para as sociedades se reconhecerem e construírem os seus valores.

---

<sup>1</sup> As cartas patrimoniais são documentos produzidos por instituições ou encontros, onde os seus signatários discutem temáticas pertinentes a preservação de monumentos históricos. O primeiro documento conhecido como carta patrimonial é a Carta de Atenas, fruto do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos em 1931.

## 1.2A formação do campo patrimonial brasileiro

Segundo Dócio (2014, p. 16), as concepções de patrimônio histórico e preservação começaram a ser discutidas no Brasil durante a segunda metade do século XIX, surgindo como ação política sobre o processo cultural da formação da nacionalidade.

Segundo Chuva (2009, p. 43), na virada do século XIX para o XX, a noção de patrimônio pressupunha uma consciência de historicização e de ruptura com o passado. Embora a pretensão fosse a continuidade do tempo percorrido, somente um sentimento de pertencimento a um novo tempo possibilitaria a formulação da noção de conservação de algo precioso e ameaçado pela perda.

Santos (1992, p. 6) explica que o nacionalismo dominou o horizonte histórico da intelectualidade brasileira da primeira metade do século XX, com repercussões no campo da política e da cultura, tendo como traço principal a preocupação em construir a ideia de nação.

Na intenção de entender o nascente campo patrimonial brasileiro, nos apoiamos no conceito de campo do sociólogo Pierre Bourdieu (1930 – 2002). Para o autor, os *campos* podem ser entendidos por espaços sociais onde as ações individuais e coletivas se dão por meio de uma normatização, de relações sociais constituindo uma área de atuação específica de determinado grupo. Assim, os *campos*:

[...] só podem funcionar na medida em que haja agentes que invistam neles, nos mais diferentes sentidos do termo investimento, e que lhes destinem seus recursos e persigam seus objetivos, contribuindo, assim, por seu próprio antagonismo, para conservar-lhes as estruturas, ou, sob certas condições, para transformá-los (2003a, p. 51).

Partindo do conceito de Bourdieu, podemos identificar a existência de um campo intelectual no Brasil no início do século XX, cujos membros envolvidos em um projeto de construção da identidade nacional desenvolveram as primeiras iniciativas preservacionistas no país. Para Bourdieu, os intelectuais estão inseridos no debate sobre a estrutura da sociedade assim como todos os demais agentes sociais. Assim, o funcionamento do campo intelectual é semelhante ao funcionamento dos demais campos:

De um certo ponto de vista, o campo literário (ou o científico) é um campo como todos os outros (contra todas as formas de hagiografia

ou, simplesmente, contra a tendência de pensar que os universos sociais onde são produzidas essas realidades de exceção que são a arte, a literatura ou a ciência só podem ser totalmente diferentes, diferentes sob todos os aspectos): trata-se de uma questão de poder (BOURDIEU, 2004, p. 174).

Para Bourdieu (1996), cada elemento do *campo* é um *agente*, e os agentes de cada campo compartilham um conjunto de ‘capitais’ comuns. Todos os campos possuem características próprias, com dinâmicas e capitais específicos. Segundo Ribeiro (2009, p. 97), os *campos* são os espaços em que as redes e relações sociais constituem uma área de atuação específica de determinado grupo, gerando lucro social – campo intelectual, campo religioso, campo da política formal, entre tantos outros campos, que podem ainda dar origem a subcampos, divisões internas dos campos.

[...] cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital (incorporado ou materializado), como instrumentos de apropriação do produto objetivado do trabalho social acumulado, define o estado das relações de força – institucionalizadas em estatutos sociais duradouros, socialmente reconhecidos ou juridicamente garantidos - entre agentes objetivamente definidos pela sua posição nestas relações (BOURDIEU, 1998, p. 135).

Tomando as análises de Bourdieu como referência, podemos identificar a existência de um campo intelectual brasileiro durante o final do século XIX e início do século XX que discutiu a questão da Identidade Nacional. Pécault (1990), entende que nesse período, os intelectuais mostravam-se interessados sobretudo com o problema da identidade nacional e das instituições.

Para o autor, do período da Proclamação da República até a Primeira Guerra Mundial, as elites nacionais eram intensamente influenciadas pelo pensamento europeu. Eventos como a Exposição Internacional do Centenário da Independência e a Semana de Arte Moderna em 1922, influenciaram toda uma geração de intelectuais que discutiram a temática da questão nacional. Para Lúcia Lippi:

Os intelectuais, independente de sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em pensar o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. [...] nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto na tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição. (OLIVEIRA, 1990, p. 187).

O movimento modernista que surgiu com a Semana de 1922 representou uma reatualização do Brasil em relação às influências culturais que vinham do exterior através da valorização de suas raízes nacionais. Para Oliven (2001, p. 5) uma das contribuições do movimento consiste justamente em ter colocado tanto a questão da atualização artístico-cultural de uma sociedade subdesenvolvida como a problemática da nacionalidade. O mesmo autor sustenta que a partir da segunda parte do modernismo, o ataque ao passadismo foi substituído pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional, ocorrendo uma redescoberta do Brasil pelos brasileiros.

Para Avancini (1994, p. 47), Mário de Andrade um dos intelectuais expoentes da Semana de 1922, em seus estudos sobre a formação cultural do Brasil voltou-se para o período colonial, em particular aos séculos XVII e XVIII. Em 1919, Mário visitou as antigas cidades mineiras que resultou em uma serie de crônicas na *Revista do Brasil* em 1920 onde defendeu a preservação das velhas igrejas brasileiras:

É um fóssil, necessitando ainda de classificação, de que pouca gente ouviu falar e ninguém se incomoda. No entanto, ela existe – ou melhor, existiu. A mim tomei a tarefa, e apenas essa, de mostrar-vos que a se a nossa arte cristã não tem importância decisiva nem marca a eclosão de um estilo, ao menos existiu vivida; com alguns traços originais, e é um tesouro abandonado onde nossos artistas poderiam ir colher motivos de inspiração (ANDRADE, 1920, p. 96).

Avancini (1994), entende que Mário apontou o barroco como o estilo fundante das artes nacionais no Brasil. Para ele, “as construções coloniais tomaram uma função fortemente acentuada, donde muito bem se poderia originar um estilo nacional” (ANDRADE, 1920, p. 98). Oliveira (1989, p. 118), lembra que considerando o surto de nacionalismo emergente que caracterizou o contexto político e cultural do país nas vésperas de celebrar o 1º centenário da Independência, justificava-se plenamente esta busca de um “caráter nacional” na arte do passado levada a efeito pelos modernistas.

Segundo Fernandes (2010), a discussão acerca da preservação da memória nacional chega ao legislativo nacional entre os anos de 1917 e 1925, onde foram apresentadas propostas de se criarem órgãos de proteção ao Patrimônio Histórico Nacional. A proposta pioneira de defesa de bens culturais partiu de Wanderley Pinho do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia em 1917. Bruno Lobo, então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, elaborou em 1920 um anteprojeto de lei de proteção ao patrimônio histórico. Em 1923 foi apresentado o projeto do Deputado Luís

Cedro e em 1925 pelo Presidente Mello Vianna, do Estado de Minas Gerais, para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico.

Minas Gerais, Bahia e Pernambuco foram os estados pioneiros na criação de órgãos regionais de proteção ao Patrimônio Histórico com a criação de suas respectivas Inspetorias de Monumentos em 1926, 1927 e 1929. O primeiro órgão nacional voltado para a preservação do patrimônio brasileiro foi a Inspetoria de Monumentos Nacionais vinculado ao Museu Histórico Nacional instituída pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934.

Em 1936, Gustavo Capanema, ministro do governo Vargas, delegou a Mário de Andrade, a tarefa de elaborar um anteprojeto de lei visando à preservação patrimônio histórico nacional. Apesar de modificado, o anteprojeto serviu foi aproveitado pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro 1937 que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde.

A referida lei instituiu o tombamento, mecanismo legal de proteção ainda vigente. Em Pernambuco, a maioria dos bens já entendidos como passíveis de preservação pela Inspetoria estadual de Monumentos Nacionais (1929 – 1933) foram tombados, como a Igreja da Madre de Deus, os Conventos franciscanos e carmelitas de Olinda e Recife, a Igreja do Pilar, dentre outros.

Para Chuva (2009), no Brasil, designou-se como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, aquilo que foi classificado como arquitetura tradicional do período colonial, representante “genuína” das origens da nação. A Igreja implantou no Brasil o catolicismo, onde seus monumentos foram entendidos como emblemas da cultura e da arte de determinada época.

No que se refere à construção da nação, o barroco é emblemático, é percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação. Daí o valor totêmico que se constrói, sendo identificado, sistematicamente, como representação de “autêntico”, de “estilo puro”. (FONSECA apud SANTOS, 2005, p. 93).

Devido a sua importância e ao extenso número de exemplares, os bens de arquitetura religiosa tiveram prioridade nos primeiros processos de tombamento, no recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em 1937. Até o final de 1969, tinham sido tombados 863 bens, dos quais 368 eram de arquitetura religiosa (FONSECA, 2005, p. 113).

### 1.3A Igreja como *agente do campo patrimonial*

A primeira regulamentação dos bens culturais eclesiásticos da Igreja Católica se deu no Código de Direito Canônico promulgado em 1917, onde no cânone 1497, que trata dos bens temporais da Igreja, classifica alguns que hoje atribuiríamos o valor de bens culturais, como “os documentos escritos de arquivo e bens destinados ao uso litúrgico e em geral ao culto divino, os lugares sagrados, altares, capelas, sacrários, cemitérios, imagens preciosas, objetos sagrados, relíquias, entre outros”.

Segundo MENEZES (2006) no Brasil antes da promulgação do Código em 1917, a Carta Pastoral Coletiva de 1915, em suas Constituições Eclesiásticas do Brasil atenta para a preservação de documentos e objetos de importância histórica relativas à Igreja.

Também merecem destaque as constituições apostólicas de Martinho V, em 1425, e de Sisto IV, em 1480; o Édito do cardeal Bartolomeo Pacca, de 7 de abril de 1820, proibindo a saída de Roma de tesouros artísticos preservados em galerias privadas e a carta circular do cardeal Merry del Val, de 10 de dezembro de 1907, que instituiu os comissariados diocesanos para os monumentos custodiados pela Igreja (COSTA, 2011).

A *Pontificia Commissione Centrale per l'Arte Sacra in Italia*, criada pelo Papa Pio XI através da circular da Secretaria de Estado Vaticano n. 34215 de 1º de setembro de 1924 foi o primeiro órgão criado na estrutura administrativa da Igreja visando a preservação do patrimônio histórico da Igreja.

Como o nosso objeto de estudo é analisar a participação da Arquidiocese de Olinda e Recife, instituição de caráter religioso, na formação do nascente campo patrimonial, se faz necessário considerar a existência de um *subcampo* intelectual católico no campo intelectual brasileiro.

Novamente recorrendo aos conceitos de Pierre Bourdieu, os intelectuais religiosos, objetos de nossa análise, compartilhavam capital cultural, social e simbólico, valendo-se das mesmas estratégias de mobilização dos intelectuais leigos, compartilhando o mesmo *habitus*, que segundo Bourdieu é um:

Sistema de disposições para a prática, [como] um fundamento objetivo de condutas regulares, logo da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (...), é porque o *habitus* faz com que os

agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias (BOURDIEU, 2004, p. 98).

Para Bourdieu (2007, p. 97), o *habitus* está diretamente relacionado à prática, onde o [(*habitus*) (*capital*)] + campo = prática. Ela é compreendida como resultado da relação dialética entre as *estruturas e a conjuntura em que elas se inserem, que é intermediada pelo habitus*, que por sua vez é constituído nessa relação dialética. A prática fundamenta a noção de estratégia, que pode ser individual ou coletiva, e visa à manutenção ou ampliação do capital disponível:

[...] o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe [...] Mas pode-se recusar a ver a estratégia como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional. Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância [...]” (2004, p. 81).

Em um momento de forte discussão sobre um projeto de identidade nacional, ao relacionar a preservação do patrimônio religioso brasileiro a um ato de patriotismo, Dom Sebastião Leme reafirmou o discurso de supremacia da Igreja Católica na sociedade brasileira, a partir do patrimônio histórico nacional. Segundo AZZI (1977, p. 63), foi durante o decênio 1920-1930 que se iniciou o momento da história da Igreja no Brasil que pode ser designada como período de Restauração Católica.

Segundo Sousa Júnior (2015), nesse período a Igreja Católica Brasileira propôs um audacioso programa para tornar sua presença ativa na sociedade laicizada, cujo modelo de ação seria uma aliança entre Igreja e Estado, porém não mais assentado na submissão, mas na colaboração entre ambas as instituições. De forma estratégica, a Igreja passou a utilizar este peso numérico de católicos para fazer frente ao Estado republicano, onde assim a Igreja poderia e devia gozar de direitos dentro da conjuntura social e política vigente.

Ao analisar a inserção da Igreja Católica nessa discussão, nos apoiamos em outro conceito de Bourdieu, o de *estratégia*, que para o autor são desenvolvidas visando a manter ou melhorar a posição dos interessados no espaço social, e a posse de capital (em suas diversas possibilidades – como o econômico, social, escolar, cultural, simbólico), dependendo diretamente do capital disponível:

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas

disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição (BOURDIEU, 2004, p.29).

Bourdieu (2001) define o capital social como a agregação de recursos que têm ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento mútuo. As relações estabelecidas entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo não vêm apenas das relações do mesmo espaço econômico e social, mas também nas trocas materiais e simbólicas, que dão ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo.

O autor sustenta que o volume de capital social de um agente, no nosso caso, os arcebispos, depende da extensão de relações que ele pode mobilizar diversas formas de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é propriedade exclusiva de cada um dos agentes a quem o indivíduo está ligado.

Sobre o *capital simbólico*, Bourdieu entende que o mesmo “é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento [...]” (2004, p. 166). O capital simbólico confere legitimidade (poder simbólico) ao agente ou grupo que o possui, a partir de seu reconhecimento dentro de determinado campo.

Uma das *estratégias* de inserção no campo patrimonial utilizadas pelos intelectuais religiosos foram produzir normativas que acabaram antecipando legislações de proteção do patrimônio brasileiro. A principal delas foi a Circular nº 8 de 20 de janeiro de 1924, publicada por Dom Sebastião Leme<sup>2</sup> então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. Intitulada *A defesa do Patrimônio Artístico das Igrejas*, a circular tornou-se referência sobre o assunto no clero brasileiro, ao estabelecer estratégias de ação para com o seu patrimônio histórico. No documento, o arcebispo defendeu a preservação das velhas igrejas do país, cuja preservação deveria ser uma obrigação por parte do povo brasileiro:

Ora, a ninguém deverá parecer estranho que entre essas cousas veneráveis e preciosas demos lugar de honra às que nos fallam, não somente da cultura artistica dos nossos antepassados, mas ainda da

---

<sup>2</sup> Mesmo de nesse momento ser arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme foi arcebispo de Olinda e Recife no período de 1916 a 1921, cuja Circular nº 8 foi inspirada na Circular Circular nº 7 publicada em 1920 que será discutida no capítulo 3.

sua fé e generosidade dos seus sentimentos religiosos e da profunda e indiscutível espiritualidade. Referimo-nos, já se vê às nossas igrejas e ao riquíssimo património de arte nellas depositado pelo nosso país. São uma herança inapreciável que o prestígio da igreja e a honra do Brasil exigem tudo evidemos por transmiti-la intacta á posteridade. [...] As igrejas e seus objectos de arte são reliquias da nossa fé, marcos da nossa nacionalidade, padrões gloriosos da nossa raça! (LEME, 1924, p. 21).

Apesar de ter sido publicada em 1924, a Circular n. 8 foi inspirada na Circular n. 7<sup>3</sup>, originalmente publicada em 19 de março de 1920. No documento, a Arquidiocese de Olinda e Recife foi pioneira ao criar uma política de preservação dos seus bens históricos nos templos sob sua jurisdição.

Considerada pela historiografia como o marco do movimento recatizador brasileiro, a *Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese* publicada por Dom Sebastião Leme quando assumiu a Arquidiocese de Olinda, defendeu a necessidade de uma neocristandade preparada para inserir-se no modelo político do país trazido com a República.

Para Marchi (2003), a figura de Dom Sebastião Leme foi central na formação de uma intelectualidade cristã católica que ocupasse espaços na imprensa, na produção literária e científica, a fim de que a Igreja exercesse sua influência político religiosa sobre o Estado e a sociedade civil:

Além da organização e unificação das associações e organizações católicas já em funcionamento, estimulou a criação de novos grupos de militantes e empenhou-se na formação de uma "inteligência católica" que passariam a ter posição de destaque na imprensa, na produção literária e científica. Esse trabalho inspirava-se na renovação católica francesa dos fins do século XIX e início do XX, que teve como objetivo restaurar os valores espirituais na poesia, na prosa e na filosofia, contra o espírito naturalista, positivista, anticlerical e contra o ateísmo então dominante (MARCHI, 2003, p. 212).

Na qualidade de arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, então capital do país, o documento ganhou relevância nacional, sendo destaque nos principais jornais da então capital do país. Em reconhecimento, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) aprovou um voto de louvor à Dom Sebastião Leme pela “defesa do patriotismo histórico e artístico das nossas igrejas” (O INSTITUTO, 1924, p. 3).

Outro documento relevante desse período é a *Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o Patrimônio Artístico*, assinada

---

<sup>3</sup> O referido documento será melhor discutido no capítulo 3.

pelo arcebispo de Diamantina Dom Joaquim Silvério de Souza e por outros 14 bispos e arcebispos de Minas Gerais e outras regiões. Com estrutura semelhante à Circular nº 8, o documento estabeleceu dentre outras normativas a criação de um curso de arte sacra e a realização de inventários de bens móveis e imóveis das arquidioceses signatárias. O documento também relacionou a preservação dos monumentos como um ato de patriotismo, exaltando a importância de Minas Gerais para a formação da sociedade brasileira:

Necessario é cultivar o senso esthetico das multidões, pôr ante seus olhos ideaes elevado, para que deixem a baixa esfera de habitos vulgares, e, elevando-se á região superior do verdadeiro e do bello, se disponham a nobres devotamentos e se tornem melhores. Esta lição recebem os que contemplam os monumentos que em priscas éras levantaram nossos antepassados, destinando-lhes, por fé e patriotismo, o optimo do que possuíam, não exígua parte do ouro que grangeavam com o suor de seu rosto (CARTA PASTORAL, 1926, p. 391).

Fernandes (2005, p. 14), entende que a publicação da Carta Pastoral tratou de um assunto que estava no epicentro das discussões sobre a arte no Brasil, a revalorização das temáticas nacionalistas pelos modernistas, sobretudo o barroco mineiro. Assim como na circular n. 8, a Pastoral reafirmou a necessidade da realização de inventários, cuja realização seriam instrumentos “para atalhamos, quanto de nós depende, desvios de bens, objectos, titulos, documentos, pertencentes a uma parochia” (CARTA PASTORAL, 1926).

Ainda que de maneira localizada, isto é, com atitudes tomadas a partir de cada Arquidiocese, a Igreja Católica no Brasil contribuiu para a formação do campo patrimonial brasileiro ao tomar atitudes que antecederam as primeiras políticas públicas de preservação entre os anos 20 e 30.

## **2 EM MEIO A DESTRUIÇÃO: DOM LUÍS RAIMUNDO DA SILVA BRITO**

### **2.1 O tempo é de reformas**

Nos primeiros anos do século XX o Brasil experimentou um modelo de modernização de suas cidades inspirado nos modelos de desenvolvimento aplicados nas grandes capitais europeias. A reforma urbana de Paris executada entre os anos de 1852 e 1870 pelo Barão de Haussmann, inspirou mudanças na reformulação do aspecto urbano da capital federal brasileira, o Rio de Janeiro.

No Rio, a maioria das reformas aconteceram na gestão do prefeito Francisco Pereira Passos entre os anos de 1903 e 1906. Ainda que não tendo o alcance da proposta de Haussmann, a reforma do Rio de Janeiro inspirou outras capitais do país, como Recife, que já tinha um projeto de modernização do porto traçado pelo engenheiro Alfredo Lisboa desde 1887 (LUBAMBO, 1991b).

Seguindo o projeto carioca, o projeto de modernização do bairro do Recife contemplou a reorganização urbana de boa parte do bairro do Recife. Essa intervenção se materializou através do conjunto de obras que compreendeu o Plano de Saneamento do Recife (1901 – 1915) de autoria do engenheiro Saturnino de Brito. Assim, foram construídas as atuais Marquês de Olinda, Rio Branco e Alfredo Lisboa, favorecendo a infraestrutura portuária.

Segundo Lubambo (1991a, p. 555), entre as últimas décadas do século XIX, a transformação da economia açucareira, o crescimento urbano do Recife e a ideologia da modernização que dominava no país e na região começou a modificar a fisionomia social do meio ambiente do Nordeste. Tal condição criava entre a elite urbana e a burguesia uma ânsia em acompanhar as novas modas do Rio de Janeiro e da Europa.

Cantarelli (2012, p. 31) afirma que a decisão de reformar o Porto e o Bairro do Recife fez parte de um projeto de modernização nacional que ocorreu no período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX e veio coroar um processo de modernização que já se havia iniciado no Recife ainda no século anterior.

É nesse contexto de reforma urbana que em 1901, Dom Luís Raimundo da Silva Brito chegou para assumir o governo da então Diocese de Olinda. Nascido em 24 de agosto de 1840 em São Bento do Perizes, na então província do Maranhão, ingressou no Seminário de São Luiz em 1853 onde recebeu as ordens menores em

1859. Foi eleito deputado federal e assumiu a reitoria do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, sendo eleito bispo de Olinda em 18 de fevereiro de 1901, tomando posse em 1º de junho do mesmo ano (O ARCEBISPO, 1912, p. 27).

De caráter atuante, Dom Luís, procurou se fazer presente entre a sociedade e o meio político local, onde desenvolveu uma intensa atividade pastoral que o levou a visitar toda a diocese, que na época compreendia todo o Estado de Pernambuco, com jurisdição ainda sobre Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Como consequência direta das inúmeras visitas pastorais veio a elevação da Diocese de Olinda à condição de Arquidiocese em 1910 tornando-se o seu primeiro arcebispo (SILVA, 2003, p. 101).

Tal notícia, movimentou a sociedade pernambucana, repercutindo intensamente nos jornais. Com grande destaque, *A Tribuna Religiosa* de 28 de janeiro de 1911 anunciou as boas novas:

O Exmo. Sr. Nuncio Apostolico vem de communicar ao Exmo. Sr. D. Luiz este faustoso acontecimento e nós encontramos na "Acta Apostolica Sedis" revista official do Papado, a noticia do Decreto de S. Santidade Pio X, datado de 5 de Dezembro p. passado, pelo qual houve por bem o Santo Padre, não só elevar em Metropolitana a antiga Igreja cathedral de Olinda, assignando-lhe como suffraganeas as dioceses do Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, e a nova de Floresta, como tambem erigir o novo bispado de Floresta tendo por divisa o rio Moxotó e comprehendendo 18 freguezias (ARCHIDIOCESE, 1911, p. 1).

A criação da Arquidiocese de Olinda foi uma consequência da separação entre Igreja e Estado no Brasil a partir da Constituição de 1891, evento significativo para que a Igreja aqui se firmasse através do projeto de reformulação do próprio clero. Segundo Miceli (1988, p. 59), até 1890 continuavam a existir no Brasil apenas 12 dioceses, 9 capitais eram sedes episcopais, após a Proclamação da República, as demais capitais da federação foram convertidas em sedes episcopais, ou seja, mais onze capitais naquele período se tornaram dioceses perfazendo um total de vinte estados. Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 subprefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos.

Segundo Sousa Júnior (2015), foi através do regime de liberdade implantado na República que a Igreja pôde efetivamente restabelecer seus vínculos com a Santa

Sé, assim como reorganizar suas estruturas eclesiais, como, por exemplo, abrir seminários, criar dioceses, nomear bispos, etc.

Conhecido pela alcunha de “o reformador”, Dom Luís Brito desde que chegou a Recife sempre esteve preocupado em deixar sua marca pessoal na cidade através dos monumentos religiosos. O primeiro dos seus projetos foi o nicho e capela dedicado à Nossa Senhora da Conceição, no local até então conhecido como Morro da Boa Vista, ou do *Bagnoulo*, que após a ereção do monumento em 1904 passou a ser conhecido por Morro da Conceição (MONUMENTO, 1904, p. 1).

Acompanhando o ritmo do crescimento da cidade do Recife, Dom Luís Brito era atento as velhas capelas dos arrabaldes distantes dos bairros centrais do Recife com potencial para tornarem-se novas matrizes paroquiais. A recém-criada Arquidiocese de Olinda ainda contava com poucas paróquias, muitas delas distantes do seu centro administrativo.

Desde a fundação da Arquidiocese até 1910, Recife e Olinda, as duas cidades mais importantes do Estado e sedes da Arquidiocese contavam com apenas oito paróquias, o que tornava a Arquidiocese pequena do ponto de vista administrativo, o que ampliava o poder de centralidade em torno do arcebispo. A Tabela 1 (abaixo) ilustra o baixo número de paróquias da Arquidiocese se encontrava naquele momento:

Paróquia	Ano de criação
Paróquia São Pedro Mártir (Olinda)	1587
São Frei Pedro Gonçalves (Recife)	1655
Santíssimo Sacramento (Santo Antônio)	1786
Santíssimo Sacramento (Boa Vista)	1805
Nossa Senhora da Paz (Afogados)	1837
Nossa Senhora do Rosário (Várzea)	1837
São José (São José)	1841
Nossa Senhora das Graças (Graças)	1870

**Tabela 1** - Paróquias criadas nas cidades de Recife e Olinda até 1910. Fonte: Arquidiocese de Olinda e Recife.

A fim de ampliar a estrutura administrativa da Arquidiocese, Dom Luís Brito esteve diretamente envolvido nas reformas de antigas capelas de bairros mais

distantes do centro do Recife como as capelas de Belém (Campo Grande), Nossa de Senhora das Necessidades (Casa Forte) e a Capela da Conceição (Barro).

A Capela de Belém foi originalmente construída em 1709 e após ampla reforma promovida por Dom Luís Brito tornou-se a matriz da Paróquia de Nossa Senhora de Belém em 1911. A Capela de Casa Forte fazia parte do Engenho de Casa Forte, local onde travou-se o episódio conhecido como a Batalha de Casa Forte em 1645, foi reformada e tornou-se oficialmente matriz em 1917. Já a Capela da Conceição do Barro, datada de 1853, também remodelada por Dom Luís, tornou-se matriz paroquial em 1915.

Reformando e ampliando velhas capelas e criando novas paróquias, Dom Luís ganhou o respeito da cidade que o via como um grande arcebispo. Eram frequentes os elogios ao seu trabalho incansável a frente da Arquidiocese. No *Almanach de Pernambuco* para 1912, o trabalho do arcebispo foi descrito em um artigo onde foram reconhecidos seus grandes feitos:

Visitas constantes á maior parte das freguesias das mais longinquas paragens, concertos e reconstrucções de templos em ruínas ou abandonados, animação a centros sertanejos onde era diminuta ou estava apagada a fé christã, a tudo tem o digno antistite dado vida, seiva e vigor” (O ARCEBISPO, 1912, p. 27).

Neste percurso de transformações políticas e religiosas nas primeiras décadas do século XX, Dom Luís Brito teve como objetivo fortalecer a Igreja para que esta pudesse se relacionar com o Estado. Segundo Hoornaert (1973), a reorganização da Igreja a partir do movimento dos bispos reformadores foi tão fundamental que pouca coisa sobrou da Igreja antiga, senão as mentalidades, as ideias, as tradições (HOORNAERT, 1973, p. 129-130).

## **2.2 O Corpo Santo tem preço: 500 contos de réis**

O primeiro plano de remodelação do Porto do Recife proposto pelo engenheiro Alfredo Lisboa em 1887, previu a construção de uma grande avenida denominada Avenida do Cais, onde previa-se a demolição de vários armazéns e edifícios que margeavam o bairro. No ano seguinte, em projeto datado de 24 de novembro de 1888 (mapa abaixo), Alfredo Lisboa apresentou um novo projeto, que contemplava a demolição de vários edifícios e previa a abertura de várias ruas novas.



**Figura 1** – Memória Descritiva do Projeto de Melhoramentos do Porto do Recife de autoria de Alfredo Lisboa, 1888 (adaptado). Em destaque, a Matriz do Corpo Santo. Fonte: LUBAMBO, 1991b, p. 169.

O mapa acima reproduz o projeto de Alfredo Lisboa. Nela há a indicação da futura Avenida 13 de Maio (atual Avenida Rio Branco), que partiria do denominada Praça do Apolo, terminando na Avenida do Porto, já prevista no projeto do ano anterior. O mesmo projeto já previu o alargamento da Avenida Marquês de Olinda, mas a Matriz do Corpo Santo, cujos fundos dava para a referida avenida era preservada, conforme a indicação no mapa.

Ao final da então tortuosa Avenida Marquês de Olinda e em frente ao largo homônimo, chegava-se à Igreja do Corpo Santo, matriz da Paróquia de São Frei Pedro Gonçalves, a mais antiga do Recife, criada em 1655. A história da Matriz do Corpo Santo confundia-se com a própria história da cidade, pois foi a seu redor que no século XVI, um grupo de pescadores que habitavam uma área próxima ao istmo de Olinda originou a cidade.

Segundo Pereira da Costa (1983, p. 46), a Capela ou Ermida do Corpo Santo já existia em 1587, onde foi citada por Gabriel Soares de Souza no seu *Tratado descritivo do Brasil* publicado inicialmente nesse ano. Durante a ocupação holandesa (1630 – 1654), a capela foi transformada em templo luterano, servindo de cemitério para autoridades, dentre elas o Príncipe João Ernesto, irmão mais novo do Conde Maurício de Nassau.

Após a Restauração Pernambucana, tiveram início as obras de ampliação e decoração interna que se estenderam por todo século XVII. Em 1710 com elevação do povoado do Recife a condição de Vila, levantou-se um Pelourinho no largo que ficava em frente à igreja.

Segundo Neves (1991, p. 14), durante todo o século XVIII as irmandades sediadas no Corpo Santo receberam inúmeras doações de imóveis nas imediações do largo e nas ruas da Cruz (atual Rua do Bom Jesus) e do Matos, além de possuírem rendas provenientes de aluguéis e heranças. Com o passar do tempo a Matriz foi ficando pequena para a grande quantidade de fiéis e começaram a planejar uma reforma.

Em 1800 foi aprovado o projeto de um novo templo substituindo a construção primitiva. As obras se arrastaram até 1828, quando a Matriz foi solenemente dedicada em 16 de setembro do mesmo ano pelo bispo Dom Tomás de Noronha. Ao mesmo tempo que se construiu a nova matriz, foram sendo delineados os projetos de reforma e ampliação do porto que futuramente a destruíram.

A discussão sobre as obras do Porto arrastou-se até 1907 quando o presidente Afonso Pena através do decreto nº 6.738, de 14 de novembro de 1907 autorizou o projeto organizado pela Comissão local:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, decreta:  
Artigo unico. Ficam aprovados os estudos definitivos dos melhoramentos do porto do Recife, Estado de Pernambuco, apresentados pela directoria technica da commissão fiscal e administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro e organizados pela

sub-comissão incumbida dos mesmos, de conformidade com a memória descritiva, plantas, orçamento, na importância total de 81.806:100\$ e mais documentos que com este baixam, rubricados pelo director geral de obras e viação da respectiva Secretaria de Estado (BRASIL, 1907).

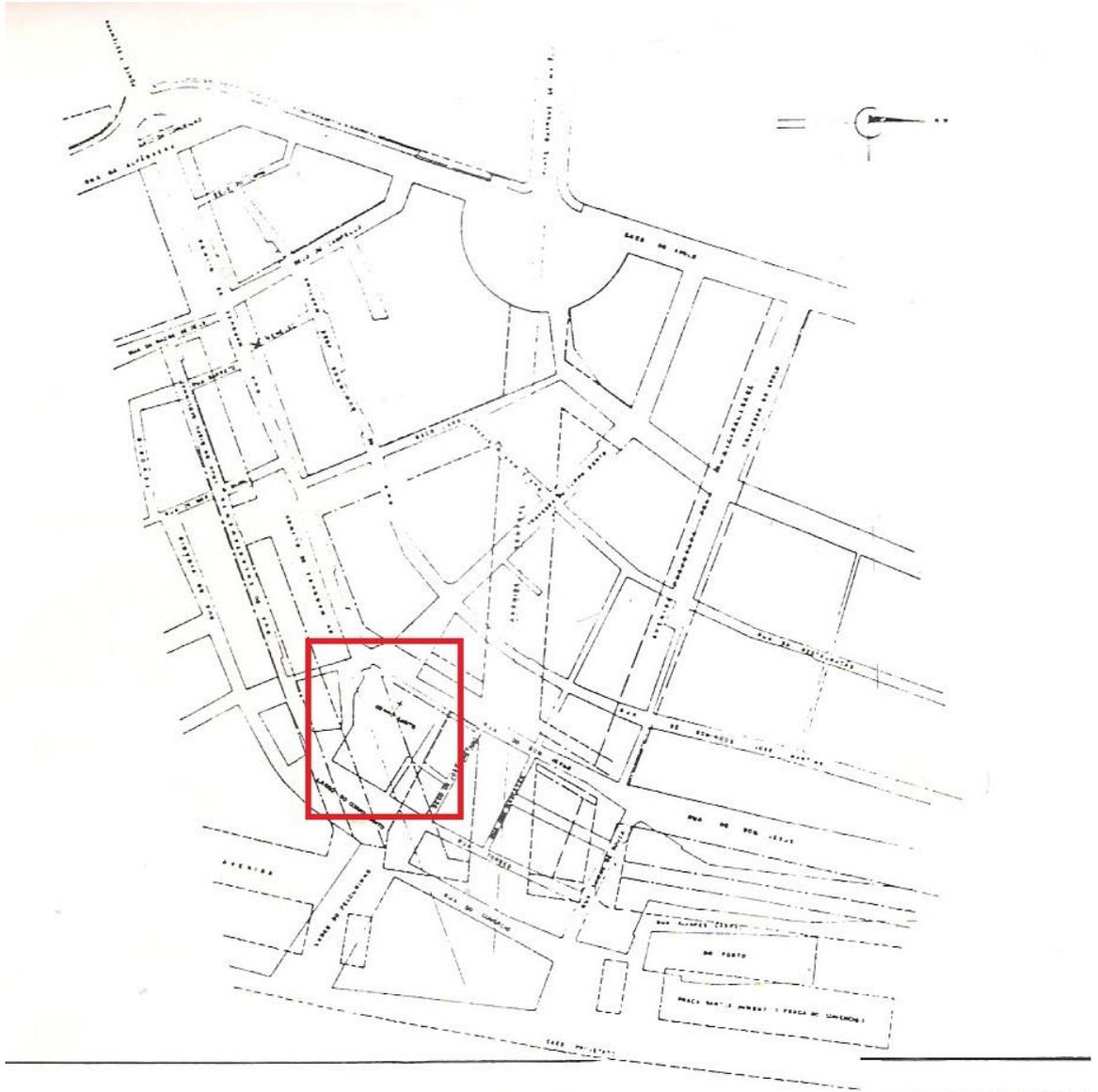
O projeto aprovado pelo Governo Federal só previa o alargamento da Avenida Marquês de Olinda e conseqüente demolição da Matriz do Corpo Santo. De acordo com o projeto, seriam executados os seguintes produtos: Um quebra-mar enraizado no extremo norte dos arrecifes emergentes, avançando para o mar, com extensão total de 1.47m; Molhe de pedra jogada, no istmo de Olinda, com extensão de 798m; Cais para atracação, carga e descarga; Alçamento da antiga muralha e construção de nova, até a Casa de Banhos; Dragagem a 8 e a 9m; Aterro da parte compreendida entre o novo cais e o litoral; Arrasamento do baixio rochoso que obstruía a entrada do Porto; Construção de armazéns, edifícios para a administração e depósitos; Aparelhamento e instalação completa do cais; Abertura e construção da avenida de acesso ao porto no prolongamento do eixo da Ponte Buarque de Macedo (NEVES, 1991, p. 27).

Segundo Neves (1991, p. 27), em 2 de julho de 1908 o presidente Afonso Pena e o ministro da Viação Miguel Calmon aprovaram o contrato para as obras do Porto pelo decreto nº 7.447 de 1º de julho de 1909, cuja responsabilidade foi transferida para a *Societé de Construction du Port de Pernambuco*.

Lubambo (1991b, p. 100) entende que em meio as decisões que marcaram o período de 1887 a 1909, ano em que começaram as obras, propostas de reformar a cidade e principalmente no Bairro do Porto, sucederam-se ou sofreram alterações e adaptações, que incluíram objetivos e interesses convergentes ou divergentes, não declarados, que se evidenciaram no decorrer da obra. Assim, a concepção da reforma urbana para o bairro do Recife evoluiu da simples conveniência em se abrir a Avenida do Cais, para uma “justificada” necessidade de se reconstruir uma parcela da cidade (LUBAMBO, 1992, p. 102).

Tal argumento se materializa ao analisarmos o projeto das Duas Avenidas, apresentado pela Subcomissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Recife em 1910. A partir do projeto do engenheiro Alfredo Lisboa de 1907, o engenheiro Eduardo de Moraes G. Ferreira, chefe da Subcomissão, traçou a Avenida Marquês de

Olinda a partir da sua origem inicial, a Ponte Sete de Setembro<sup>4</sup>, convergindo assim como a Avenida do Cais (atual Rio Branco) para a Avenida do Porto (mapa abaixo).



**Figura 2** – Planta-trecho do Bairro do Recife com o Projeto de Duas Avenidas – Subcomissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Recife, 1910 (adaptado). Em destaque, a Matriz do Corpo Santo. Fonte: LUBAMBO, 1991b, p. 171.

No novo projeto, o alargamento e retificação da Avenida Marquês de Olinda suprimiria a Matriz do Corpo Santo e o largo homônimo, contudo o Arco da Conceição seria mantido. A partir do projeto do engenheiro Eduardo de Moraes, a concepção da reforma urbana do Recife evoluiu da intenção de se reformar apenas o Porto para a

<sup>4</sup> A Ponte Sete de Setembro foi inaugurada em 7 de setembro de 1865, e demolida para dar a lugar a atual Ponte Maurício de Nassau, inaugurada em 1917.

reformulação urbana do bairro mais comercial da cidade. A partir de então iniciou-se uma campanha pela aprovação do projeto, onde o próprio Eduardo de Moraes publicou em diversas ocasiões nos jornais a necessidade da abertura da segunda avenida.

Em artigo publicado no *Jornal Pequeno* de 30 de março de 1910, o engenheiro justificou a nova avenida por ela se comunicar mais facilmente com o outro centro da cidade, o bairro de Santo Antônio. No mesmo artigo já mencionou a Matriz do Corpo Santo como um problema para a futura avenida:

A' primeira vista toda a gente inclina-se e com razão para a Marquez de Olinda, pois, é a que estabelece communição mais directa com o centro da cidade. Razões, porém, há que aconselham se principie pela outra. Affigura-se-nos que se deve immediatamente cuidar desta para permittir que todos os estabelecimentos á supprimir na rua do Commercio, Lingueta etc, tenham onde se fixar, e ser de construcção mais rápida. A outra pede a remoção do Corpo Santo que demora a sua construcção (FERREIRA, 1910, p. 1).

A partir de então os jornais locais começaram a defender publicamente a proposta de se abrirem duas grandes avenidas ao contrário do projeto inicial. O *Jornal do Recife* de 26 outubro de 1910 publicou um escreveu longo artigo defendendo o alargamento da Marquês de Olinda e criticando a indefinição sobre a Matriz do Corpo Santo:

A projectada avenida Marquez de Olinda, a nosso vêr e de todos, sem duvida, é para os melhoramentos do Recife, como que a ultima pincelada do artista, que desperta a vida no conjuncto de sua obra. [...] A sua inexecução seria uma amarissima decepção para os Pernambucanos, que, suciosamente, esperam tao grande quão extraordinario melhoramento. [...] Há porém, dizemol-o com tristeza, um problema que, apezar da bôa vontade e dos esforços da Commissão Fiscal, ainda não teve solução. Trata-se da igreja do Corpo Santo que está a decidir da abertura da referida Avenida, pois a sua permanencia determinará mudança de traçado e alteração de planta, o que não é, de forma alguma, conveniente, por questões technicas (AS AVENIDAS, 1910, p. 1).

No mesmo artigo, de maneira cordial, o jornal criticou Dom Luís por ainda não ter aceito a proposta de indenização por parte da Comissão:

Muito embora as propostas vantajosissimas por parte da Commissão, o exm. Sr. bispo de Olinda, d. Luiz de Britto, aquém muito prezamos e respeitamos pelas suas qualidades, ainda nada resolveu. Estamos certos, entretanto, de que o illustrado sacerdote não quererá ser o

ponto de resistência contra a abertura da nova Avenida, de resultados tao uteis e proveitosos a nossa cidade (AS AVENIDAS, 1910, p. 1).

Entre outubro e novembro de 1910, Dom Luís Brito foi alvo de uma série de artigos por parte dos jornais pernambucanos criticando sua atuação frente as negociações, acusando-o de estar atrapalhando o projeto tão importante para a cidade. Sobre o bispo, o *Jornal do Recife* de 28 de outubro de 1910 criticou a quantia pedida pela Matriz considerada muito alta pelo jornal:

O exmo. Sr. bispo de Olinda, d. Luiz de Britto, ao que nos consta, pede pela igreja do Corpo Santo, mil e quatrocentos e quarenta contos de réis. E' a sua ultima decisão. Os 64 predios da rua da Cadeia, têm a avaliação de dois mil e oitocentos contos de réis (no máximo) e de mil e setecentos, se a referida avaliação fôr feita sobre a base minima. O que acima fica dito sobre a quantia que pretende d. Luiz pela citada igreja, foi referido a comissão fiscal pelo dr. Joaquim Amazonas, advogado do illustre sacerdote (A IGREJA, 1910, p. 2).

Até mesmo jornais de oposição ao governo como *A Provincia*, criticaram o bispo por não se resolver com relação à desapropriação. O impasse só se resolveu após a intervenção pessoal do governador Herculano Bandeira que visitou Dom Luís Brito no Palácio da Soledade onde pediu para que não se criassem obstáculos às obras do Porto (A REUNIÃO, 1940, p. 5). O *Jornal do Recife* foi o primeiro a anunciar que Dom Luís Brito tinha aceitado a proposta da Comissão e lhe rendeu diversos elogios pelo grande bem que fez a cidade:

Bem razão tivemos quando, terminando uma das nossas gazetilhas sobre o assumpto, dissemos esperávamos d. Luis de Britto não seria ponto de resistencia contra a abertura da Avenida Marquez de Olinda, cujos resultados extraordinarios para nossa cidade, estão na consciencia do publico. E aquelle prognostico realisou-se como esperavamos, o que nos enche da mais justa satisfação. O exm. sr. bispo accorda na desapropriação da referida igreja por 500 contos de réis incluindo nesta quantia o arco da Conceição [...] (IGREJA, 1910, p. 1).

### 2.2.1 O acordo

Apesar do assunto da desapropriação da Matriz do Corpo Santo já estar praticamente acertada com a Comissão das Obras do Porto, Dom Luís Brito começou a sofrer resistências por parte do clero responsável pela administração direta do

templo, principalmente pelo cônego João Augusto, então pároco da Matriz do Corpo Santo.

Além de ser o responsável pela administração da Paróquia de São Frei Pedro Gonçalves (ou do Recife), também era cônego do Cabido, o que o tornava membro das decisões da Arquidiocese<sup>5</sup>. Em artigo publicado no *Jornal Pequeno* em 9 de setembro de 1910, o cônego discorreu sobre a sua insatisfação pela notícia de que o templo iria ser demolido para a abertura da Avenida Marquês de Olinda. Em tom extremamente filosófico, o artigo não citou nomes, mas criticou indiretamente os responsáveis pela obra do porto:

[...] Mais alto, portanto, do que o luxo de suas avenidas deve na cidade falar a mudez eloquente dos seus monumentos religiosos, por que se Deus não guarda a cidade será de balde que a vigiarão os seus guardas, diz nos o Espírito Santo. Ha na prosperidade excessiva uma força dissolvente, que, quando não fere as nações de apoplexia, as precipita na decadencia... (AUGUSTO, 1910, p. 1).

Apesar de declarar publicamente que era contra a demolição do templo, o Cônego João Augusto preferiu não enfrentar diretamente Dom Luís Brito, e acabou se abstendo das negociações da desapropriação do templo. Superado o episódio com o cônego, D. Luís Brito enfrentou a resistência da mesa regedora da Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento, na época dirigida por Antônio João de Amorim, Barão de Casa Forte<sup>6</sup>. A referida irmandade era a mais importante das que funcionavam na Matriz, cabendo a ela a administração do templo.

Por ser um rico comerciante da cidade e extremamente religioso, o Barão de Casa Forte era frequentemente citado em anúncios de associações comerciais e de irmandades religiosas na época. Além da Irmandade do Santíssimo Sacramento, o Barão de Casa Forte vera membro da Irmandade dos Passos, também sediada na Matriz do Corpo Santo. Como membro de duas irmandades sediadas na mesma matriz, o Barão de Casa Forte era um dos membros com mais influência naquela localidade, também um dos maiores benfeitores.

---

<sup>5</sup> A função do Cabido de cônegos era a de assessorar o serviço religioso da Catedral ou igreja ao qual pertencia. O cabido exercia as funções de colégio de consultores do bispo, deliberando sobre assuntos da Diocese.

<sup>6</sup> Apesar dos títulos nobiliárquicos terem sido extintos com a República, o Sr. Antônio João de Amorim era frequentemente chamado pelo título que lhe foi conferido pelo Imperador Pedro II em 25 de março de 1888. Por ser frequentemente referido nos jornais por Barão de Casa Forte, optamos por também assim denominá-lo nesse trabalho.

Na intenção de fazer frente à intenção de demolir a Matriz do Corpo Santo, o Barão convocou uma assembleia com os demais membros da irmandade no dia 2 de janeiro de 1911. Por não ter havido quórum suficiente, a assembleia foi remarcada para o dia 5 de janeiro, que por razão desconhecida o Barão acabou faltando.

O *Diario de Pernambuco* na edição do dia seguinte (06/01/1911) escreveu um duro artigo criticando a atitude do Barão por se opor a demolição da Matriz. No artigo, o *Diario* descreveu como teria sido a assembleia, onde ressaltou o protagonismo do Sr. Pereira Carneiro, juiz da Irmandade que se colocou completamente a favor de D. Luís, ressaltando o seu empenho em garantir a maior quantia possível de indenização:

Aberta a sessão o juiz sr. Pereira Carneiro, expoz o que havia ocorrido sobre a desapropriação da matriz, salientando os esforços empregados pelo sr. bispo, afim de obter maior quantia pela igreja, cujo acôrdo da desapropriação foi ultimado entre s. exc. redvm e o sr. governador do Estado (O CASO, 1911, p. 1).

Ainda segundo o *Diario de Pernambuco*, o Sr. Pereira Carneiro ressaltou a competência que Dom Luís possuía para negociar a desapropriação da Matriz, devendo as irmandades respeitarem tal decisão:

Disse mais s. s. que, tendo sido o acôrdo com a comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Recife assignado pelo sr. bispo, única autoridade competente para fazel-o, tenha referendado o referido acôrdo com juiz da irmandade do Santissimo Sacramento do Recife, como administradora da matriz (O CASO, 1911, p. 1).

Durante todo o ano de 1911, a questão da propriedade da Matriz foi amplamente discutida pelas irmandades e a Arquidiocese. A fim de acabar com essa questão, Dom Luís em acordo com a Comissão das Obras do Porto assinou o documento intitulado “MEMORIAL apresentado a Comissão F. A. das Obras do Porto do Recife”, datado de 4 de novembro de 1911. Neste documento, Dom Luís reclamou para a Arquidiocese o direito de propriedade da Matriz e do Arco da Conceição:

A propriedade dos fieis, pois, ou melhor, da Igreja de Olinda, a matriz do Corpo Santo está por Direito Canonnico assim como pelas leis Civis e entre nós por arestos do Supremo Tribunal sujeita exclusivamente a Administração e governo da autoridade Diocesana, o Bispo, só ao qual assiste representar o direito de propriedade da mesma, o que de facto tem acontecido até hoje. Construido nas mesmas condições que a Igreja do Corpo Santo, o Arco da Conceição está sujeito também a administração do governo da Autoridade Diocesana (MEMORIAL, 1911, p. 1).

No mesmo documento, Dom Luís reconheceu que a Matriz tinha sido construída com o dinheiro dos fiéis e das Irmandades que lá se instalaram, mas os investimentos realizados ao longo dos anos não os daria direitos sobre a Matriz:

Compreende-se, que, nestas condições não é possível apresentar-se título de domínio, que comprove o direito de propriedade sobre a referida matriz, que não é patrimônio senão dos fieis, que a construíram e augmentaram sem auxilio de nenhuma comunidade religiosa, até chegar ao estado actual, estando desde os seus princípios até hoje servindo de casa de orações e de propagação do culto catholico (MEMORIAL, 1911, p. 1).

A produção de tal documento nos sugere uma preocupação por parte da Arquidiocese em produzir um argumento jurídico contra uma possível contestação judicial por parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento que vinha impondo restrições ao processo de desapropriação. Com essa atitude a Arquidiocese tomou para si a prerrogativa de negociar o caso com as autoridades competentes.

Nesse momento surgem as primeiras críticas públicas à demolição da Matriz do Corpo Santo. O principal crítico foi o Dr. Rheno de Moura, conhecido na época por publicar nos jornais artigos de opinião sobre diversos assuntos. No dia 26 de setembro de 1912, o Dr. Rheno de Moura publicou um artigo no *Jornal Pequeno* acusando a Comissão das Obras do Porto de não salvar a Matriz por um capricho:

Mas... toda a população bem conhece a historia da demolição do Corpo Santo: houve mais um capricho, um interesse que a própria necessidade do seu desaparecimento. Seja, pois, demolido elle. Do que, porem, estou certo, da questão certos todos, é que a sua queda se vae operar com o protesto unisono de todos os seus fieis (MOURA, 1912a, p. 2).

Aproveitando o ensejo das críticas à demolição da Matriz, o Cônego João Augusto, sem citar nomes, publicou um artigo no *Jornal Pequeno* no dia 27 de setembro de 1912 protestando contra a demolição da Matriz em favor da avenida projetada. Citando o artigo do Dr. Rheno de Moura publicado no dia anterior no mesmo jornal, o Cônego criticou o progresso que destruíra antigos monumentos:

Banir em nome da civilização, do progresso, o que fez nossas glorias os actos de vitalidade e heroísmo dos nossos antepassados, para dar lugar a essas tão desencantadas avenidas, onde nem sequer o symbolo de nossa redempção se nos depare, se não é fatuidade, é sem duvida loucura enorme (AUGUSTO, 1912, p. 1).

A edição do *Jornal Pequeno* do dia 28 de setembro de 1912 deu intenso destaque à demolição da Matriz do Corpo Santo. Ao lado do artigo do Cônego João Augusto, foi publicado artigo do Dr. Eduardo de Moraes, chefe da Comissão das Obras respondendo as acusações do Dr. Rheno. Bastante objetivo, o Dr. Eduardo foi categórico ao afirmar que a decisão sobre a demolição da Matriz já estava decidida. Também questionou diretamente ao Dr. Rheno a razão dele não protestar anteriormente sobre o assunto:

A demolição do Corpo Santo está decretada com a sanção do Chefe da Igreja Catholica no Estado; as plantas do bairro do Recife estão organizadas e aprovadas pelo Governo Federal supprimindo-a; é um caso julgado sem apelação possível. Rheno de Moura porque não acudiu em tempo? (MORAES, 1912, p. 1).

Na mesma edição, Dr. Rheno respondeu a provocação do Dr. Eduardo, afirmando que ele estava certo por não ter agido mais cedo, e usou o artigo do Cônego João Augusto para reafirmar que a demolição da Matriz não tinha apoio dos paroquianos:

O Rheno de Moura acudou tarde, nisto tem razão o illustre dr. Eduardo de Moraes; mas no que s. s. insiste teimoso e cego é que os fieis do Corpo Santo não se achem revoltados com a demolição da igreja. Eles estão indignados, indignados com razão. Que s. s. uma prova? Está ahi o brilhante artigo hontem dirigido também a este conceituado vespertino, assignado pelo fecundo e talentoso sacerdote João Augusto, vigario da freguezia, e que destarte representa um atestado flagrante do pensar dos seus parochianos [...] (MOURA, 1912b, p. 4).

Com menos destaque do que o artigo do Dr. Eduardo de Moraes, a mesma edição do *Jornal Pequeno*, trouxe também um artigo assinado pela Sra. Maria Eulália da Câmara Sampaio, uma conhecida filantropa religiosa, cujo nome era recorrente em anúncios de festividades religiosas nessa época. Segundo ela:

A conservação da Igreja é uma aspiração da grande maioria da nossa população, é uma prova de patriotismo, é o respeito ás tradições, porque é, talvez, no bairro actualmente em ruinas, o monumento que traduz a grandeza das gerações passadas (SAMPAIO, 1912, p. 3).

No artigo, a Sra. Maria Eulália adotou um discurso evocando valores como patriotismo e tradição visando a proteção da Matriz, opinião pouco frequente nos jornais desse período. Em tom enfático, conclamou a população a lutar contra a demolição do templo: “Que importa que a demolição já esteja decretada? Os pernambucanos devem levantar-se em peso e não consentir na amputação de uma preciosidade d’esta cidade, que qualquer outro povo respeitaria” (SAMPAIO, 1912, p.

3). O artigo da Sra. Maria Eulália, não obteve resposta pública do Dr. Eduardo de Moraes, ao contrário dos artigos do Dr. Rheno de Moura que foram imediatamente respondidos.

Após algum tempo de especulação, no início de 1913 a Arquidiocese foi chamada para resolver definitivamente o caso da Matriz. O *Jornal do Recife* de 5 de janeiro de 1913 orgulhosamente noticiou que em alguns dias a escritura de desapropriação seria assinada:

Sabemos estar designado o dia 9 do corrente para assignada a escriptura publica da compra da igreja matriz do Corpo Santo do Recife. Assignarão a escriptura exm. sr. arcebispo de Olinda d. Luiz de Britto e os representantes das quatro corporações existentes da matriz. Pelo governo federal o credito afim de ocorrer á desapropriação da igreja do Corpo Santo e Arco da Conceição monta á importante somma de 500:000\$ (MATRIZ, 1913, p. 1).

A mesma matéria comentou o fato de que o Cônego João Augusto pediu dispensa a Dom Luís para não assinar o termo de desapropriação, que foi atendido pelo bispo. Apesar de estar marcada para o dia 9 de janeiro de 1913 a assinatura da escritura, o evento só ocorreu no dia 11, no escritório central da “Inspectoria de Portos, Rios e Canaes”, situado na então Rua Vigário Tenório. Novamente o *Jornal do Recife* fez a cobertura do evento, onde destacou:

Preenchidas todas as formalidades leaes, foi assignada, depois da leitura do termo e procurações bastante passadas pelas irmandades da matriz e vigario da freguesia do Recife a referida escriptura. Este acto foi presidido por s. exc. revdma. arcebispo d. Luiz Raymundo da Silva Britto [...] (MATRIZ, 1913, p. 2).

A mesma matéria comentou sobre o destino do pagamento da indenização da Matriz do Corpo Santo, onde listou as autoridades que assinaram o termo de desapropriação:

[...] assignaram pela ordem estabelecida na concordata, as pessoas seguintes: d. Luiz Raymundo da Silva Britto, arcebispo de Olinda; revdmo. conego João Augusto do Nascimento Pereira, vigario da parochia do Recife, pelo seu representante constituido sr. Justino Gomes; pela veneravel irmandade das Almas do Recife da freguesia do Recife, sr Augusto Gonçalves Fernandes; pela venerável irmandade dos Passos do Corpo Santo, sr. barão de Casa Forte; pela veneravel irmandade do Rosario do Corpo Santo, sr. José Moreira de Sousa Primo; encerrando o termo em em nome da veneravel irmandade do Santissimo Sacramento da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, administradora da igreja matriz do Corpo Santo, o sr. Manoel Pinto Bandeira da Carvalheira; pela commissão fiscal das

obras do porto o engenheiro chefe dr. José Carlos Torres Cotrim; pela fazenda nacional junto ás obras do porto o dr. Alfredo Vaz de Oliveira Ferraz; também como testemunhas os srs. Lourenço Martins e Antonio Freitas (MATRIZ, 1913, p. 2).

Todos os representantes das irmandades que funcionava na Matriz assinaram o termo, inclusive o Barão de Casa Forte que havia se mostrado contrário à demolição. Cabe salientar que o Cônego João Augusto manteve sua posição e não assinou a escritura.

O pagamento foi imediatamente depositado no Banco do Recife em conta conjunta da Arquidiocese com as Irmandades do Sacramento, Almas, Passos e Rosário. Tal atitude sugeriu por parte de Dom Luís uma demonstração de transparência para com os envolvidos na negociação:

O pagamento, imediatamente feito em cheque de 500.000\$000, visado pela comissão fiscal do porto e thesouraria respectiva foi a favor do banco do Recife. Após o recebimento e terminação do acto da escriptura, foi o dinheiro desde logo recolhido ao conceituado estabelecimento de credito, com todas as garantias, condições, e vencimentos de juros a contar da data do deposito referido, m conta do movimento annual fixo em prazo corrente. O deposito acha-se aberto sob a responsabilidade directa do titulo – Matriz do Corpo Santo – a cargo das irmandades administradoras e das que funcçionam na matriz: Sacramento, Almas, Passos e Rosario, sob a jurisdicção ecclesiastica do sr. arcebispo da metrópole de Olinda (MATRIZ, 1913, p. 2).

Na mesma cerimônia, D. Luís declarou aos presentes sua decisão sobre o destino da Paróquia de São Frei Pedro Gonçalves e das irmandades que funcionavam no templo. Ficou decidido que a Igreja da Madre Deus seria a matriz provisória da Paróquia até que o novo templo fosse inaugurado. Dom Luís também decidiu que a Irmandade do Santíssimo Sacramento iria funcionar na matriz provisória, confiando novamente à Irmandade sua administração:

Por determinação do sr. arcebispo d. Luiz, o Sacramento da Eucharistia da parochia, depois de consumido pelo revdmo. vigario João Augusto, será instaurado incontinentem na igreja da Madre de Deus, onde ficará sendo perante o direito canônico, uma vez cessadas as imunidades de funcionamento ecclesiastico da igreja matriz do Corpo Santo, como immediata igreja filial da parochia, a igreja matriz provisoria do Recife sob administração da Irmandade do Sacramento, de acordo com os breves privilegios e demais imunidades que lhe assistem na freguezia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife (MATRIZ, 1913, p. 2).

Já as outras irmandades tomaram outros caminhos: a Irmandade das Almas foi encaminhada para a Igreja de São José do 'Manguinho', uma antiga capela particular que estava subordinada à Paróquia das Graças desde a sua criação em 1870. As Irmandades dos Passos e do Rosário seguiriam o mesmo caminho da Paróquia, a Igreja da Madre de Deus.

A Irmandade das Almas irá funcionar na igreja de S. José do Manguinho, desmembrando-se da paróquia da Graça, por previsão do sr. arcebispo d. Luiz continuando a pertencer á parcela do Recife, onde é ereta. Enquanto ás irmandades dos Passos e Rosario, fixarão sede na igreja parochial provisoria da Madre de Deus (MATRIZ, 1913, p. 2).

No dia 6 de março de 1913 celebrou-se a última missa rezada na matriz do Corpo Santo, celebrada pelo cônego João Augusto na presença de Dom Luís Brito. No dia 6 de março, com grande solenidade, ocorreu pela última vez a tradicional procissão da trasladação da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos da Matriz do Corpo Santo para o Convento do Carmo.

Entre fevereiro e março, a Comissão das obras publicou nos jornais o edital para escolher a empresa que realizaria a demolição da Matriz. No dia 21 de abril realizou-se no Largo do Corpo Santo o leilão promovido pela Arquidiocese com vários objetos que pertenciam à Matriz como talhas, lustres e altares. O serviço de demolição começou em outubro e até o fim do ano de 1913 o templo já não mais existia na cidade (LEMOINE, 1991, p. 38).

Inexistindo uma política de preservação no Estado, os intelectuais que compunham o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano<sup>7</sup> eram os responsáveis por rememorar fatos gloriosos do passado, acumulando assim a função de preservar a memória histórica do Estado. Fundado em 1862, nesse momento a instituição era presidida pelo arcebispo Dom Luís Brito que assumiu em 13 de fevereiro de 1913.

Anos mais tarde, Mário Melo explicou a situação do IAGHP nas primeiras décadas do séc. XX onde explicou o contexto da entrega da presidência da instituição a Dom Luís Brito:

[...] durante a administração de Herculano Bandeira, que foi quando tiveram início as obras do porto, do que resultou o Recife Novo, Alfredo

<sup>7</sup> Sobre o IAHGP ler: SOUZA, 2010.

de Carvalho encabeçou uma cisão no Instituto. Houve dualidade de diretoria: uns sócios formaram o grupo de Alfredo de Carvalho e outros ficaram em apoio a Regueira Costa, os partidos extremaram-se, a política dominante deu mão forte a um dos grupos e dessa cisão foi consequência mais funesta o demolir-se a sede do Instituto, na então praça da Concórdia, hoje Joaquim Nabuco, antes de se lhe dar outro pouso. Durante muito tempo ficou o Instituto sem abrigo e, enquanto cada grupo discutia judicialmente seus direitos, não havia reuniões. Pode dizer-se que o Instituto estava, então, completamente anarquizado. [...] Finalmente, tendo depois o governo cedido uma sala no Ginásio Pernambucano para o Instituto realizar suas sessões, sem lugar, embora, onde organizar os objetos do museu, a biblioteca etc. e havendo a revolução modificado a ordem de coisas, o dr. Guedes Alcoforado de uma parte, e o dr. Pereira da Costa de outra, concordaram em que se entregasse a direção do Instituto ao arcebispo d. Luiz de Britto, alheio às competições (MELO, 1929, p. 5).

Por ser uma pessoa influente e estar alheio as competições internas do Instituto, Dom Luís assumiu a presidência da instituição até a sua morte em 1915. Sua ascensão meteórica na instituição conforme explicou Mário Melo foi uma manobra política a fim de que o IAGHP continuasse a funcionar frente às adversidades. Como presidente do Instituto, o próprio Dom Luís ganhava mais prestígio, ampliando sua zona de influência, agora com a intelectualidade local.

Analisando essa situação pela ótica de Bourdieu, o poder se manifesta nos diversos campos, onde os agentes utilizam os capitais que possuem para, hierarquicamente, definirem suas posições. Dom Luís Brito ao assumir a presidência do IAGHP acumulou o capital intelectual como membro da instituição e o capital religioso que detinha como chefe local da Igreja.

Para Bourdieu, os campos são espaços de produção de bens simbólicos permeados por relações de poder expressas em conflito, lutas, consensos entre os diversos agentes que, dispostos hierarquicamente, disputam o domínio destes bens como forma de autoridade, legitimidade e prestígio (CANESIN, 2002, p. 99).

Além de estar envolvido na própria reestruturação de sua Diocese, Dom Luís seguiu o caminho adotado pela Igreja brasileira que nesse momento buscava se reafirmar politicamente e ideologicamente. A República Velha é um período chave para compreender como o catolicismo continuou desempenhando um importante papel na sociedade brasileira moderna, como observa Miceli (1998):

O processo de “construção institucional” da Igreja Católica brasileira ao longo da República Velha (1890-1930), se prende de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, aos desafios organizacionais

e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira. [...] O movimento de reação eclesial desembocou numa série de iniciativas que, [em] longo prazo, significou o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo da concorrência ideológica, cultural e religiosa. (MICELI, 1988, p. 11-29).

Com o apoio garantido junto ao governo no caso das demolições da Matriz e do Arco da Conceição e a prerrogativa de ser presidente do IAGHP, Dom Luís reuniu condições para realizar um antigo desejo seu: a reforma da secular “Cathedral de Olinda”.

### **2.3 Uma nova Catedral para uma nova Arquidiocese: a reforma da Sé de Olinda**

Em meio a reforma urbana do Recife e a elevação da Diocese de Olinda a Arquidiocese, Dom Luís Brito apresentou uma proposta de se reformar a velha Catedral de Olinda. Através da Carta Pastoral<sup>8</sup> de 18 de fevereiro de 1910 (ANEXO A) enviado a toda a Arquidiocese, o projeto foi formalmente apresentado à sociedade. Nesse documento, Dom Luís Brito expôs a sua motivação pessoal para reformar o templo:

Na velha e legendaria cidade de Olinda, que a seus pés recebe a homenagem do Oceano, que os vem beijar, no alto do seu premonitório, donde se contemplam bellezas, que a tela não pode reproduzir, com olhar pressago adivinhando as grandezas que a Providencia prepara para enriquecer a Veneza Americana que, lhe sendo filha, hade sempre amal-a e reverencial-a, ergue-se a antiga igreja do Salvador, testemunha dos prodígios que emolduram a nascente capitania, e coroaram de gloria os valentes heroes que conquistaram para si o legitimo titulo de Leões do Norte. Dentro de suas vetustas paredes ouviram-se os mais pungentes gemidos da pátria oppressa, como, como echoavam em suas abobadas as notas melodiosas dos hymnos e acções de graças pelas glorias conquistadas. Alli assentou-se o primeiro throno episcopal, e de sua eminencia, do fulgor de sua mitra episcopal, pastores por todos os titulos venerados ergueram as mãos ungidas para abençoar esse povo de heróes (BRITO, 1910, p. 1).

Adotando um tom extremamente metafórico, Dom Luís Brito refletiu sobre o suposto estado de conservação da Catedral, sugerindo um possível abandono por parte do clero. No mesmo documento abriu oficialmente uma campanha pública para

---

<sup>8</sup> Uma carta pastoral é uma carta aberta escrita por um bispo dirigida a toda comunidade religiosa da sua Diocese, contendo mensagens ou instruções para diversas circunstâncias.

arrecadação de fundos para sua a “conservação”, sugerindo, ao menos no discurso, que pretendia revitalizar a Catedral através das doações dos fiéis:

[...] a vetusta Sé de Olinda, como velha matrona, outr’ora refulgente de gloria e riquezas, hoje escondendo em seu merencorio silencio os andrajos que mal lhe cobrem a nudez!! E’ triste, veneraveis irmãos e filhos muito amados, o quadro que não hemos mister de vos pintar, pois todos com dor o contemplamos!! Poucos são os veneraveis sacerdotes, que ainda compõem o Cabido de Olinda, e por admirável esforço de zelo e apego filiaes assentam-se sob as velhas arcadas, não deixando silencioso o templo do Deus vivo, [...] Não vos envergonha estender-vos a mão, pedindo-vos uma esmola para **guardar, conservar e vestir nossa Mãe comum** (grifo nosso). [...] (BRITO, 1910, p. 1).

Já há algum tempo Dom Luís Brito já vinha alertando sobre uma possível degradação do templo. Durante o sermão da Semana Santa de 1910 na Catedral, Dom Luís chamou a atenção dos presentes sobre o seu estado e manifestou a sua vontade de reformar a velha Sé de Olinda:

D. Luiz estendeu-se em largas considerações sobre o culto externo e interno, este que era feito no coração dos homens e aquelle nos templos catholicos. Poz em relevo a importancia da Cathedral, a igreja mãe, aquella onde funcionava o senado episcopal e igualmente notável pela sua tradição historica. Em seguida s. exc. chamou a atenção dos fieis para o mau estado em que ella se encontrava e disse que projectava restaural-a e embellezal-a (NA CATHEDRAL, 1910, p. 1).

Desde o século XIX, já era de conhecimento público a precariedade do estado de conservação dos imóveis do bispado em Olinda. Durante a visita do Imperador Pedro II às províncias do Norte e Nordeste do Brasil em 1859, ao visitar a Sé, sobre ela escreveu:

Na estrada de Olinda havia um pavilhão, onde recebi as congratulações e chaves da cidade por parte da Câmara, e fui por ladeiras um pouco íngremes para a Sé, que fica para o extremo oposto. É uma bela igreja de 3 naves, porém, baixas, separadas por colunas, que estando caídas não pude reconhecer se eram monólitos conforme diz o Jaboatão<sup>9</sup> (AULER, 1950, p. 407).

---

<sup>9</sup> Aqui o Imperador parece estar se referindo a descrição feita por parte do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão no livro “Novo orbe serafico brasilico, ou, chronica dos frades menores da provincia do Brasil”, publicado originalmente em 1761, e reimpresso pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1858.

Sobre o antigo Palácio dos Bispos que fica a poucos metros da Catedral, Adelino Freire escreveu em 1896:

O Paço de Olinda, cuja ultima reconstrucção data de 1821, [...], foi abandonado conservando-se apenas no andar térreo a secretaria do bispado, tambem removida depois para o Recife. O andar superior esteve por vezes ocupado por particulares, [...]. Cahiu, há bem poucos annos, parte dos torreões que ornavam a fachada e o velho paço teria ruído completamente, si o virtuoso bispo dom Manoel dos Santos Pereira não tractasse actualmente dos reparos indispensaveis [...] (FREIRE, 1896, p.79).

Apesar da Catedral nunca ter deixado Olinda, o governo da Diocese era de fato no Recife. Segundo Freire (1896), acompanhando o ritmo de crescimento do Recife, em 1833 o bispado se mudou definitivamente para o Palácio da Soledade, visitando a cidade de Olinda esporadicamente. Tal mudança pode ter contribuído para a degradação da Catedral.

O ano de 1911 começou de forma muito positiva para o bispado. Através do Consistório da Santa Congregação, o Papa Pio XI em 5 de dezembro de 1910 desmembrou a então Diocese de Olinda em outras menores e a elevou-a ao grau de Arquidiocese, tornando a Sé de Olinda em catedral metropolitana. A notícia da elevação do título de Arquidiocese não podia ser melhor para Dom Luís Brito. Naquele momento, eram poucas as arquidioceses no Brasil, e a nova titulação foi motivo de orgulho para os pernambucanos.

As solenidades que marcaram as comemorações da elevação ao título de Arquidiocese foram palco para o discurso em favor da reforma da Sé. Para um projeto tão audacioso como esse, Dom Luís precisava de um apoio mais efetivo da sociedade civil. No dia 16 de julho de 1911 foi celebrada missa solene na Catedral da Sé, onde *A Tribuna Religiosa* noticiou o discurso de Dom Luís Brito defendendo a reforma:

D. Luis pronunciou por sua vez uma commovente allocucção, agradecendo a todos os que haviam concorrido para aquella manifestação de respeito e amor filial, affirmando que, de ante dessa ressurreição do espirito religioso, que se nota nos tempos presentes, nutria em seu coração a esperança de ver um dia a velha Sé de Olinda se levantar, gloriosa, de suas cinzas e brilhar, não só pela reconstrucção, que elle esperava em Deus poder realizar, mas principalmente pelas pedras vivas que são os corações de seus filhos (D. LUIZ, 1911, p. 1).

A comoção gerada pela notícia fez aumentar consideravelmente a quantidade de doações para o projeto. *A Tribuna Religiosa* publicou semanalmente as

subscrições públicas em favor da obra. Em 2 de outubro de 1910 tinha sido arrecadado 13:944\$460 (Treze contos, novecentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta réis). Em 14 de janeiro de 1911, o jornal contabilizou a quantia de 16:343\$080 (Dezesseis contos, trezentos e quarenta e três mil e oitenta réis) para as obras. Em 5 de maio do mesmo ano, o montante arrecadado já era de 25:052\$060 (Vinte e cinco contos, cinquenta e dois mil e sessenta réis).

A cerimônia da aposição do Pálio<sup>10</sup>, em 16 de março de 1912, também movimentou o clero pernambucano. O mesmo número de *Tribuna Religiosa* (23 de março de 1912) que noticiou a cerimônia também anunciou a chegada dos primeiros materiais vindo da Europa para a obra. A cerimônia foi um importante eixo de visibilidade para o bispo, que teve a oportunidade de receber autoridades locais e regionais nesse evento. A escolha da Igreja do Carmo no Recife deixou evidente a rejeição à velha Catedral:

Após pequena demora, teve principio o solemne pontifical, celebrado pelo exmo. sr. d. Aducto, bispo da Parahyba, [...]. O exmo. sr. arcebispo d. Luiz, assistiu á ceremonea sobre o thorno, [...]. Na capella mór notavam-se as presenças do exmo. sr. governador do Estado e seus dois officiaes de gabinete, grande numero de sacerdotes, [...]. Findo o pontifical, teve lugar a ceremonea da imposição do pallio. A insígnia archiepiscopal, foi colocada sobre os hombros do novo metropolitano, pelo exmo. sr. bispo da Parahyba d. Aducto Aurelio de Miranda Henriques (A IMPOSIÇÃO, 1912, p. 2).

Em meio à reforma urbana do Recife, o projeto da Sé impressionou os fiéis pernambucanos, que viram a possibilidade de sua Catedral torna-se um grande monumento que orgulhasse a sua fé. O *Jornal do Recife* de 19 de novembro de 1912 deixa claro a simpatia que a imprensa deu ao projeto:

Gozando de alta sympathia no meio dos seus jurisdictionados, certo o illustre entistite conseguirá o seu desideratum. Não é fora de proposito dizer que a planta do templo é bellissima e que depois de reconstruído o mesmo será um edificio que honrará Olinda e á religião. Fazemos votos para que os esforços de d. Luiz sejam coroados de exito (CATHEDRAL, 1912, p. 2).

Ao final do mesmo mês (março de 1912), a Catedral foi fechada para o culto. Os jornais noticiaram a transferência das cerimônias da Semana Santa para a Matriz

---

<sup>10</sup> O Pálio é uma espécie de colarinho de lã branca, com dois apêndices, um na frente e outro nas costas, com 6 cruces bordadas ao seu redor. Originalmente era exclusivo dos papas, sendo depois estendido aos bispos que assumem uma arquidiocese, simbolizando o poder na província e sua comunhão com a Igreja de Roma.

da Boa Vista. Como Catedral provisória foi escolhida a Igreja da Graça, nessa época mais conhecida por “Capella do Seminário”, localizada a poucos metros da Sé.

### 2.3.1 O projeto

A ideia de se reformar a Catedral mexeu com um dos símbolos mais marcantes da velha cidade de Olinda. Segundo Menezes (1985), a Sé, dedicada a São Salvador do Mundo, foi iniciada em 1540 por ordem do donatário Duarte Coelho Pereira, seguindo alvará régio de 5 de outubro de 1535 que criara a Paróquia do Salvador, matriz da então Vila de Olinda. De acordo com o mesmo autor, o templo estaria completamente concluído em 1621 com a construção da torre por iniciativa da Câmara de Olinda, segundo consta carta dirigida ao capitão-mor governador da capitania de 13 de novembro de 1621.

O incêndio de Olinda na noite de 24 de novembro de 1631 pelos holandeses danificou seriamente a igreja, sendo sucessivamente restaurada após a Restauração pernambucana em 1654. Em 1676 com a criação da Diocese de Olinda pelo Papa Inocência XI pela bula *Ad Sacram Beati Petri*, o templo foi elevado ao título de Catedral da Diocese.

Para os trabalhos da remodelação da Catedral, Dom Luís Brito convidou um antigo colaborador seu, o arquiteto Rodolpho Lima, que era professor de desenho de tradicionais escolas pernambucanas como Ginásio Ayres Gama, Escola Pinto Júnior e o Ginásio Pernambucano. Seu nome era facilmente visto em anúncios de escolas publicados em jornais da época, também aceitando trabalhos externos. Naquele momento também estava ocupado com a construção do Gabinete Português de Leitura, na Rua do Imperador<sup>11</sup>.

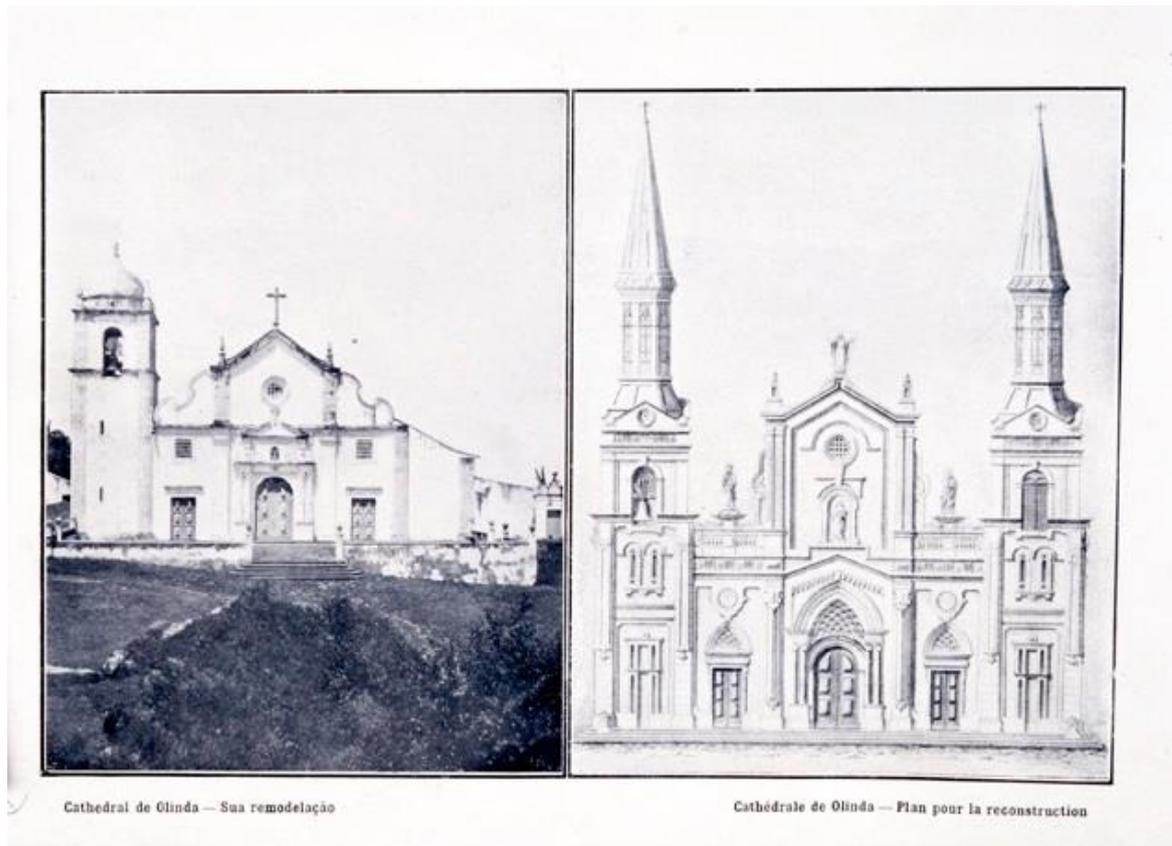
Seu primeiro trabalho com Dom Luís Brito tinha sido o projeto da capela e do nicho dedicado à Nossa Senhora da Conceição, no local até então conhecido como Morro da Boa Vista, ou do *Bagnoulo*. Paralelamente as obras da Sé, Dom Luís Brito o encarregou para a remodelação da Igreja e do Hospital do Paraíso, que pertenciam à Santa Casa de Misericórdia, instituição de caráter beneficente ligada à

---

<sup>11</sup> Durante a pesquisa para esse trabalho, foram encontrados em jornais distintos, vários anúncios de escolas em que apareciam o nome de Rodolpho Lima no corpo docente das instituições. O Álbum de Pernambuco para 1913 traz o projeto o Gabinete Português de Leitura assinado pelo arquiteto.

Arquidiocese<sup>12</sup>. Segundo Loretto (2008), o templo inicialmente construído em fins do século XVII foi completamente remodelado no estilo neogótico.

O projeto apresentado por Rodolpho Lima e aprovado pelo bispo contemplou a remodelação quase que completa da catedral, aproveitando poucos elementos do antigo templo. A feição maneirista-barroca do templo ganhou um aspecto eclético, de predominância neogótica.



**Figura 3:** Projeto de reforma da Sé de Olinda. Fonte: Álbum de Pernambuco edição de 1913, p. 139.

Na figura acima temos uma reprodução do projeto da nova fachada comparando com uma fotografia de como o templo se encontrava naquele momento. Tal registro foi publicado no *Album de Pernambuco* de 1913 que mostrou as grandes obras em andamento naquele momento em Pernambuco. Cabe destacar que o referido *Album* foi uma publicação institucional do Governo do Estado, o que evidenciou o grande apoio que a Arquidiocese recebeu por parte das autoridades.

Confrontando as duas imagens, a diferença é muito grande. Com o projeto, a fachada ficou completamente distinta do original, aproveitando apenas a alvenaria

<sup>12</sup> Sobre a Igreja do Paraíso ler: LORETTO, 2008.

estrutural. O *Almanach de Pernambuco* publicado em 1920 contém uma excelente descrição do projeto executado por Rodolpho Lima:

A fachada principal [...] é verticalmente dividida em cinco secções, sendo as duas laterais ocupadas por duas torres de base retangular que terminam em flechas octogonaes, construídas em concreto armado, e cujos vértices se acham ao solo a altura aproximadamente de 40 metros; as duas secções contíguas que correspondem às naves lateraes, pela parte interna, são fechadas em platibandas interrompidas por dois acrotérios que servem de suportes às estátuas de S. Pedro e S. Paulo, e secção central que compreendendo a entrada principal, acima da qual se encontra vistoso nicho que encerra a estátua da Conceição e que é encimado por uma em que se vê esculpido um pálio archiepiscopal, termina em esbelto frontão coroado por uma importante estátua do Christo Redemptor. (ALMANACH, 1920, p. 289).

No projeto da fachada percebe-se a presença de novas devoções, todas extremamente ligadas à Igreja de Roma: Virgem da Conceição, dogma formalmente oficializado em 1854; Cristo Redentor, que remete a devoção ao Coração de Jesus, no qual o Papa Leão XIII o dedicou à virada do século; São Pedro e São Paulo, apóstolos símbolos da Igreja, ambos martirizados em Roma nas perseguições aos cristãos no primeiro século; todos esses símbolos sugerem uma aproximação ideológica com a Igreja de Roma, que nesse momento segue uma tendência da Igreja brasileira de modernização que ficou conhecida como “romanização”.

Segundo Monteiro (2011), a romanização do catolicismo refere-se à reorganização institucional da Igreja baseada nas determinações da Cúria Romana. Surgiu como um desdobramento da orientação política da Igreja, refletindo, portanto, um esforço de adaptação e reação da Igreja aos novos desafios advindos da ascensão dos ideais iluministas, contidos no liberalismo, no racionalismo e no socialismo, os quais questionavam e combatiam sua influência ideológica em várias esferas sociais.

Sobre a remodelação do interior do templo, o próprio Dom Luís em entrevista publicada no *Jornal do Recife* de 17 de abril de 1910, descreveu as intervenções que seriam realizadas na Catedral. Na ocasião, novamente o arcebispo evidenciou um suposto estado de ruína, sobretudo do forro da nave:

O sr. Bispo d. Luiz, com quem nos foi permitida a respeito uma palestra amistosa, disse-nos alguma cousa de suas intenções, cujo conhecimento deve ser de interesse aos leitores catholicos do Jornal. E' intuito de s. exc. Levantar a cathedral, desenvolvendo a torre, o frontespicio e as paredes lateraes para maior elevação das naves, cujo

forro se encontra presentemente em completo estado de ruínas (CATHEDRAL, 1910, p. 2).

Na mesma entrevista, o arcebispo declarou que a reforma também contemplaria o interior da Catedral, onde o mesmo descreveu as intervenções a serem realizadas:

A capella-mór será prolongada sobre o oitão para maior conforto e elegancia, reconstruindo-se também a capella do Sacramento e a da Preparação. O côro actual desaparecerá. O altar-mór ao em vez de retábulo ficará sob um baldaquino, por traz do qual será elevado o côro dos cantores e do órgão. O ladrilho será também inteiramente substituído. O desenvolvimento da torre e do frontespicio a que fizemos referencia, obedecerá á seguinte medida: para a torre 8 metros mais, para o frontespicio 4 metros. Construir-se-á, conforme o projecto, uma segunda torre (CATHEDRAL, 1910, p. 2).

Na inexistência conhecida de outro documento sobre o estado de conservação do templo naquele momento, a única fotografia<sup>13</sup> conhecida do seu interior antes da reforma (figura 4) acaba nos fornecendo algumas informações sobre a Catedral. Mas, mesmo a fotografia evidenciando perdas no forro, o que corroboraria em parte o argumento do arcebispo, a fotografia é ainda pouco conclusiva sobre o real estado do templo naquele momento.

---

<sup>13</sup> A fotografia em questão foi publicada na edição de dezembro de 1938 da *Revista Maria*, publicação da Congregação Mariana sob a direção do Conego Alfredo Xavier Pedrosa, professor do Seminário de Olinda.



**Figura 4:** Aspecto interno da Sé de Olinda antes da reforma. Fonte: PEDROSA, 1938, p. 249.

Apesar da fotografia contemplar uma visão mais geral do templo, com a ajuda da conhecida descrição<sup>14</sup> feita por Pereira da Costa (1984, p. 261) podemos concluir que o projeto proposto não se foi uma restauração tal como entendemos hoje.

<sup>14</sup> Dividido em três naves formadas por uma bela e elevada arcaria sobre colunas de pedra, ficando sobre estas e os claros formados pela junção dos arcos semicirculares dos apóstolos, em meio corpo, ao natural, fecham assim as duas naves laterais, as capelas, do SS. Sacramento e do Santo Cristo, e a central, a capela-mor, onde se acha colocada o solio arquiépiscopal e as cadeiras corais do corpo capitular, e um bom trabalho em jacarandá, e lateralmente dispostas, em linha. O altar e o retábulo, com um nicho em altura superior onde se vê, em grande vulto, a imagem de São Salvador, o padroeiro do templo, da paróquia e da cidade, são de um esmerado e vistoso trabalho de talha dourada; e as paredes laterais do santuário, com grandes óculos elípticos, envidraçados, são ornados de seis grandes painéis a óleo sobre madeira, emoldurados em talha, representando, em vulto natural, as figuras de santos doutores da igreja, e contendo cada um a sua competente legenda. [...] A capela do Sacramento é de agradável perspectiva pela bela disposição artística do seu altar e retábulo, de talha dourada, e ornada de boas alfaias notando-se um bonito lampadário de três luzes e a sua barra de azulejo antigo, que parece assim indicar ter sido a capela-mor da primitiva igreja, onde talvez não chegou o incêndio da cidade, ateadado pelos holandeses em 1631. [...] A capela do Santo Cristo é quase que igual à do Sacramento, quanto ao seu altar e retábulo, fechada com uma grade de balaústres de jacarandá torneados, que chega até as cornijas das pilastras do arco, e tendo as paredes revestidas de quatro

Para a capela-mor foi previsto a retirada do retábulo que segundo Pereira da Costa era de talha dourada (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 261), com a colocação de um baldaquino onde ficaria o altar e o trono do arcebispo, com a retirada dos seis grandes painéis<sup>15</sup> em óleo sobre madeira que adornavam a referida capela para a abertura do novo coro.

As capelas do Santíssimo Sacramento e do Santo Cristo colaterais à capela-mor e os cinco altares das paredes laterais que também deveriam ser remodeladas foram preservadas parcialmente à reforma, exceto pela retirada dos painéis à óleo e da grade que adornavam a segunda capela. Segundo Pereira da Costa (1984, p. 261), os cinco altares das naves eram dedicados à S. Miguel Arcanjo, o Anjo Custódio e Santa Quitéria, representados em painéis a óleo<sup>16</sup>. Nos outros dois altares ficavam o batistério e o cemitério da comunidade capitular.

É importante frisar que nesse momento as intervenções feitas em edifícios já existentes foram, ao longo do tempo, voltadas, em geral, para sua adaptação às necessidades da época e ditadas por exigências práticas e de uso. As teorias do restauro já publicadas na Europa há algum tempo, pareciam não fazer sentido em uma sociedade que desprezava seu passado colonial e desejava modernização. Ser um restaurador não interessava a Rodolpho Lima, nem a qualquer outro arquiteto da época, afinal seu poder criativo é o que o indicaria para futuros projetos.

O projeto da Sé é mais um exemplo da arquitetura eclética que dominou o final do séc. XIX e o início do séc. XX no Brasil. O ecletismo surgiu ainda no século XVIII, na Inglaterra, e se firmou ao longo do séc. XIX na Europa. Os novos valores ditados pela revolução industrial alterando radicalmente os cânones arquitetônicos.

---

painéis a óleo sobre madeira, representando uma oração de Cristo no Horto e três a flagelação. [...] Ao correr das duas naves laterais, à face das paredes, ficam cinco altares singelos em suas disposições ornamentais, sendo três dos seus padroeiros, S. Miguel Arcanjo, o Anjo Custódio e Santa Quitéria, representados em painéis a óleo, em vultos naturais, sendo os dois primeiros de uma bonita e vistosa pintura. As paredes das naves laterais são revestidas de uma alta barra de azulejos, com painéis representativos de fatos da história do cristianismo, vendo-se sobre suas ornamentações divisórias uma espécie de frontão em caprichosos recortes. Esses azulejos são do mesmo gosto dos que se veem na igreja do convento de S. Francisco da mesma cidade. O forro da nave central, de forma semicircular, acompanhando assim à do grande arco da capela-mor, é de madeira entalhada e de uma belíssima ornamentação artística; e o coro, com dimensões para uma grande orquestra, fica entre as duas primeiras colunas da mesma nave e a parede da fachada, correspondendo a sua porta principal, com varandas para as três partes, e com acesso por uma escada de volta. [...]

<sup>16</sup> Por alguma razão desconhecida, os painéis que adornavam as capelas foram preservados pela Arquidocese e atualmente encontram-se expostos na Pinacoteca de Igarassu.

Para Pedone (2005, p. 130), os arquitetos ao utilizarem sem preconceitos todos os recursos dos novos materiais e ao explorar as potencialidades das tecnologias para solucionar os novos tipos de edificação, descobriram os valores das diferentes arquiteturas dos séculos passados. Fabris define o ecletismo arquitetônico como:

[...] um fenômeno mais vasto, que requer uma abordagem interdisciplinar, na qual se entrecruzem a história das mentalidades e a história da arquitetura com vistas não ao estudo do monumento isolado mas a uma concepção particular do espaço urbano que deita raízes em ideais como magnificência, expressividade, monumentalidade com a intenção de glorificar uma ideologia ou uma classe (FABRIS, 1993, p. 135).

O neogótico, orgulhosamente citado como o estilo escolhido para a nova Sé foi a personificação desse tempo moderno, ao menos na sua concepção. Para a Igreja, o neogótico se apresenta como uma possibilidade entre os tantos historicismos que surgem com o ecletismo, principalmente pelo seu caráter simbólico. Sobre essa dinâmica, Martín Checa-Artasu discorre:

Sin embargo, se trata de un estilo foráneo e importado, que accede al solar americano desde distintas influencias, estas no siempre directas. Un hecho este que lo sitúa en una lógica ambivalente. Para ciertos estamentos políticos latinoamericanos será sinónimo de una necesaria magnificencia apegada a uma modernidad concreta que se vincula a procesos justificadores de la construcción y consolidación del Estado y que además, son bendecidos por la Iglesia. Para esta, especialmente para su jerarquía, es el estilo que propone el retorno a un pasado glorioso donde la Iglesia tenía un papel axial en la sociedad. El neogótico quizás como ningún otro estilo arquitectónico, esconde el deseo por un retorno al pasado pero asociado a la política y a la construcción nacional, propone un acceso diferente a la modernidad. Pasado y modernidad se darán entonces la mano en los entornos locales: ciudades y pueblos, reflejado en la construcción o restauración de templos católicos en estilo neogótico. (CHECA-ARTASU, 2013, p. 5).

O neogótico fazia reviver um tempo de glória e poder econômico que não existia há muito tempo, sendo o estilo escolhido para reformar algumas catedrais no Brasil nesse período como a de São Paulo empreendida por Dom Duarte Leopoldo e Silva, primeiro arcebispo de São Paulo.

### **2.3.2 As obras**

Após dois anos de arrecadação, as obras da Sé se iniciaram-se formalmente em 1912. Os trabalhos avançaram rápido, pois no dia 19 de novembro do mesmo, os

jornalistas do *Jornal do Recife* relatam a visita que tinham realizado no dia anterior as obras da Sé.

Vimos a elegante planta da futura igreja que obedece ao estylo gothico. E' flanqueada por duas torres, tendo da base ao cimo cada uma delas 40 metros. Uma das torres já está quase prompta, faltando apenas revestir de cimento armado uma das partes que é de ferro. Não é fora de proposito dizer que a planta do templo é bellissima e que depois de reconstruído o mesmo será um edificio que honrará Olinda e á religião. [...] As torres e a fachada deverão ficar promptas até março e o resto do templo em praso mais largo (CATHEDRAL, 1912, p. 2).

A previsão estimada pelos jornalistas da conclusão das torres e da fachada realmente se concretizou, pois em 1º de fevereiro de 1913 ocorreu a cerimônia da benção das cruzes das torres que naquele momento já se encontravam levantadas (CATHEDRAL, 1913, p. 2). O *Jornal do Recife*, aliado do governo Dantas Barreto foi um dos grandes incentivadores do projeto.

Em reportagem especial publicada em 19 de junho de 1914, foi publicado uma fotografia do canteiro de obras da Catedral naquele momento (figura abaixo). Apesar da qualidade do registro não ser muito boa, é nítido que boa parte da fachada se encontrava concluída naquele momento, com as torres já completamente levantadas e as estátuas colocadas nos seus respectivos lugares.



**Figura 5:** Foto do andamento das obras da Sé. Fonte: *Jornal do Recife*, 19 de junho de 1914, p. 1.

O avanço rápido das obras da Catedral só foi possível pela boa quantidade de dinheiro arrecadado junto às subscrições e evidentemente pelo amplo apoio político que recebeu naquele momento. No dia 31 de maio de 1911, o jornal *A Província* na sessão “Telegrammas”, foi noticiado que foi apresentado um projeto de lei com grande número de assinaturas, concedendo isenção de impostos aduaneiros para o material destinado à reforma da Sé, que como contrapartida cederia um terreno para o estabelecimento de um posto zootécnico.

Após ter colaborado com o governo na demolição da Igreja do Corpo Santo, Dom Luís Brito contou com o empenho do governador Dantas Barreto para a realização da reforma da Sé. O General Dantas Barreto assumiu o poder em 1911, ferrenho opositor do grupo político do Conselheiro Rosa e Silva, até então dominante no estado.

O governo de Dantas Barreto caracterizou-se pela violência e pela censura aos jornais, principalmente pelas disputas entre “Rosistas” e “Dantistas” (BEZERRA, 2011). O período do governo de Dantas Barreto pode ser entendido com mais um dos governos autoritários da República Velha. Carvalho (2002) analisa esse período como:

Do ponto de vista da representação política, a Primeira República (1889-1930) não significou grande mudança. Ela introduziu a federação de acordo com o modelo dos Estados Unidos. Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidentes de estado e prefeitos. Mas a aproximação se deu sobretudo com as elites locais. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais. Nos casos de maior êxito, essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política (CARVALHO, 2002, p. 41).

A esposa do General Emídio Dantas Barreto, Dona Demétria Dantas Barreto destaca-se como uma das grandes colaboradoras do projeto. Em artigo publicado em *A Província* de 24 de janeiro de 1914, a comissão das obras elogia o trabalho da benemérita:

É effectivamente, porque não á um grupo de senhoras pertencentes a mediocridade social: é uma commissão composta do que há de mais

eminente e representativo na sociedade feminina pernambucana. [...] E a primeira filha a ouvir commovida e terna o pedido carinhoso de Jesus foi a exma. sra. d. Demetria Dantas Barreto, dignissima esposa do pleclaro governador do estado e espirito eminentemente christão, cuja cultura moral e religiosa lhe arrasta profundas homenagens por parte de quem tem a honra de participar de sua encantadora bondade (OBRAS, 1914, p. 1).

Mais do que uma simples reforma, o projeto empreendido por Dom Luís Brito se mostrou cada vez mais imerso em um projeto político pessoal do próprio arcebispo, sustentado por uma trama de interesses conjuntos entre Estado e Igreja nesse momento. Analisando a reforma da Sé de Olinda pela perspectiva de Bourdieu, constatamos a grande influência de Dom Luís Brito, que para nós estava dotado de um grande “poder simbólico” para levar a frente o projeto. Para Bourdieu, associado ao poder simbólico está o capital político, que se constitui em um crédito baseado “na crença e no reconhecimento” (BOURDIEU, 2001, p. 187-188).

Ainda sobre o poder simbólico, o autor discorre sobre as relações de comunicação, que para ele são sempre “relações de poder que dependem, na forma e conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que [...] podem permitir acumular poder simbólico” (BOURDIEU, 2010, p. 11). Assim, Dom Luís Brito acumulou poder simbólico, fato atestado pela sua posição como arcebispo e o seu ingresso no IAHPG, instituição de caráter intelectual e político.

O fato da Igreja estar desvinculada institucionalmente ao estado com o advento da República, não a colocou à margem do poder político. Miceli (1988, p. 21), ressalta que: “a separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais (...)”. O mesmo autor sustenta que embora legalmente vigorasse o regime de separação entre Igreja e Estado, o que se viu foi um conjunto de colaborações entre as elites políticas locais e o clero.

Após dois anos de trabalho em ritmo acelerado em 1915 surgem alguns problemas de ordem prática e econômica. No âmbito internacional, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 prejudicou a importação de materiais necessários para a reforma. Nesse momento, todas as atenções se voltaram para o conflito, e inclusive a Arquidiocese dá forte destaque, no jornal *A Tribuna Religiosa*, aos acontecimentos na Europa.

No âmbito local, em fins de 1915, a reforma da Sé de Olinda perdeu o seu maior incentivador. Após nove anos como bispo e cinco como arcebispo de Olinda, Dom Luís Brito morreu no Palácio da Soledade em 9 de dezembro de 1915. O jornal *A Província* de 10 de dezembro de 1915 noticiou a cerimônia de exéquias realizada na Matriz da Boa Vista, em virtude da reforma da Sé.

Os destinos tomados pela Catedral de Olinda e a Matriz do Corpo Santo, ambas geridas pelo mesmo “Dom”, tornar-se-ão símbolos de um tempo em que o progresso destruía sem grandes conseqüências. Os anos que se seguiram formaram uma intelectualidade que contestou tais atitudes, vislumbrando um futuro de preservação histórica em Pernambuco e no Brasil.

### 3 O INÍCIO DAS CRÍTICAS: DOM SEBASTIÃO LEME

#### 3.1 O novo arcebispo de Olinda

Após alguns meses de vacância, em 29 de abril de 1916 foi nomeado Arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, até então bispo-auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Nascido em Espírito Santo do Pinhal (SP), estudou na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e foi ordenado padre em 1904, em Roma. Em 1911, foi eleito bispo-auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro, consagrado em Roma, pelo Cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A chegada de Dom Sebastião Leme à Arquidiocese de Olinda foi um dos eventos mais marcantes da Igreja Católica no Brasil durante a República Velha. A publicação da *Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese* ao assumir, o arcebispo lançou as bases do chamado movimento recatolizador brasileiro, que destacou a importância da participação do clero e dos intelectuais católicos na política, visando a formação de uma “neocristandade”<sup>17</sup>.

Tal documento simbolizou, segundo Azzi (1994, p. 25), uma etapa de verdadeira afirmação católica diante da sociedade brasileira. Moura (2010, p. 101), entende que Dom Sebastião Leme traçou um panorama das questões políticas e sociais daquele momento, demonstrando quais deveriam ser as ações do clero e dos leigos para a retomada da ordem católica.

Dom Sebastião Leme chegou em Recife no dia 15 de agosto de 1916, onde foi recebido por autoridades civis e religiosas na Igreja do Espírito Santo para um *Te Deum* em sua homenagem. Pela primeira vez em muitos anos, o ritual de posse do novo arcebispo teve que ser completamente modificado. Segundo a tradição, o bispo vestiria as vestes litúrgicas na Igreja de São Sebastião, e seguiria em procissão pela Ladeira do Varadouro (atual Rua Joaquim Nabuco) até chegar à Sé de Olinda.

Por se encontrar em obras, a Catedral não pôde receber a cerimônia, que aconteceu na Igreja da Graça, a Catedral provisória. Semanas antes da posse, o coro

---

<sup>17</sup> Segundo Azzi, (1994, p. 22) o conceito de Restauração Católica estava baseado nas afirmações propostas por Pio XI, que entendia que era necessário “restaurar todas as coisas em Cristo”. O termo foi utilizado para reconduzir a Igreja romana à posição de colaboradora com o Estado, fazendo com que os ensinamentos católicos voltassem a ser parte constituinte da sociedade.

da Igreja da Graça, que naquele momento servia de Catedral provisória, desabou, obrigando a transferência da cerimônia para a Igreja do Carmo. Tal incidente renunciou a situação que Dom Sebastião Leme iria encontrar ao tomar posse.

No dia 21 de agosto de 1916, cinco dias após a sua posse, Dom Sebastião Leme recebeu os jornalistas do *Jornal do Recife* no Palácio da Soledade para a sua primeira entrevista como arcebispo de Olinda. Segundo o jornal, “na intenção de bem informar os nossos leitores sobre certos assumptos de interesse na archidiocese olindense” (O “JORNAL”, 1916, p. 1).

Logo após os cumprimentos iniciais, uma das primeiras perguntas feitas pelo *Jornal do Recife* ao arcebispo foi sobre a situação da Sé de Olinda, cujas obras se encontravam paralisadas. Sobre o assunto, o arcebispo procurou não se comprometer respondendo: “Não lhe posso dizer nada por ora, estou ainda na lua de mel de meu archiepiscopado. Contudo é meu desejo concluir as obras iniciadas, para o que se faz mister estudar primeiramente as possibilidades da archidiocese” (O “JORNAL”, 1916, p. 1).

Insistindo no assunto, o jornal perguntou ao arcebispo qual seria o templo que serviria de Catedral. Novamente, o arcebispo desconversou, afirmando que ainda não tinha cogitado sobre o assunto. Ao longo da entrevista, o Jornal discorreu sobre a situação de conservação dos templos da cidade, e acabou tocando no assunto da ‘Capella do Seminário’, que perguntou: “E o Seminario de Olinda cuja capella ameaça desabar, tanto que v. exc. não pode tomar posse do governo archidiocesano, conforme principio fora assentado?” (O “JORNAL”, 1916, p. 1). Sobre esse assunto, o arcebispo foi novamente evasivo na resposta, mas procurou minimizar a questão: “Tambem nada ha resolvido. Entretanto, de minha visita ao Seminario trouxe a mais agradável impressão” (O “JORNAL”, 1916, p. 1).

Apesar da breve entrevista, o arcebispo foi questionado sobre as pendências deixadas por Dom Luís Brito como a Catedral de Olinda e a Matriz do Corpo Santo, evidenciando a importância que esses assuntos tinham para serem imediatamente abordados na sua primeira entrevista como arcebispo. A entrevista acabou recuperando discussões que futuramente seriam problemas ao seu trabalho à frente da Arquidiocese.

### **3.2 A Venda do Palácio da Soledade**

No dia 17 de fevereiro de 1917, poucos meses após a sua posse, o *Jornal do Recife* foi o primeiro a anunciar que o arcebispo Dom Sebastião Leme tinha vendido o Palácio da Soledade à Ordem dos Jesuítas para a instalação de um colégio na cidade:

O exm. sr. arcebispo metropolitano d. Sebastião Leme, de acocordo com o rvdm. Cabido, acaba de traspasar pela quantia de 200.000\$000 á Congregação dos rvdms. Padres Jesuitas, o antigo palácio archiepiscopal da Soledade. A importante congregação vai instalar, naquelle predio, um importante estabelecimento de ensino semelhante ao que existe na florescente cidade de Itú, no Estado de S. Paulo (O PALACIO, 1917, p. 2).

No mesmo artigo, o jornal deixou claro a sua posição contraria à venda ao afirmar que: “o Palacio da Soledade sempre foi a antiga residencia dos srs. Bispos. Tinha as suas tradições e por isso mesmo não é sem um certo pezar que se vê agora realizada a sua venda” (O PALACIO, 1917, p. 2). A fim de esclarecer os motivos que o levaram a efetuar a venda do palácio, Dom Sebastião Leme recebeu os jornalistas do *Jornal do Recife*, que publicaram suas impressões da entrevista na edição do jornal do dia 19 de fevereiro de 1917:

No intuito de informarmos aos leitores a respeito da resolução de sua exc. Revdma. O sr. d. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, vendendo o palacio da Soledade, procuramos hontem ouvir o digno chefe da igreja catholica pernambucana. Assim sendo, ás 15 horas estivemos no velho palacio onde fomos fidalgamente recebido pelo illustre antistite. Declarado o fim de nossa visita, sua exc. Nos disse que effectivamente vendera o palacio aos padres da Companhia de Jesus, de Portugal, os quaes aqui pretendem fundar um grande estabelecimento de ensino (A VENDA, 1917, p. 1).

Ao *Jornal do Recife*, Dom Sebastião Leme confirmou que tinha vendido o Palácio da Soledade a Ordem dos Jesuítas, a fim de fundarem um colégio no Recife. Na entrevista, o arcebispo explicou que o Palácio era muito grande e assim exigia um alto custo para a sua manutenção sendo este o principal motivo da sua venda. Apesar do mesmo ter declarado que se encontrava constrangido pela venda, via benefícios como a abertura de uma nova escola na cidade e a construção de um novo palácio para a Arquidiocese:

O palácio da Soledade é, nos disse d. Sebastião, demasiadamente vasto e sua conservação demanda grande despendio. Vendendo o palacio da Soledade sua exc. se bem que o faça constrangido pela

circunstancias actuaes em que se encontra a archidiocese, ferindo a tradição da vetusta casa, teve em mira não somente dotar o Estado com um estabelecimento de ensino de grande valor e conceito, como também o de construir um novo palacio para a archidiocese (A VENDA, 1917, p. 1).

Na mesma entrevista, Dom Sebastião Leme aventou a possibilidade de aplicar o dinheiro da venda, a fim de aumentar o patrimônio da Arquidiocese, que na opinião do arcebispo se encontrava em dificuldades:

Reparos têm sido feitos no referido palacio mas quase sempre é necessário renovar e assim diante desse facto e das posses da mitra que absolutamente não comportam taes gastos e que se viu obrigado a vender o mesmo. Com o producto da venda, pensa s. exc. o sr. D. Sebastião Leme teve também um meio, segundo nos disse, aumentar a renda da mitra, pois o dinheiro proveniente dessa alienação será posto a juros, juros estes que irão constituir patrimonio (A VENDA, 1917, p. 1).

Ao mesmo tempo que o *Jornal do Recife* abriu espaço para o arcebispo explicar a venda do Palácio da Soledade, o mesmo se posicionou contrário à sua venda, e criticou o arcebispo por incentivar o retorno dos Jesuítas ao estado:

Nós não cremos que o eminente sr. arcebispo d. Sebastião Leme, não se acha bem no Palacio da Soledade, nem tão pouco acreditamos que a mitra precise vender aquelle bem immovel, devido a aperturas financeiras, de modo que não podemos applaudir a sua resolução. Porque não nos parece razoavel facilitar a vinda dos jesuítas, para Pernambuco, como educadores da mocidade, esses mesmos jesuítas, que o governo Imperial, mao grado seu beatismo, expeliu do Brasil. Acresce que o povo de Pernambuco, tendo a frente o saudoso democrata José Mariano, expulsou-os num surto de justificada indignação. Aqui fica o nosso protesto, sendo certo que retornaremos ao assumpto, rebatendo as razões apresentadas pelo exmo sr. d. Sebastião Leme (A VENDA, 1917, p. 1).

O posicionamento contrário do *Jornal do Recife*, expôs o que nos parece ser o real motivo da venda do Palácio aos Jesuítas. Dias antes dessa publicação, em ata registrada no dia 9 de fevereiro de 1917, Dom Sebastião Leme convocou uma reunião extraordinária do Cabido arquidiocesano para apresentar a proposta da venda do Palácio.

Aos nove de fevereiro de mil novecentos e dezesete, por convocação do exmo. E redmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, d. Sebastião Leme, reuniram no Palacio da Soledade, por volta de sete horas da noite, os capitulares Antonio Arcoverde, Casimiro Dias, José Pereira Alves e Jeronymo d'Assumpção. S. exca. rvdma. o sr. Arcebispo, depois de consultar aos rvdmos. conegos presentes aquella reunião poderia ter

o caracter de sessão capitular, visto desejar ouvir o Cabido Metropolitano, e sendo todos de pleno accordo, declarou aberta a sessão (O PALÁCIO, 1921, p. 1).

Durante a sessão, Dom Sebastião Leme expôs sua vontade em vender o Palácio e também da sua intenção em trazer para Pernambuco os Jesuítas e ajudá-los na criação de um colégio:

Há muito, diz s. exc., desejo realizar uma grande aspiração de meu coração de Bispo desta Archidiocese: trazer para o meio de nós a Companhia de Jesus. Seria o maior beneficio que eu poderia fazer a Pernambuco. E' tal o meu desejo, que até nas minhas orações, muitas vezes, parece ouvir uma voz dando-me coragem, mandando-me realizar a obra. Os Jesuitas querem: mas a casa? Pensei ceder o meu palácio. Mas uma difficuldade: o preço. E' a que consulto o Cabido (O PALÁCIO, 1921, p. 1).

Todos os cônegos presentes na reunião apoiaram a venda: o Cônego Casimiro Dias declarou que era de sua opinião que fosse o Palácio fosse vendido o quanto antes pois o Palácio estava arruinado, e que a mitra “não poderia nunca reconstruil-o” (O PALÁCIO, 1921, p. 1); o cônego Antônio Arcoverde declarou que “tendo de vender, não o cederia por menos de quinhentos contos de réis, mas não faria opposição, votaria de accordo com a resolução do Cabido” (O PALÁCIO, 1921, p. 1); já o cônego Jerônimo da Assumpção disse que “tinha pena [...], mas se tratava de uma grande beneficio – a criação de um collegio dirigido pelos padres jesuitas em Pernambuco, [...]” (O PALÁCIO, 1921, p. 1), opinião compartilhada pelo cônego Pereira Alves.

Após conquistar o apoio dos cônegos para a venda do Palácio, Dom Sebastião Leme discutiu com os cônegos qual o valor que seria pedido para efetivar o negócio. O próprio arcebispo declarou que o superior da Ordem dos Jesuítas, Padre José Celestino, já se encontrava hospedado no Palácio e eles já tinham pré acertado um valor de acordo com as supostas condições precárias de conservação que o Palácio se encontrava naquele momento:

O sr. Arcebispo declarou que estava hospedado no Palacio o Superior da Ordem, o qual viera da Bahia para tratar disso e com elle já havia se entendido largamente. Podia desde já declarar que elles não chegariam mais cousa alguma além dos duzentos contos, pois já haviam feito examinar o tecto do predio, o pavimento do do 1.º andar e o juízo do engenheiro fôra o mais desfavoravel, restando apenas a opinião de um outro engenheiro para resolverem definitivamente ai poderiam manter a offerta de duzentos contos Cabido (O PALÁCIO, 1921, p. 1).

Após a negociação, o Palácio da Soledade foi finalmente vendido pela importância de 200:000\$000 (Duzentos contos de réis), sendo 50:000\$ (Cinquenta contos de réis) à vista e 150:000\$000 (Cento e cinquenta contos de réis) a prestações, correndo juros de 6% ao ano (ARCHIDIOCESE, 1917, p. 2). Ao final do mês de fevereiro de 1917, os jornais já circularam o vistoso anúncio que anunciou a abertura do 'Collegio Nobrega' nas dependências do Palácio, iniciando suas atividades no mês de março do mesmo ano<sup>18</sup>.

Segundo Azevedo (1986), desde a chegada dos Jesuítas portugueses ao Brasil em 1910, eles foram convidados a fundar um colégio em Recife por Dom Luís Brito, que os propôs ceder o Colégio Archidiocesano para a sua administração. Dom Luís não recomendou a criação de um novo colégio católico na cidade por acreditar que a cidade já tinha um número suficiente de colégios.

O mesmo autor publicou em sua obra um documento nos ajuda a entender o insistente apoio de Dom Sebastião Leme à fundação do Colégio dos Jesuítas. Do documento datado de 21 de dezembro de 1916, destinado ao superior da província jesuítica, que relatou a insistência para a abertura de um novo colégio católico em Recife, leiamos o seguinte trecho:

O Sr. Arcebispo insiste em que se abra quanto antes Collegio em Pernambuco; coincide este pedido com identico desejo do R. P. Prov. O Sr. Arceb. contentava com uns 6 Padres e com os 3 primeiros annos. Se o pessoal não fosse sufficiente poder-se-hiam facilmente(contratar) por 50\$rs mensaes bons professores de fora. Se nós não abrimos collegio, abre ele um por sua conta e depois sernos-hia difficil estabelecer lá collegio nosso. (AZEVEDO apud CONSULTAS, 1986, p. 147).

O documento nos mostra que desde 1916, pouco meses após a sua posse como arcebispo de Olinda o bispo já negociou a vinda dos Jesuítas para Pernambuco, inclusive propondo formas de viabilizar o projeto. O Jesuíta recomendou a seu superior a abertura do colégio, visto que se não abrissem naquele momento, o próprio arcebispo iria abrir outro colégio, dificultando a sua instalação posteriormente.

A cidade do Recife, em termos de assistência educacional católica, já tinha um razoável número de colégios católicos, destacando-se os colégios Sagrado Coração (Salesianos), Imaculada Conceição (Maristas) e Damas (Instrução Cristã). Para Azevedo (1986, p.111) a intenção de Dom Sebastião Leme *estava* além da abertura

---

<sup>18</sup> Sobre o processo de instalação dos Jesuítas em Pernambuco e a abertura do Colégio Nóbrega, recomendamos a leitura de Azevedo (1986), o qual dedicada longo capítulo relativo ao assunto.

de um colégio, já que idealizava a abertura de uma instituição de ensino superior, onde acreditava que os Jesuítas teriam condições para levar o projeto adiante<sup>19</sup>.

### 3.2.1 A repercussão

Localizado na então Rua do Riachuelo, o Palácio da Soledade era um dos símbolos mais marcantes da Arquidiocese. De arquitetura imponente, sua construção foi iniciada entre 1753 e 1754 pelo bispo D. Frei Luís de Santa Teresa, que para tal fim adquirira o respectivo terreno em 1764. A construção do Palácio partiu da necessidade do bispado de resolver assuntos religiosos na Vila do Recife, servindo também de abrigo aos párocos vindos do interior.

Após certo período de abandono, o casarão abrigou a sede do governo provisório republicano, quando da Revolução Pernambucana de 1817. Durante o governo de Dom João da Purificação Marques Perdigão (1831 – 1864), o Palácio foi amplamente reformado, culminando na mudança definitiva do bispado em 1833 (PEREIRA DA COSTA, 1953, p. 27-41).

Apesar da Arquidiocese estar praticando naquele momento uma simples alienação do imóvel, a repercussão foi muito negativa para a Arquidiocese, que pela primeira vez foi duramente criticada pela opinião pública por uma possível negligência com um dos seus bens. A repercussão foi tanta que até os jornais do Rio do Janeiro, na época Distrito Federal noticiaram com destaque a venda. Em uma época onde as notícias sobre Pernambuco ainda apareciam na seção “Interior”, o jornal *A Noite* destacou o valor histórico do Palácio, sobretudo por ter sido sede do governo revolucionário de 1817 (O CÉLEBRE, 1917, p. 4).

Em todos os artigos publicados nos jornais da época, a mesma questão foi sempre lembrada: o Palácio havia sido sede provisória do governo da Revolução Pernambucana de 1817<sup>20</sup>, que naquele ano comemorava seu centenário. Segundo Bernardes (2006), a Revolução de 1817 foi o movimento que eternizou um sentimento

---

<sup>19</sup> A criação da instituição de ensino superior católica em Pernambuco só veio se concretizar décadas posteriores com a abertura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega fundada em 1943, atualmente Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

<sup>20</sup> A Revolução, também conhecida como Revolução dos Padres, foi um movimento emancipacionista que eclodiu em 6 de março de 1817, na então Capitania de Pernambuco. O movimento iniciou com a ocupação do Recife, liderado por Domingos José Martins, com o apoio de Antônio Carlos de Andrada e Silva e de Frei Caneca. Tendo conseguido dominar o Governo Provincial, se apossaram do tesouro da província e instalaram um governo provisório, proclamando a República em Pernambuco.

de patriotismo notadamente pernambucano. Os jornais diariamente publicaram notícias sobre as comemorações do centenário, lembrando o fato do Palácio da Soledade ter sido sede do governo revolucionário. Tal associação na perspectiva de Alois Riegl (2006) nos sugere uma função memorizadora, no sentido de eternizar na memória certos acontecimentos por seu valor de *rememoração intencional*.

No sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo”, é “uma obra criada pela mão do homem com o propósito preciso de conservar, presente e viva, na consciência das gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos)” (RIEGL, 2006, p. 43).

Na intenção de dissipar as críticas pela venda, a Arquidiocese ampliou o discurso sobre o suposto estado de conservação do Palácio considerado precário. O artigo publicado no jornal *Tribuna Religiosa* no dia 15 de março de 1917, tentou passar a ideia de que o negócio tinha sido vantajoso para a Arquidiocese, já que teria sido cobrado um preço superior ao valor de mercado do imóvel:

S. Excia cedeu por 200 contos de réis o Palácio da Soledade. (O preço foi estipulado mediante parecer de dois conhecidos engenheiros e de outras pessoas de responsabilidade, ouvidos pelo Sr. Arcebispo e pelos Padres Jesuítas). É bom saber que o preço corrente na praça par os terrenos vizinhos aos do palácio, na mesma rua, é sobre a base de 200\$000 por metro de frente. Ora, o terreno que o Sr. Arcebispo cedeu é de 134 metros de frente, incluindo-se a área ocupada pelo edifício (PALACIO, 1917, p. 2).

O mesmo artigo também comentou a suposta avaliação do estado de conservação do Palácio feita por um engenheiro, que teria dado parecer contrário à aquisição do Palácio. O artigo finalizou afirmando que Dom Luís Brito também já tinha tentado vendê-lo em outra ocasião, criando o argumento de que a venda era o destino inevitável do Palácio:

Tão precária é a condição do Palácio, que o Sr. Dr. Tancredo, conhecido engenheiro do Recife depois de longo e minucioso exame que fez, a pedido dos Padres Jesuítas, deu parecer contrário á aquisição do mesmo. [...] Tanto assim, que já o Sr. D. Luiz mais de uma vez tratou de o vender, chegando mesmo a obter para isso a necessária licença da S. Sé, como consta do archivo da Câmara Ecclesiástica. [...] O acto do Sr. Arcebispo, cedendo aos Padres Jesuítas o Palácio, foi, por conseguinte a solução providencial de um problema que até agora parecia insolúvel (PALACIO, 1917, p. 2).

Segundo Azevedo (1986, p. 114), a influência firme de Dom Sebastião Leme tranquilizou os Jesuítas e eventualmente o caso foi-se esvaziando. Após a entrega

definitiva do Palácio, a Arquidiocese alugou um prédio na Praça da Soledade, tornando-se a nova residência arquiépiscopal (PEREIRA DA COSTA, 1954, p. 39). Depois de algum tempo, a Arquidiocese adquiriu um prédio de dois pavimentos ao lado da Igreja de São José do 'Manguinho', que após longa reforma, tornou-se o novo Palácio Arquiépiscopal.

### **3.3 Um novo tipo de reforma: a Basílica do Carmo e a Matriz da Boa Vista**

Desde o final do século XIX, vários templos pernambucanos realizaram obras de “aformoseamento” e modernização da sua estrutura. Nesse momento, os carmelitas pernambucanos empreenderam uma série de reformas na Igreja do Convento do Carmo no Recife, que incluíram mudanças de pisos, douramentos e repintura de imagens e retábulos (CONVENTO, 1939, p. 63). Após ter quase desaparecido por conta da política imperial de proibição a admissão de noviços em todas as casas religiosas estabelecidas no país, o conjunto carmelita se encontrava naquele momento em decadência.

A propagação das ideias iluministas e liberais afetaram profundamente a organização eclesiástica brasileira no século XIX. Um dos motivos mais incisivos para a perseguição feita pelo Governo Imperial foi, sem dúvida, o poderio econômico das Ordens religiosas. Mesmo após a supressão da Companhia de Jesus, carmelitas, beneditinos e franciscanos continuaram donos de um vasto patrimônio que despertaram o interesse das instituições públicas que alegavam a sua improdutividade. Nesse contexto, gradativamente, as antigas ordens religiosas sofreram com o abandono de seus conventos, e a própria Ordem carmelita quase desapareceu, como explica Bruneau (1974):

Seguindo o exemplo de Pombal e do liberalismo francês pós-revolucionário, o império desde logo tentou aumentar o controle do Estado sobre as ordens, ou eliminá-las completamente. Vidigal, na sua missão a Roma, tinha sido instruído para obter da Santa Sé, controle nacional sobre as ordens que tinham a sua sede em Portugal, impedimento de futuras implantações de ordens no Brasil, e proibição de entrada no país de homens pertencentes a ordens estrangeiras. A Santa Sé rejeitou as medidas, mas o governo acabou implantando-as de qualquer forma (BRUNEAU, 1974, p. 54).

Com o estabelecimento da República e a separação da Igreja do Estado, as ordens religiosas passaram por um longo processo de restauração, sobretudo com a

vinda de religiosos europeus. Os carmelitas do Recife, devido à escassez de recursos humanos e financeiros, precisaram empreender estratégias para conseguir sobreviver a escassez financeira e de religiosos. A vinda de novos reformadores espanhóis para a Província Pernambucana em 1894, significou um reforço na consolidação do processo da restauração carmelita<sup>21</sup>. Nesse momento destacou-se o trabalho do provincial Frei André Prat, que assumiu a direção da ordem carmelita em 1907.

Segundo Araújo (2007), no governo de Frei André Prat, os carmelitas retomaram e reforçaram diversos trabalhos apostólicos, a exemplo da celebração de atos litúrgicos, da implantação de aulas de catecismo, da fundação de missões e do apoio à fundação de escolas diocesanas. Exponente do movimento da restauração católica, Dom Sebastião Leme desde a sua posse em 1916 vinha tentando reaproximar a Igreja do Estado e, para alcançar tal objetivo, contou com a participação de ordens e congregações religiosas, dentre elas, a ordem carmelita.

A mesma autora sustenta que Dom Sebastião Leme concedeu diversas permissões no decorrer no provincialato de Fr. André Prat, como: 1- Absolver de heresia, exceto aos relapsos, depois de pública e judicial abjuração; 2- Benzer paramentos e mais utensílios necessários para a realização das missas, não intervindo o uso do óleo sagrado; 3 - Fazer todas as outras bençãos exceto a benção da primeira pedra para edificação de uma igreja, e a benção da igreja e cemitério. Tais permissões demonstraram a importância adquirida dos religiosos nas atividades sociais desenvolvidas pelo clero.

Com o estabelecimento dessas atividades, e com o apoio do arcebispo, os carmelitas conseguiram, paulatinamente, implementar a restauração da província, cujo ápice ocorreu com a coroação de Nossa Senhora do Carmo como padroeira do Recife em 1919. A ação de Dom Sebastião Leme pode ser interpretada a partir do conceito de estratégia proposto por Bourdieu, que entende que a estratégia não é resultante de um programa inconsciente, mas sim, pelo contrário, “é o produto do senso prático” aplicado a um “jogo social particular”. Assim, Dom Sebastião Leme ao ampliar o poder dos carmelitas, na verdade estava visando um objetivo maior, a recatolização da sociedade.

---

<sup>21</sup> O trabalho de Araújo (2007), detalha todo processo de crise e o restabelecimento da Província Carmelita em Pernambuco.

### 3.3.1 A opinião dos “especialistas” e a busca da unidade estilística

Após o esvaziamento causado pelas políticas imperiais, o complexo carmelita do Recife chegou ao século XX em quase estado de ruína. Durante o província de Frei André Prat, diversas obras foram realizadas no templo como o douramento e pintura dos altares de N. S. da Conceição em 1906, pintura da capela de São José e colocação dos vitrais que ornaram em 1910, a substituição do antigo ladrilho de barro por ladrilho hidráulico e mármore em 1912.

Segundo Araújo (2007) no ano de 1916, Frei André Prat se queixou, ao geral da ordem, que não conseguia realizar certas obras de reparos em seus conventos devido ao custo desses empreendimentos. De acordo com o prelado, os carmelitas estavam preocupados com a questão da salubridade no interior dos seus templos e, por isso, tentavam sensibilizar os devotos da ordem com o intuito de que eles contribuíssem para a restauração de seus edifícios.

A partir de 1915 iniciou-se os trabalhos no camarim<sup>22</sup> central do retábulo da capela-mor da Basílica, que já tinha sido alvo de intervenção entre os anos de 1897 e 1898 com a construção de um novo camarim em formato semicircular abobadado, formando uma abside sobre a nova sacristia (CONVENTO, 1939, p. 63).

Para a execução dos trabalhos, Frei André Prat contratou os serviços de dois artistas que começam a se destacar na cidade: Heinrich Moser e Balthazar da Câmara. Segundo Weber (1987), Moser formou-se em 1906 em Arquitetura pela Real Academia de Belas Artes de Munique e a partir de 1910 instalou-se no Recife, onde exerceu a profissão de arquiteto e tornou-se sócio da Casa Alemã, que pertencia a sua tia, Julia Doederlein. Conhecedor da técnica do vitral, Moser começou a receber trabalhos de decoração de residências ricas da cidade. Nesse meio tempo, conheceu o jovem pintor Balthazar da Câmara, aluno do pintor Rodolfo Chambelland, e começaram a trabalhar juntos em projetos de decoração artística.

O primeiro trabalho religioso conhecido dos dois foi a remodelação interna da capela-mor da Basílica do Carmo. A primeira parte dos trabalhos executados por Moser e Balthazar da Câmara foi a remodelação do camarim a partir das obras já executadas. Assim, Moser projetou o famoso “Trono de Nuvens” para a colocação da

---

<sup>22</sup> Segundo Dicionário Michaelis, o Camarim é um Nicho, vão ou trono, no retábulo do altar-mor, onde se expõe a imagem de um santo, o vinho ou as hóstias consagradas.

imagem da padroeira do templo. Na obra, Moser utilizou cimento armado policromado, simulando o céu e anjos em torno da Virgem, modificando completamente o camarim do retábulo.

O sucesso do trabalho na capela-mor da Basílica, fez com que os artistas fossem novamente contratados para uma nova obra, desta vez a pintura decorativa em toda a nave do templo. Artistas experientes em pintura decorativa de interiores Moser e Câmara foram incumbidos de valorizar a monumental Basílica, mas sem alterar seu aspecto primitivo. Sobre os trabalhos, *A Província* escreveu:

Começaram já os importantes trabalhos complementares de embelezamento no interior da basílica de Nossa Senhora do Carmo, um dos mais venerados frequentados templos da nossa capital. Após a restauração e decoração feitas, ha poucos annos e com feliz successo, na sua capella mor, quem penetrava nesse vetusto santuario, notava logo o contraste que offerecia esta com o resto da igreja (BASÍLICA, 1920, p. 3).

A nave central, abobadada, paredes lateraes, com seus arcos, columnas, etc, vao ser primorosamente pintados e decorados pelo habil pincel do laureado artista Henrique Moser, especialmente contractado para este fim o autor do celebre e apreciado quadro, a capella mór da basílica do Carmo, no solenne pontifical da Coroação de Nossa Senhora (BASÍLICA, 1920, p. 3).

O mesmo artigo também apresentou a proposta da intervenção, que contemplaria uma pintura ornamental em harmonia com o conjunto interno do templo:

A pintura decorativa, em harmonia com o conjucto da architectura da igreja e esculptura dos seus altares, obedecerá ao estylo Luiz XV. No centro da nave principal figurará um grande painel, apresentando o arrebatamento de Santo Elias profeta, ao Céu em carro ígneo e entrega de sua capa a Santo Elizeu. O tecto do côro terá rica ornamentação. As columnas, cornijas, imitação de fino marmore (BASÍLICA, 1920, p. 3).

Na ausência de profissionais de ‘Bellas Artes’ na cidade e por ter estudado no exterior, Moser era visto como um profissional plenamente qualificado para discorrer sobre arte e estilos arquitetônicos. Ao tratar da reforma da Basílica, o *Jornal do Recife* enalteceu as qualidades artísticas de Moser, destacando sua competência na realização do trabalho:

A decoração da Basilica do Carmo revela fraglantemente o que acima fica dito. O grande austro que se vê ao centro do tecto, não é para quem quer, pintal-o, resolvel-o em poucas horas. Para pintar aquelle quadro de proporções gigantescas, directamente no tecto, - como

procediam os grandes classicos, - sem preparar anteriormente um estudo geral de composição, é necessario que o artista tenha absoluta confiança na sua força como exímio desenhador e conhecimentos profundos de composição pictural, aliados á fertilidade intellectual; e todas essas qualidades indispensaveis aos verdadeiros temperamentos artisticos encontram-se no sr. Henrique Moser (HENRIQUE, 1922, p. 1).

O mesmo artigo também destacou o trabalho do jovem Balthazar da Câmara, ao qual segundo o jornal era o responsável pelos desenhos 'barrocos' da decoração do templo:

Balthazar da Camara, a quem Moser confiou toda execução de ornato-baroco (imitação-stugre), prova vibrante ser possuidor de um temperamento de artista. A modelação e décor dos seus magnificos ornatos são uma prova exuberante de seu senso artistico (HENRIQUE, 1922, p. 1).

Nessa e em outras ocasiões, os artistas apresentaram o trabalho que estava sendo executado como uma releitura do estilo barroco, o qual acreditavam ser o estilo predominante do templo.

Segundo Gomes Júnior (1998, p. 50), no início do século XX havia um problema de reconhecimento no que diz respeito ao barroco no Brasil. Assim, existiriam duas questões que marcavam o uso desse conceito: o primeiro seria o reconhecimento da arte e da arquitetura que caracterizou, particularmente, o século XVIII no Brasil colonial; o segundo seria o reconhecimento de uma nova característica estilística, o barroco, que foi aos poucos se ligando ao conjunto de obras do referido período. Ainda segundo o autor, havia uma nítida oscilação quanto ao uso da palavra barroco: por um lado, via-se uma forte conotação negativa e por outro uma relativa indiferença (1998, p. 44).

Portes (2016), afirma que o termo "barroco" sofria com a política civilizatória da arte que, seguindo os moldes do classicismo francês, condenava ao ostracismo as formas "borromínicas" que nada mais faziam que corromper a boa forma. Essa acepção pejorativa trazida do século XIX acaba repercutindo na relutância dos principais historiadores e ensaístas brasileiros em assumir deliberadamente o termo, e sua defesa, nas primeiras décadas do século XX:

A influência francesa no meio artístico e intelectual da jovem república brasileira, gerou também aqui uma supervalorização da cultura neoclássica e um conseqüente retardo na revalorização dos padrões artísticos coloniais. A crítica neoclássica hegemônica por aqui no

século XIX, se caracterizava principalmente pela depreciação dos padrões formais da arte barroca em virtude do seu afastamento das boas regras da forma e do estilo, ou seja, dos padrões da arte clássica greco-romana. A arte barroca, deste modo, continuava a representar sobretudo uma decadência de estilo (PORTES, 2016, p. 22).

Além da busca por uma suposta unidade estilística, as reformas da Basílica do Carmo e da Matriz da Boa Vista guardam, a seu modo, uma outra característica: ambas são a materialização simbólica do reordenamento de forças no clero pernambucano. A nosso ver, tais reformas demonstraram a força que esses *agentes* desempenhavam no *campo* religioso, sobretudo pelo apoio recebido por Dom Sebastião Leme.

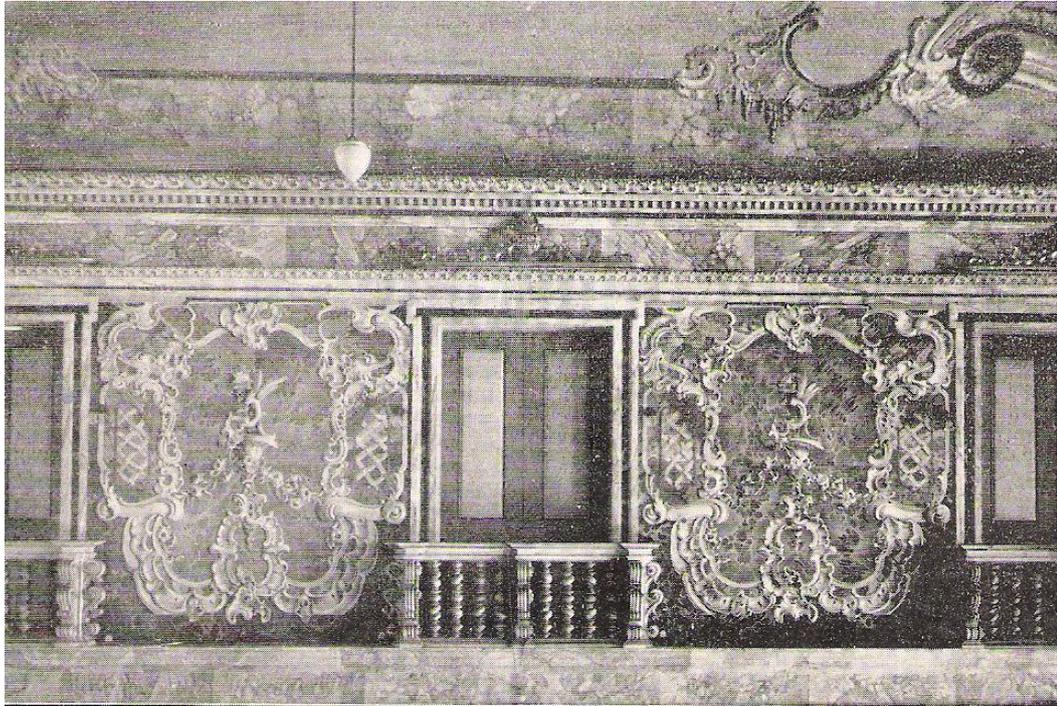
Um campo faz parte do espaço, conceito que Bourdieu entende como espaço de posições dos agentes e das instituições que nele estão situados, que dependendo dos capitais que possuem, os agentes usam *estratégias*, que podem ser de legitimação ou de subversão. Ao patrocinar tais intervenções, o clero buscou legitimar sua atuação como *agente* desse incipiente *campo patrimonial*.

Analisando o discurso feito pelos autores e os resultados apresentados, nota-se o equívoco dos artistas ao afirmarem que o templo é predominantemente barroco. Na busca por dar ao templo uma unidade estilística, os autores ao afirmarem que estão reproduzindo elementos “barrocos”, quando na verdade o templo possui uma grande variação estilística.

Segundo Bazin (1983), em sua obra de referência “*A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*”, a heterogeneidade de estilos das construções coloniais brasileiras deve-se ao longo período de construção das mesmas, no qual haviam diversas mudanças entre o projeto inicial e o final, o que resultou muitas vezes na sobreposição de estilos ao gosto da época da construção. A Basílica do Carmo foi iniciada em 1665 e só foi concluída em 1767, o que resultou na diversidade de elementos decorativos de diferentes épocas.

Analisando o detalhe da fotografia posterior (Figura 6) que mostra o templo após o fim dos trabalhos, a ornamentação decorativa executada na nave da Basílica era composta basicamente de pintura e estuque, a partir de elementos figurativos executados entre os vãos das capelas e tribunas, semelhantes aos encontrados na talha do templo. Os elementos decorativos simulavam painéis ou cartelas simulando

elementos em formato *rocaille*<sup>23</sup>, característicos do estilo rococó. Para Oliveira (2005), o *rocaille* tinha uma importância privilegiada para a elaboração do jogo lúdico de metamorfoses entre arquitetura, pintura e ornamento das construções religiosas.



**Figura 6** – Tribunas da nave da Basílica do Carmo. Fonte: CONVENTO, 1939, p. 91.

Esse paradoxo ficou mais evidente na reforma da capela-mor da Matriz da Boa Vista, que também estava sendo remodelado por Moser e Câmara. Inspirado na reforma da Basílica do Carmo, o pároco Jerônimo da Assumpção contratou os artistas a fim de unificar estilisticamente o interior da Matriz:

O R. P. Jeronymo da Assumpção não contente em ter empreendido a obra do “juvenato”, que caminha para o acabamento da sua sede, quiz agora expurgar a matriz da Boa Vista dos senões e das faltas de estylo unificado que esse templo apresenta [...] (MATRIZ, 1920, p. 2).

Em periódicos da época, a fachada da Matriz da Boa Vista era considerada uma obra prima da arquitetura pernambucana. Em artigo publicado no *Almanach de Pernambuco* para 1910, Pereira da Costa publicou longo artigo sobre a Matriz, onde enalteceu a sua fachada:

<sup>23</sup> Estilo em voga, em França, no reinado de Luís XV, caracterizado pela fantasia de linhas contornadas e de ornamentos representando grutas, rochas e conchas.

[...] a fachada do templo, que no seu gênero, é o mais notável dos nossos monumentos pela sua beleza architectonica e ornamentações em relevo de um primor artístico inestimável, quer se o encare no seu todo, formando um conjunto imponente e majestoso, quer em seus detalhes e disposições particulares (PEREIRA DA COSTA, 1910, p. 123).

Segundo Pio (1967), o templo foi construído pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, fundada em 1770. Sua construção iniciou-se em 1784 e foi concluída em 1844. Em 1839 a Irmandade decidiu substituir o primeiro frontispício, de alvenaria e pedra e com apenas uma torre, por outro mais imponente, em pedra importada de Portugal, em estilo neoclássico inspirado no do santuário do Bom Jesus do Monte, de Braga.

As primeiras pedras chegaram ao Recife em junho de 1840 e entre 1852 e 1853, várias outras remessas foram recebidas. A partir de 1854 a Irmandade ajustou com o escultor lisboeta Francisco de Assis Rodrigues o fornecimento do monumental Painel da Glória do frontão, recebido em 1858 e instalado no ano seguinte. As duas torres só foram terminadas entre 1888 e 1889, ficando então concluída a fachada.

As leituras estéticas feitas por Moser e Câmara no templo, os levaram a projetar para o interior da Matriz um nova capela-mor com características semelhantes ao estilo neoclássico da fachada, o que consideraram ser o elemento mais importante do templo:

A unificação de estylos entre a fachada desse templo, que é do Renascimento italiano e, relativamente moderno, bello e rico em materiaes, não poderia ser feito, em relação ao interior do templo, sem destruir tudo o que este encerra de estylo barroco e passante interessante sob o aspecto archeologico (MATRIZ, 1920, p. 2).

Contudo, por mais discutidas que sejam as origens da restauração, os estudiosos do assunto reconhecem que: “a partir de finais do século XVIII a preservação vai se sistematizar, assumindo, de forma gradativa, uma maior autonomia e consolida-se como campo disciplinar autônomo principalmente a partir do século XX” (KÜHL, 2006, pg.18).

Assim, portanto, a primeira definição do moderno conceito de restauração que se pode encontrar é aquela dada por Eugène Viollet-le-Duc no verbete “Restauration” do seu *Dictionnaire Raisonné de l’Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*<sup>24</sup>,

---

<sup>24</sup> A referida obra foi publicada em dez volumes entre 1854 e 1868.

onde afirmou que “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 29).

Nessa discussão, o *Diario de Pernambuco* de 6 de maio de 1920 publicou longo artigo sobre os trabalhos na Matriz da Boa Vista, onde justificou a intervenção pela necessidade de unificação do estilo do templo:

E' sobre tudo o interior do templo que precisa de grandes reformas de unificação e de acabamento, aproveitando os bons elementos de estylo que ahi existem e ligando-os com outros novos que completem devidamente a obra. O interior da matriz da Boa Vista, como os de quasi todos os nossos templos de gosto barroco, tanto pode servir, pelo seu estylo, para um salão de festas, como para um interior d'uma grande mala de viagem... E' esse defeito que vae ser corrigido (MATRIZ, 1920, p. 2).

Pereira da Costa em artigo posteriormente publicado nos seus “Anais Pernambucanos”, descreveu as intervenções que a Matriz havia sido submetida, onde lamentou o desaparecimento do retábulo primitivo e as pinturas que adornavam a capela-mor. No entanto, não deixou de enaltecer o trabalho realizado pelos artistas:

Interiormente tem tido a Igreja grandes melhoramentos e transformações, sendo a mais notável, entre elas, a remodelação da capela mór à *moderna* com o que escapou o fôrro do teto, de madeira e talha; tudo o mais, o altar com seu retábulo, o sacrário e o camarim com seu competente trono, desapareceram, perdendo assim o santuário o cunho originário, particular, do tempo da construção do templo, belíssimo atestado do estilo de uma época; e os seus grandes painéis, a óleo, sôbre madeira, emoldurados, que escaparam, ocupam, porém, um lugar secundário, nos corredores laterais da Igreja. (PIO apud PEREIRA DA COSTA, 1967, p. 24).

Após alguns anos de trabalho, a nova capela-mor da Matriz foi solenemente reinaugurada na noite de 24 de dezembro de 1921. O Jornal do Recife do dia seguinte, destacou os importantes “melhoramentos” realizados no templo e lembrou a grande contribuição do vigário, o cônego Jeronimo da Assumpção:

Realizou-se, hontem, á tarde, conforme noticiamos, a inauguração do novo altar e da nova capella mór da matriz da Bôa Vista. Melhoramento de inestimavel valor, veio assignalar os esforços dos parochianos daquela freguesia que contribuíram para que o bello e vistoso templo estenta-se uma importante obra. E' de justiça, porém, salientar que a maior victoria dessa conquista se deve ao revdm. vigario sr. conego Jeronymo d'Assumpção, que muito trabalhou para esse fim (MATRIZ, 1921, p. 4).

### 3.4 Para onde vai a Catedral?

Desde a demolição da Matriz do Corpo Santo em 1913, as irmandades que lá funcionavam e os fiéis da Paróquia de São Frei Pedro Gonçalves pressionavam a Arquidiocese a fim de resolver essa questão que era de interesse de todos. Após um tempo esquecido, a partir de 1917 o assunto começou a ser novamente discutido pelas irmandades que vez ou outra publicavam artigos nos jornais sobre o assunto.

As notícias sobre a construção de uma nova Matriz chamaram a atenção da Comissão das Obras do Porto, que logo trataram de condenar a construção do templo. Em artigo assinado no dia 18 de outubro de 1917, o engenheiro Eduardo de Moraes condenou a construção da nova Catedral no bairro do Recife no terreno cedido pela própria Comissão:

Quem examinar atentamente a planta do bairro do Recife não terá duvida em declarar de todo improprio aquelle local e que melhor distribuição da área entregue, outra, embora muito menor, mas de valor maior, na praça ou largo no começo na esquina da rua da Madre de Deus. Desde que, como acima dissemos, a area actual não se adapta a uma igreja, e pode ser permutada por outra de superior valor, não enxergamos inconveniente algum, mesmo que a nova área não se adaptasse áquele fim (MORAES, 1917, p. 1).

No artigo, o engenheiro Eduardo de Moraes insistiu na ideia de que a área não serviria para a construção da Matriz, e sugeriu que a Arquidiocese permutasse a área por outra mais apropriada para tal fim. Se a área não era indicada, por que o engenheiro Eduardo de Moraes não percebeu isso quando o terreno foi doado à Arquidiocese como contrapartida? A leitura que fazemos de tal situação é de que o com a valorização dos terrenos para a construção de novos edifícios na área do Porto, o engenheiro preferiu adotar o discurso especulativo a fim de aumentar a quantidade de terrenos livres para novas construções:

O que não padece contestação é que ninguém contrahio obrigação de construir igreja, e ainda menos aqui ou acolá, de sorte que em qualquer tempo mesmo desse já, podem os interessados vender a nova área e aplicar o dinheiro, [...] (MORAES, 1917, p. 1).

No dia 1º de dezembro de 1917, o *Diario de Pernambuco* publicou matéria relativa à construção da nova Matriz do Corpo Santo e transcreveu o artigo publicado

dias antes na *Tribuna Religiosa* em que noticiava as negociações para a sua construção:

Sabemos assertada a resolução de se tratar logo da construcção da matriz do Corpo Santo. Em conferencias entre o sr. Arcebispo o revdmo. Vigário e o dr. Manoel Gonçalves da Silva Pinto, presidente da commissão administrativa da respectiva irmandade: 1º que pessoas competentes estudarão os meios de se trocar o terreno actual por outro mais adaptado á construcção do novo templo: 2º adquirido o terreno, serão lançadas as bases e as condições de concorrência para a edificação (MATRIZ, 1917, p. 3).

No artigo da *Tribuna Religiosa*, as autoridades discutiram a insatisfação do terreno, e que após a resolução desse caso, seria lançado o edital de construção da nova matriz. O mesmo artigo pareceu responder algum tipo de crítica que a Arquidiocese vinha recebendo pela demora na construção da nova Matriz, dando notícias sobre o dinheiro da indenização que segundo a Arquidiocese continuava no Banco esperando autorização do bispo e das irmandades para ser movimentado:

Aproveitamos o ensejo para fazer publico que o dinheiro da indemnização da velha matriz do Corpo Santo nunca esteve, não está e nunca esteve nas mãos do exmo. Sr. arcebispo porque, desde o principio esse dinheiro foi depositado no Banco do Recife, de onde só pode sahir, por ordem simultanea do Prelado e de todas as irmandades que funcionavam no Corpo Santo (MATRIZ, 1917, p. 3).

Os meses que seguiram continuaram sem resolução sobre a construção da nova Matriz, até que um novo evento movimentou a Arquidiocese naquele momento. Através da Bula *Cum urbis Recife* promulgada pelo Papa Bento XV em 26/07/1918, a Arquidiocese de Olinda passou a denominar-se Arquidiocese de Olinda e Recife. A mudança no nome oficial atendeu a uma antiga reivindicação do clero recifense que já tinha o bispado instalado definitivamente na cidade desde 1833. Imediatamente a Arquidiocese procurou dar ao Recife uma Concatedral, que tratou de dar logo publicidade à boa nova:

Façamos saber que a 25 de dezembro, próximo passado, a exma. Nunciatura Apostolica houve por bem executar o decreto da S. Congregação Consistorial de 26 de julho de 1918 em que elevando á honra de Concatedral a igreja de S. Pedro dos Clerigos, desta cidade, com todas as honras, privilegios e direitos da Cathedral de Olinda, ficou determinado que esta archidiocese de Olinda e Recife, de tal modo que o arcebispo e o Cabido possam residir e desobrigar-se de suas funções tanto numa como noutra cidade (EGREJA, 1919, p. 1).

A escolha de uma Concatedral, um templo que tivesse prerrogativas semelhantes à Catedral da Arquidiocese no Recife nos parece ter sido uma tentativa de resolver o problema de deslocamento entre as cidades e também dar à Arquidiocese uma nova Catedral, visto que a Sé de Olinda ainda precisava de muitos reparos.

O templo escolhido também teve um caráter simbólico: em um momento de reaproximação da igreja brasileira com a igreja de Roma, nada mais justo do que homenagear São Pedro, apóstolo símbolo da Igreja e considerado o primeiro Papa. A escolha da Concatedral foi supervisionada pelo próprio arcebispo que teria ficado encantado com a famosa pintura em perspectiva do forro da igreja<sup>25</sup>, que representa São Pedro abençoando o mundo católico (EGREJA, 1919, p. 4).

Após nove anos de reforma, a Sé foi reinaugurada solenemente em 24 de agosto de 1919. O Jornal *A Provincia* de 21 de agosto de 1919 publicou o programa das festividades, que incluiria uma série de missas solenes em comemoração à inauguração:

As festas de inauguração da cathedral de Olinda obedecerão ao seguinte programma: A's 15 horas do domingo proximo, 24, o SS. Sacramento, em solene procissão, será trasladado pelo exmo. O revmo. Arcebispo metropolitano acompanhado do cabido, clero secular e regular irmandades, associações, collegios, representações e povo, da egreja do Carmo para a historica cathedral. Em seguida s. exc. Procederá a benção da Sé e da Imagem do Salvador. Por essa occasião assomará ao novo pulpito o revdmo. Sr. Deão Pereira Alves que pronunciará uma alocução congratulatoria. O acto terminará com um solene Te-Deum de acção de graças e benção do SS. Sacramento. No dia 25, ás 8 horas com grande assistencia do clero e povo s. exc. celebrará solene missa pontifical por todos os que concorreram paras as obras da cathedral. No dia 26, tambem, ás 8 horas, a cathedral fará celebrar exequias solennes pelo saudoso d. Luiz R. da Silva Brito, grande bemfeitor da Sé e iniciador de suas reconstrucção, e por todas as pessôas já mortas que de qualquer modo concorreram para as suas obras (SOLENNES, 1919, p. 1).

Mesmo formalmente reinaugurada, a Catedral de Olinda ainda estava longe de estar pronta. O projeto de Rodolpho Lima contemplava uma remodelação completa do templo, o qual só foi possível concluir a fachada. O *Jornal Pequeno* de 22 de agosto

---

<sup>25</sup> A pintura do forro em questão foi executada pelo artista João de Deus e Sepúlveda entre os anos de 1764 e 1768 (ACIOLI, 2008, p. 269).

de 1919 descreveu o templo naquele momento e enumerou o que ainda precisava ser feito para a conclusão definitiva dos trabalhos:

Comquanto não de todo ultimadas as reformas da cathedral, vae ella abrir-se ao culto, sendo de esperar que almas generosas tomem a si o acabamento total das suas obras. Estão por fazer as seguintes: pavimentação das capellinhas lateraes, sendo que quatro já estão cobertas de cimento, o côro para o organ e cantores, a pintura externa e interna das salas anexas á igreja, o revestimento interno das torres, com a competente substituição das portinholas irregulares e inesteticas que dão para o corpo do templo e a decoração artística do interior, urgindo mais que todas as duas primeiras obras nomeadas, (A SÉ, 1919, p. 3).

Pela descrição do jornal, a parte estrutural da Catedral estava praticamente pronta, faltando os acabamentos internos e externos. Como o próprio jornal ressaltou, faltou concluir a decoração artística interna do templo. O mesmo jornal lembrou a incansável luta de Dom Luís Brito para levar o projeto adiante frente às dificuldades encontradas: “Attendendo á situação precaria da diocese, D. Luiz resolveu modificar o projecto dentro dos limites necessarios para que a obra não ficasse em meio” (A SÉ, 1919, p. 3).

Por motivos desconhecidos, as capelas do Santo Cristo e do Santíssimo Sacramento, colaterais à Capela-mor e que inicialmente seriam remodeladas, quase não sofreram alterações, exceto pela retirada das pinturas e dos azulejos que as adornavam. Talvez, pela falta de recursos já conhecida, preferiram manter os retábulos que estavam em melhor estado no momento, já que o templo ficou quase que ausente de decoração interna após a reforma. As capelas do Anjo Custódio, São Miguel e Santa Quitéria foram completamente destruídas e construídas outras nos seus respectivos locais.

Desde a morte de Dom Luís Brito, o projeto da Sé de Olinda foi sendo esquecido e sucessivamente adiado. Em um momento de conflito mundial, o período não era muito favorável para obras grandiosas como a remodelação da Sé de Olinda. Após o desgaste com a venda do Palácio da Soledade, a Arquidiocese começou a ser cobrada pelos fiéis sobre uma definição para a obra. Desde que assumiu a Arquidiocese, Dom Sebastião Leme lidou com várias paralizações dos operários por conta de atrasos de salários (MOVIMENTO, 1917, p. 2).

Na intenção de concluir as obras, Dom Sebastião Leme ainda mobilizou os fiéis para angariar fundos. Nos jornais da época eram comuns ver anúncios de

“Kermesses” promovidos por irmandades e colégios católicos em favor das obras da Catedral. Apesar das contribuições dos fiéis, o projeto proposto pelo arquiteto Rodolpho Lima ainda estava muito distante das possibilidades da Arquidiocese naquele momento.

### 3.4.1 A Catedral do Recife

Após alguns meses cuidando dos preparativos para a reinauguração da Sé, Dom Sebastião Leme voltou suas atenções para a futura Catedral do Recife. Mesmo após sua reinauguração, a Arquidiocese ainda resistiu a retomar a realização de cerimônias na Sé, visto que a mesma ainda se encontrava com boa parte das obras por fazer e quase que ausente de decoração interna. As inúmeras paralizações por falta de recursos somado ao desinteresse por parte da Arquidiocese em levar a frente os trabalhos, acabaram por fomentar a discussão pela mudança definitiva da Catedral para o Recife.

Como a Igreja de São Pedro dos Clérigos era de propriedade da Irmandade homônima, a ideia de se construir uma nova Matriz do Corpo Santo ganhou força, desta vez para sediar de vez a Catedral da Arquidiocese. Com o dinheiro da desapropriação da Matriz demolida e o terreno disponível, Dom Sebastião Leme pretendeu resolver dois problemas de uma vez só: a construção de uma nova Catedral e a mudança definitiva da Arquidiocese para o Recife.

Para a construção do templo foi escolhido o professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, Adolfo Morales de Los Rios, responsável por grande parte dos projetos dos edifícios da Avenida Central no Rio de Janeiro. O *Diario de Pernambuco* de 8 de fevereiro de 1920 elogiou a atitude do arcebispo e deu detalhes sobre o projeto:

[...] pelo que se sumptuoso apresenta, podendo dizer-se que a futura cathedral vae ser o templo mais imponente do norte do Brasil. Só lhe será superior a cathedral de S. Paulo, ainda em construcção, sendo possivel mesmo que quanto a effeito não sobrepuje a do Recife. O novo templo vae ser construido no bairro do Recife, entre as pontes Buarque de Macedo e Mauricio de Nassau, com a frente para o caes do Apollo, de forma que a fachada se reflecta inteiramente sobre as aguas dos Capibaribe e Beberibe (CATHEDRAL, 1920, p. 4).

Pela descrição sumária do *Diario de Pernambuco*, a nova Catedral seria imponente, um verdadeiro monumento da Arquidiocese na cidade. O mesmo artigo

nos dá detalhes do projeto arquitetônico da futura Catedral, evidenciando a grandiosidade proposta. O estilo da nova Catedral seria inspirado em grandes templos como Basílica de Santa Sofia, de Istambul e a Basílica de São Marcos, de Veneza:

O corpo central do templo terá quarenta metros de frente e quarenta e oito no eixo das capelas lateraes, com cincoenta e dois de fundo. Nesse terreno, está projectada uma igreja em feição de cruz bysantina, occultando-se ao alto a capella-mór e a direita e a esquerda as do S. Sacramento e N. S. dos Passos. O âmbito do templo que liga essas tres capellas é composto de uma grande rotunda de vinte metros de diametro e quarenta de altura, sendo de sessenta metros a altura total da torre da fachada principal, medidos desde a base até a cruz. [...] O templo comportará folgadoamente tres mil pessoas, não só pela sua amplidão como pelas galerias lateraes completamente abertas. Tendo s. exc. o sr. arcebispo deixado completa liberdade ao architecto para a escolha do estylo, o sr. dr. Morales, depois de madura reflexão e de alguns ensaios adoptou o bysantino de Santa Sophia de Constantinopla e de S. Marcos de Veneza, os quaes abedecem á mesma arqueologia e estão construidos proximamente a canaes, como os que cortam a cidade do Recife. Inspirando-se nesses estylos, mas fazendo obra original o dr. Morales de los Rios apresentou o anteprojecto que tanto satisfez aos que tiveram a satisfação de ver (CATHEDRAL, 1920, p. 4).

Ainda que contasse com o total apoio da Arquidiocese, as irmandades que funcionavam na Matriz do Corpo Santo precisariam ser consultadas para o projeto seguir adiante. Assim, Dom Sebastião se antecipou e logo procurou afirmar que nada seria feito sem a aprovação de todas as partes envolvidas:

E' desejo do sr. arcebispo que os planos sejam expostos publicamente. Antes, porem, serão ouvidas as mesas das irmandades que se empenham pela realisação desse importante melhoramento estabelecendo se a forma por que as obras serão feitas, em qualquer caso sob a direcção do architecto que os planejou (CATHEDRAL, 1920, p. 4).

As irmandades dos Passos, Rosário e Santíssimo Sacramento não se pronunciaram contra a construção do novo templo. Era do interesse das irmandades a resolução definitiva do impasse que já durava alguns anos. Mas a Arquidiocese não conseguiu todo o apoio para levar a frente a ideia de se construir uma nova Catedral no Recife. Nesse momento, os jornais começaram a lembrar as dificuldades enfrentadas para a conclusão da reforma da Sé de Olinda, e começaram a discutir se a Arquidiocese teria condições de levar o projeto adiante.

Um dos maiores críticos do projeto foi o jornalista José Gonçalves Maia, editor do jornal *A Provincia*, onde em artigo publicado no dia 17 de novembro de 1920

questionou se a quantia proveniente da desapropriação da Matriz do Corpo Santo seria suficiente para a construção de uma Catedral tão imponente:

Affirma-se que esse pecúlio monta a mil contos, incluindo o terreno. Mas com essa somma não se obtem uma cathedral, nem com o triplo. [...] Certamente o Recife só lucraria tendo uma Cathedral que honrasse, pela sua sumptuosidade, a grandeza do seu culto religioso. Mas na impossibilidade material de a construir com os recursos existentes, bem se poderia chegar a um acordo e dar um succedanco util e digno (MAIA, 1920, p. 1).

Aproveitando o posicionamento contrário do Dr. Gonçalves Maia, o engenheiro Eduardo Moraes novamente atacou a construção de um novo templo, onde sugeriu aplicar o dinheiro da indenização da Matriz do Corpo Santo na construção de um hospital, o que segundo ele, seria de mais urgente para a cidade, reiterado que o dinheiro disponível não era suficiente para a construção de uma nova catedral: “[...] os recursos actuaes são insuficientes e a erecção de um hospital se impõe nada mais natural seja applicada parte do peculio do Corpo Santo para este fim” (MORAES, 1920, p. 3).

### 3.5 Lidando com as críticas

Além das críticas públicas pelo projeto da construção da nova catedral, Dom Sebastião Leme teve que aprender a lidar com os críticos que começaram a reclamar da atuação da Arquidiocese em relação aos seus monumentos. Ao tempo que a Sé de Olinda foi reinaugurada, surge no *campo* intelectual pernambucano a figura de Annibal Fernandes, que começou a atuar publicamente em favor de uma política de preservação no Estado, criticando as reformas destruidoras de antigos monumentos.

Segundo Cantarelli (2012), Annibal começou sua vida profissional muito cedo, com passagens por jornais como *Pernambuco*, *A Ordem* e o *Jornal Pequeno*. Mas foi a partir do seu ingresso no *Diário de Pernambuco*, sobretudo a partir da criação da coluna *De Uns e de Outros* em 1919 que Annibal começou a desempenhar um papel de destaque na luta pela preservação do patrimônio em Pernambuco.

Um dos primeiros a criticar os resultados da reforma da Sé foi o historiador Pereira da Costa, que escreveu antes da sua morte em 1923 um manifesto atacando a reforma da Sé:

A nossa catedral, velho templo, rude, acaçapado, de uma arquitetura ingênua, mas um monumento vivo do passado extinto, uma obra em que não se devia tocar, não se devia bulir – foi entretanto, friamente resolvida essa criminosa chamada remodelação, essa derrocada quase que completo, de tudo o que havia de arte precioso e despeitado no seu longo perpassar dos séculos. [...]. Com esse atentado da remodelação do templo, com a destruição de uma obra – que tinha em si o carácter do século em que surgiu, e significava na sua ingenuidade, na simplicidade de suas linhas a aspiração e a piedade dos homens que a fizeram, – desapareceu, em grande parte, o que tinha de belo, artístico e tradicional (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 264).

Curiosamente, Pereira da Costa esteve ao lado de Dom Luís Brito durante sua gestão no IAGHP, e acompanhou as reformas do Bairro do Recife e da Sé de Olinda. O manifesto escrito por Pereira da Costa teve grande repercussão, sendo reproduzido em diversos jornais da época, tornando a reforma da Sé um dos principais argumentos utilizados por Annibal para iniciar uma campanha de preservação histórica. Já em 1920, um ano após a reinauguração oficial da Sé, Annibal Fernandes escreveu um longo artigo atacando a reforma, criticando o resultado da intervenção:

A velha Sé de Olinda, por exemplo, onde existia uma preciosa collecção de azulejos, e que foi o primeiro templo que se construiu em Pernambuco, é hoje uma torpe mascarada carnavalesca, com dois indecorosos torreões que a presumida empáfia do mestre de obra, de mãos dadas com a pobreza de espirito de quem ordenou a remodelação, ali ergueu como um verdadeiro escarneo á tradição (FERNANDES, 1920a, p. 40).

De fato, a idealização da remodelação da Sé aconteceu por parte de Dom Luís Brito. Anníbal acusou veementemente o arcebispo já falecido de não ter se esforçado para preservar o templo. É sabido, que nesse período não era comum a preservação de monumentos antigos. Essa preocupação ficava com os raros antiquários e os museus, quase que restritos a rememorar fatos gloriosos do passado.

Em meio as críticas à reforma da Sé, Dom Sebastião Leme procurou defender Dom Luís Brito, sugerindo um suposto respeito que seu antecessor teve pela história do templo ao preservar grande parte da sua estrutura primitiva. A partir de declarações do arcebispo, *O Jornal do Recife* escreveu:

[...] Os aproveitamentos feitos em toda construção muito enaltece as qualidades e competencia do professor Rodolpho Lima. Apesar de não ter sido feito tudo quanto continha o projecto primitivo, o que está realiado. Temos apenas a felicitar aquelles que se esforçam pelo remodelamento da nova cathedral, ao esforço maximo do saudoso arcebispo D. Luiz de Britto, a quem se deve essa grande obra – e a

competencia e dedicação do professor Rodolpho Lima, que provou exuberant ter cumprido fielmente e com dignidade a incumbencia que lhe foi confiada (A CATEDRAL, 1919, p. 1).

Ao falar sobre o projeto, o jornal destacou o “cuidado” que o arquiteto teve ao sobrepôr a nova fachada sobre a primitiva. Mas ao mesmo tempo que essa qualidade do arquiteto foi lembrada, os jornais entendem o projeto muito mais como uma remodelação, sendo esse o termo utilizado nas diversas reportagens feitas sobre o projeto. A partir do momento em que se iniciaram as críticas ao projeto, é que foi lembrado pelos jornais que a reforma teve um caráter preservacionista como diz o jornal *Jornal do Recife* de 24 de agosto de 1919:

Tratou-se então da fachada, e para isto, afim de não alterar o que já estava feito, e mesmo, attendendo as condições das fundações do vetusto templo, o sr. Rodolpho Lima, com uma habilidade extraordinária, levantou sobre a fachada antiga, a nova, alterando apenas a elevação das portas, mas não tocando nellas, bem como dando apenas forma externa **para não destruir o primitivo** (grifo nosso) (A CATHEDRAL, 1919, p. 1).

Há algum tempo, a Arquidiocese já tinha se defendido de algumas críticas sobre o projeto da Sé. O jornal *Tribuna Religiosa* de 18 de outubro de 1917, publicou uma notícia em que pareceu estar respondendo a algum tipo de crítica. Sobre o andamento da reforma da Sé, noticiou-se que “nas capelas lateraes serão colocados os antigos azulejos que vão sendo retirados com todo o cuidado” (CATHEDRAL, 1917, p. 1). Com essa informação, a Arquidiocese nesse momento aventou uma possibilidade de preservação, nesse caso, dos azulejos que adornavam o templo.

A informação dada pela Arquidiocese nos parece falsa, já que, ainda em 1914, o colecionador Antônio Carlos Simoens da Silva visitou as obras da Sé e constatou o terrível estado de conservação dos azulejos. Com a autorização do próprio Dom Luís Brito, Simoens da Silva retirou do templo dois painéis que foram levados para seu museu particular no Rio de Janeiro. Sobre esse episódio, o próprio relatou sua experiência em matéria publicada no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro no dia 28 de janeiro de 1928:

Em 1914, [...] percorri alguns Estados do nordeste a fim de obter inscrições e memorias scientificas do Brasil para o referido certamem dos Estados Unidos, ao qual compareci. Ao chegar a Pernambuco, depois de visitar as velhas e tradicionais igrejas do Recife, dirigi-me a Olinda, para mais uma vez, deleitar-me diante da sua preciosa Sé, [...]. Entrei também e comecei a ver o abandono de tudo aquilo, inclusive

os esplendidos quadros de azulejos de estilo barroco, derrubados na sua quasi totalidade, quebrados em grande parte, atirados pelo chão, alguns em barricadas e outros ainda semi-presos as paredes, sempre com as figuras principais partidas, crime esse cometido pelos desocupados da cidade, que, a título de apostas por insignificantes níqueis, lhes atiravam saraivada de pedras, até que uma delas atingisse o alvo combinado (OS AZULEJOS, 1928, p. 7).

O colecionador consternado com o que viu, se dirigiu pessoalmente a Dom Luís Brito e pediu para retirar um painel para que pudesse compor a sua coleção. Prontamente atendido, Simoens da Silva retirou da Sé três painéis de azulejos: dois para a sua coleção particular e outro para a própria Sé, que foi colocado na sacristia:

[...] dirigi-me ao Recife, onde fui logo recebido com o carinho paternal que tanto lhe era peculiar, pelo meu velho e bom amigo D. Luiz Raymundo da Silva e Brito no próprio Palácio Arquiepiscopal. Expostos os meus intentos S. Exa. revdma. disse-me: Você tem razão, meu filho; aquilo tem sido uma lastima e olhe que isso já é coisa bem antiga, data de vários anos antes da minha chegada do Estado de Pernambuco. Você vai me fazer um favor. Veja se consegue organizar um quadro desses ladrilhos para ser mais tarde colocado na Sacristia e, dos demais que por lá encontrar, em termos de aproveitamento, colha para o seu museu o que melhor lhe aprouver. Claro que aceitei a oferta e com uma carta de S. Exa. revdma. fui sem demora a Olinda. Horas depois, tinha concluído o meu estudo sobre os azulejos, que era a preliminar do serviço a executar. Minha tarefa foi difícil, porque os homens que, comigo levei como auxiliares, eram humildes e incultos carregadores. O quadro para a Sacristia foi o primeiro que organizei e que fiz remover para a localidade indicada do templo [...] (OS AZULEJOS, 1928, p. 7).

Como os azulejos já em 1914 já estavam bastante degradados e Simoens da Silva já tinha retirados os painéis em melhor estado, supomos que talvez a Arquidiocese ficou sem escolha para rebater as críticas, e acabou por retirá-los de vez, apenas mantendo os que adornavam a Capela do Santo Cristo<sup>26</sup>, por estarem em melhor estado.

Ao tempo que os ataques de Annibal Fernandes se acentuavam, Dom Sebastião Leme promulgou a circular normativa n° 7 que futuramente teve grande influência no pensamento preservacionista da Igreja Católica no Brasil. O documento, datado de 19 de março de 1920 e publicado na *Tribuna Religiosa* de 29 de abril do mesmo ano, estabeleceu a primeira política patrimonial da Arquidiocese de Olinda e Recife (ANEXO B).

---

<sup>26</sup> A maior parte dos azulejos que adornavam a Capela do Santo Cristo ainda se encontram no referido local.

De caráter normativo, o documento é basicamente uma sistematização da legislação da Igreja sobre o tema naquele momento como o Código de Direito Canônico de 1917, o Concílio Plenário da América Latina de 1899 e a Pastoral Coletiva de 1915<sup>27</sup> que já apresentavam normativas sobre o assunto.

No mesmo documento, Dom Sebastião Leme instituiu uma Comissão de Obras de Arte, com a previsão de ser criar uma ‘comissão técnica’ para auxiliar no desempenho de sua missão. A mesma Comissão deveria organizar um “inventario ou catalogo de todos os documentos e cousas de arte, archeologia e historia, confiadas á guarda do clero e corporações religiosas” (LEME, 1920, p. 1).

Além de prever a realização do inventário que contemplaria as igrejas, capellas, irmandades e outras instituições eclesiásticas, a começar a Catedral de Olinda, a Circular também previu a “criação de um museu diocesano para serem guardados os objectos por accaso dispersos ou mal guardados” (LEME, 1920, p. 1).

Além da criação da Comissão de Obras de Arte da Arquidiocese, foi estabelecido no Seminário de Olinda uma cadeira de “Archeologia e Bellas Artes”, que deveria ministrar assuntos como de simbologia cristã, iconologia sagrada, mobiliário e indumentária (LEME, 1920, p. 1). A criação da Comissão de Obras de Arte da Arquidiocese foi elogiada por Annibal Fernandes, mas ainda assim não deixou de lamentar que o que já havia sido perdido:

O gesto do sr. arcebispo d. Leme em socorro de nossa arte religiosa é, incontestavelmente, “um beau geste”. Por nossa infelicidade a providencia do prelado olindense chega um pouco tarde. E a esta hora o que não oubiriamos nós de queixas, de lamentações e de protestos [...] (FERNANDES, 1920b, p. 3).

Apesar da iniciativa, Dom Sebastião Leme não teve tempo para por em prática a sua normativa. Segunda Moreira (2015a), no dia 24 de fevereiro de 1921, o arcebispo recebeu um cabograma enviado pelo Núncio Apostólico comunicando-lhe que o papa Bento XV decidiu nomeá-lo arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. A nomeação veio em virtude do agravamento do estado de saúde do cardeal Arcoverde, que se encontrava impossibilitado de exercer plenamente suas funções. Em fins de

---

<sup>27</sup> O Concílio Plenário Latino-Americano realizado em 1899 O objetivo principal era o de unificar as diretrizes sobre a disciplina eclesiástica, de forma a facilitar o trabalho nas dioceses da América Latina (FONSECA, 2009). O documento, que ficou mais conhecido por Pastoral Coletiva de 1915, transformou-se em um documento com valor, em certo sentido, normativo para toda a Igreja no Brasil, e ao lado do Código de Direito Canônico, o livro de consulta e uso do clero brasileiro (FREITAS, 1997, p. 37).

março, chegou ao Recife o decreto pontifício que nomeava Dom Sebastião Leme administrador efetivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro com direito a sucessão.

Sobre a Comissão de Arte Religiosa não foram localizados registros de que a mesma tenha sido efetivamente implementada, nem se foram realizados os inventários estabelecidos pela Circular nº 7. Dom Sebastião Leme despediu-se do Recife no dia 25 de julho de 1921, onde seguiu para o Rio de Janeiro.

Nesse momento, a maior parte das grandes obras que modernizaram a cidade já se encontravam quase que concluídas, com uma quase que completa descaracterização da sua parte antiga. Todos esses acontecimentos acabaram por fomentar durante toda a década seguinte um movimento de preservação histórica em Pernambuco.

## 4 LIDANDO COM OS NOVOS TEMPOS: DOM MIGUEL VALVERDE

Após a partida de Dom Sebastião Leme, assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife Dom Miguel de Lima Valverde, então bispo de Santa Maria (RS). Nascido em Santo Amaro (BA) no dia 29 de setembro de 1872, ingressou em 1885 no Seminário da Bahia, onde concluiu os preparatórios e estudou filosofia e teologia, recebendo em 1892 as ordens menores. Foi sagrado bispo de Santa Maria em outubro de 1911 e empossado no dia 7 de janeiro de 1912.

Pela bula *Hodie Nos*, em 14 de fevereiro de 1922, o papa Pio XI nomeou-o para a arquidiocese de Olinda e Recife, que desde 1921 vinha sendo governada pelo deão Pereira Alves, em virtude da transferência de Dom Sebastião Leme para a Arquidiocese do Rio de Janeiro. O arcebispo tomou posse na Sé de Olinda no dia 23 de julho de 1922 (DIAS, 2015).

Segundo Silva (2003, p. 108), o período de atuação de Dom Miguel foi um dos mais conturbados na história política pernambucana e brasileira, o que gerou oportunidades para que houvesse, por parte do Arcebispo, diversas manifestações de caráter político. Presenciou os movimentos que antecederam a Revolução de 1930 e a reorganização democrática após a deposição de Getúlio Vargas.

### 4.1 O clero e o discurso da preservação histórica

Em Recife, a década de 1920 foi marcada por uma intensa discussão intelectual sobre modernidade e preservação histórica. Respaldados por um sentimento nacionalista, alguns setores da sociedade começaram a se preocupar em preservar bens artísticos e arquitetônicos representativos da cultura brasileira.

Intelectuais como Gilberto Freyre e Annibal Fernandes se colocaram contra as ideias modernistas, defendendo a preservação dos valores tradicionais, contrapondo-se ao grupo dos “futuristas” cujo destaque era o jornalista Joaquim Inojosa. Em sua obra, Freyre entendia que o culto à tradição não era incompatível com o progresso, defendendo o regionalismo como elemento da preservação do passado na busca de uma identidade nacional:

E um ponto peculiar e diferenciador [em Freyre] era o passado histórico, a memória das tradições. O modernismo regionalista tornava a preservação desse passado como uma salvação da identidade

nacional. Era também uma forma de evitar a marginalização, de não se sentir fora das trilhas da história, de não se ofuscar com as luzes do progresso. Admitir o império do progresso até seria possível, desde que conciliado com os emblemas da tradição (REZENDE, 1997 p. 158).

Rezende (1997, p. 91), entende que a preocupação com o moderno e o tradicional não estava apenas restrita a modernização em curso na cidade, mas a forte presença do passado se contrapõe ao considerado 'moderno', com alguns intelectuais resistindo a certas inovações:

O Recife é uma dessas cidades de forte tensão entre o moderno e o tradicional. A sua história está atravessada por momentos de deslumbramentos e fantasias sobre o seu futuro possivelmente moderno, pelo medo de vê-la distante das tradições e o desejo de reafirmar o seu passado profundamente idealizado (REZENDE, 1997, p. 25).

Nesse momento, as críticas sobre a atuação da Arquidocese frente aos seus monumentos se acentuou. Annibal Fernandes acusou veementemente Dom Luís Brito na sua coluna "De um e de outros" no *Diário de Pernambuco* de não ter feito para salvar a Matriz do Corpo Santo da destruição e de ter promovido a descaracterização da Sé de Olinda. Tal reforma, foi um dos exemplos mais lembrados para justificar a criação de uma lei de preservação histórica em Pernambuco. Sobre a reforma, Freyre escreveu:

Foi um phase horrível de furor neophilo. Havia uma como volupia de modernidade. [...] A Sé de Olinda foi a maior das vítimas: reduziram-na a horrível arremedo de gótico. Dilapidaram-na com sem-cerimônia, do seu luxo de azulejos e de alfaias, abandonando-a às mãos dum "cementarius". E só uma voz se levantou então contra a "débâcle" e voz de adolescente: a de Annibal Fernandes (FREYRE, 1924, p. 3).

A realização do 1º Congresso Regionalista do Nordeste<sup>28</sup> entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926 foi palco para a discussão sobre a preservação do passado histórico da cidade. Segundo Cantarelli (2012, p. 62), durante o evento foram visitadas várias igrejas como São Pedro dos Clérigos, Conceição dos Militares e da Madre Deus, no Recife. No evento, Annibal Fernandes, dirigindo-se às autoridades

---

<sup>28</sup> Segundo Amaral Junior (2002, p. 229), o O Congresso Regionalista de 1926, ocorrido no Recife, do qual originou-se mais tarde, precisamente em 1952, a versão escrita do Manifesto, proclamou a existência de uma região nordestina, distinta da do Norte, que seria portadora dos caracteres fundantes da brasilidade. Freyre apresenta uma concepção que sustenta ser a nação o produto de uma soma de territórios regionais. Nesses moldes, o Brasil deveria ser administrado a partir de critérios regionais, que espelhariam as peculiaridades culturais do país.

eclesiásticas do Nordeste, solicitou evitar a destruição ou remodelação das igrejas e conventos nos estados, limitando as obras apenas para fins de conservação.

Em meio ao debate, a figura de Frei Mathias Teves somou-se aos esforços de Freyre e Annibal na luta por uma política de preservação histórica na cidade. Segundo Ribeiro (2009, p. 137), o frade pertencente à ordem dos franciscanos era sócio correspondente do IAGHP e professor de filosofia e história da Igreja. Ainda que sua atividade intelectual fosse muito ligada à Igreja, o frade tornou-se um dos grandes nomes da preservação patrimonial na década de 1920. Em discurso realizado em prol da restauração da Igreja de São Francisco de Salvador, o frade reafirmou o caráter patriótico da preservação dos monumentos brasileiros:

O Brasil, terra nova e de poucas tradições históricas ainda, com tanto maior carinho deve guardar o que de tradicional possui, porque nos feitos do passado se inspira a ação do presente, e nos monumentos deixados à posteridade, em linguagem eloquente através dos séculos, ainda anos fala o espírito dos antepassados (AUXILIAE, 1927, p. 20).

Ao evocar o mesmo discurso dos intelectuais que promoviam uma campanha de preservação histórica, intelectuais religiosos como Frei Mathias Teves e Dom Sebastião Leme que acabara de publicar a sua circular nº 8, incorporaram as mesmas práticas de agrupamento e mobilização no campo intelectual dos não-católicos, partilhando do mesmo *habitus*. A atuação em favor da restauração da Igreja foi tanto, que a *Revista da Semana*, publicação abrangência nacional, publicou longo artigo destacando o trabalho do frade e uma campanha nacional em favor da obra (SALVEMOS, 1927, p. 21).

Nesse momento, um grupo de religiosos e leigos católicos acabou se destacando na causa pela preservação dos monumentos históricos. O grupo autodenominado *Núcleo de Defesa Artística*, foi criado com a intenção de “trabalhar em prol do nosso patrimônio artístico e zelar pelas artes em geral” (NUCLEO, 1924, p. 1). O grupo era composto majoritariamente por membros do Círculo Católico de Pernambuco<sup>29</sup> como o cônego Jonas Taurino, eleito o seu primeiro presidente (NUCLEO, 1924, p. 1).

Um dos casos em que o Núcleo de Defesa Artística teve forte atuação foi o caso da mudança do piso da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares.

---

<sup>29</sup> Segundo Ribeiro (2009, p. 119), fundado em 1907, o Círculo Católico era uma associação de leigos católicos que tinha por finalidade congregar homens, para o estudo e a ação social, através dos princípios da doutrina social da Igreja.

Havendo a necessidade de reparo no piso desse templo, dividiram-se as opiniões a respeito do material a ser empregado. A mesa regedora da respectiva Irmandade deu preferência a um piso feito de granito artificial (granilito), sendo contrários à ideia do cônego José Taurino e do Dr. Bertholdo de Arruda, ambos membros do Núcleo de Defesa Artística, que defendiam um piso semelhante ao anterior (PELO NOSSO, 1925, p. 2).

Em dois artigos publicados nos dias 23 e 28 de junho de 1925, assinados pelo *Núcleo de Defesa Artística*, foram discutidos os aspectos econômicos, práticos e históricos da intervenção. Segundo eles, o piso de madeira realmente se encontrava em precário estado de conservação e precisava ser reparado:

[...] há três aspectos a attender nessa questão: o aspecto econômico, o aspecto pratico e o aspecto historico. E se em qualquer dos dois systemas de renovamento, mármore ou mosaico pode ser encarada essa feição pratica e economica, impõe-se melhor que esses systemas o de renovamento do piso de madeira feito o devido lençol de concreto no solo para a melhor conservação do material que não receberá a humidade terrea e assim não estará sujeito ao natural apodrecimento da madeira nessas condições de humidade (CONCEIÇÃO, 1925, p. 2).

Os artigos publicados pelo *Núcleo de Defesa Artística* trazem vários detalhes sobre a discussão interna da irmandade sobre o assunto, o que nos sugere a influência do Cônego José Taurino e do Dr. Bertholdo de Arruda, que eram declaradamente contrários à intervenção. Apesar de concordarem com o argumento da perecidade da madeira, e considerando que as condições climáticas não favoreciam a sua conservação, ainda assim o *Núcleo* defendeu que tal material fosse empregado respeitando o “conjuncto artistico” do templo:

Resta-nos agora a primeira corrente em que nos achamos filiados, E' a que se declara adepta de um renovamento da madeira no piso desse templo. Respeitando o conjuncto artistico da obra que se vê nessa Igreja, onde o madeiramento realça om as figuras nelles esculpidas, não é justo substituir esse piso de madeira que tão bem se harmonisa com todo outro piso de mármore ou mosaico, e que é alterar essa mesma harmonia do conjuncto (CONCEIÇÃO, 1925, p. 2).

Assim que a notícia sobre a troca do piso chegou aos jornais, o IAGHP logo tratou de discutir o assunto. Na reunião ordinária realizada no dia 23 de julho de 1925 cuja ata foi publicada no *Diario de Pernambuco* no dia seguinte ficou resolvido que “o Instituto appellasse para o arcebispo, no sentido de não ser permitida a remodelação”

(INSTITUTO, 1925, p. 3). Mário Melo, na condição de secretário do IAHGP, enviou um ofício à Dom Miguel Valverde publicado no *Diario de Pernambuco* em 25 de julho de 1925, relatando a preocupação da instituição com o caso:

O Instituto Archeologico, em sua reunião de hontem, resolveu apelar para o patriotismo do chefe da Egreja Catholica de Pernambuco, de quem depende o assumpto em ultima instancia, no sentido de não permitir se consumme um attentado que se planeja contra o templo da Conceição dos Militares, desta archidiocese (MELO, 1925, p. 3).

Em tom conciliador, Mário Melo reconheceu uma suposta boa intenção por parte da Irmandade com a intervenção, pois não se pretendia remodelar o templo por inteiro. Ainda assim, Mário Melo insistiu que a troca do piso não era apropriada, e que a intervenção iria de encontro a circular número 8 publicada no ano anterior por Dom Sebastião Leme:

Sabe o Instituto que os dirigentes da confraria de N. S. da Conceição não teem o proposito de attentar contra o estylo do vetusto templo, antes tomaram a deliberação que tanta revolta tem levantado com o proposito de o melhorar. Estão offuscados com o falso brilho de um progresso iconoclasta e só tardiamente, quando isolados da força magnética que os attrae neste momento, compreenderão o erro. [...] A igreja da Conceição dos Militares é monumento colonial. Data dos meados do seculo XVIII. A conservação do seu estylo está no programma da propria comunidade catholica brasileira, segundo a pastoral do arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro (MELO, 1925, p. 3).

Em virtude da polêmica causada pela troca do piso, Dom Miguel Valverde que até então procurou não responder publicamente as críticas sobre reformas de igrejas, resolveu intervir pessoalmente no assunto. No dia 31 de junho do mesmo ano, e publicado no *Diario de Pernambuco* no dia 9 de agosto o arcebispo respondeu à Mário Melo comunicando que a situação já havia sido resolvida:

Agradecendo o zelo dessa colenda agremiação em favor das relíquias do patrimonio artistico e historico de Pernambuco, declaramos já estar resolvida a pendencia do melhor modo que as circunstancias permittiram, muito contribuindo para isto a bôa vontade da actual mesa regedora da irmandade (VALVERDE, 1925, p. 3).

A solução que a Irmandade e o arcebispo chegaram foi a mudança do piso de madeira para ladrilho hidráulico, o que foi lamentado pelo professor Rodolpho Lima, membro da mesa regedora da Irmandade: “ficou vencedora a triste idéa de accordo com o sr. arcebispo, de se fazer o piso do velho e tradicional templo com mosaico

nacional a tres cores, sendo que as soleiras serão do inefável cimento polychromico!” (O CASO, 1925, 3). A escolha pelo ladrilho hidráulico nos parece ter sido tomada por questões de economia, mas principalmente por seguir o caminho de outros templos que nesse período também trocaram seus pisos pelo mesmo material.

## 4.2 Lidando com a nova legislação

Após anos de campanha em favor de uma política de preservação histórica no estado, Annibal Fernandes ingressou na carreira política, elegendo-se deputado estadual em 1927. No dia 18 de julho de 1928, pronunciou um discurso na sessão da Câmara Estadual onde apresentou o projeto de lei nº 5 que autorizava o governo a criar um Serviço de Defesa do Patrimônio Artístico e Histórico (FERNANDES, 1929, p. 34).

O projeto de lei apresentado foi aprovado pelo então Congresso Legislativo do Estado no dia 24 de agosto de 1928, e sancionado sob o número nº 1.918. A lei em seu artigo primeiro autorizou o governador Estácio Coimbra a criar um “serviço de defesa do nosso patrimonio artistico e historico e um museu de arte retrospectiva que lhe será anexo” (FERNANDES, 1929. p.37).

A notícia da aprovação da lei repercutiu positivamente na imprensa local, ganhado elogios de jornais da capital federal como *O Paiz* que declarou ser “uma iniciativa oportuna” (UMA INICIATIVA, 1928, p. 3). Sem grande destaque, *A Tribuna*, jornal oficial da Arquidiocese limitou-se apenas a noticiar a aprovação da referida lei:

Foi sancionada a lei que autorisa ao governador do Estado a crear o serviço de defesa do nosso patrimonio artistico e historico e um museu de arte retrospectiva que lhe será anexo, destinado a recolher todos os objectos de interesse historico e artistico nacional ou regional (A SEMANA, 1928, p. 1).

Mesmo criada, a Lei nº 1918 apenas autorizou a criação de um órgão de preservação no estado. Somente em 9 de fevereiro de 1929 foi publicado no Diário Oficial do Estado o Ato nº 240 que criou, de fato, a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga vinculados à então Secretaria da

Justiça e Negócios Interiores<sup>30</sup>. No documento, o governo regulamentou o funcionamento do novo órgão definindo a sua missão:

A Inspectoria Estadual dos Monumentos Nacionaes incumbir-se-á da coordenação e execução das medidas de protecção e conservação do Patrimonio artistico e historico de Pernambuco, de accordo com as disposições da Lei n. 1.918, de 24 de Agosto de 1928 (FERNANDES, 1929, p. 37).

Ao tempo que criou a Inspetoria de Monumentos, o artigo 5º do Ato nº 240 delimitou o seu limite de atuação, através da definição do que seria um Monumento Nacional em termos jurídicos. Assim, um bem para ser considerado um “Monumento Nacional” precisaria ser inventariado pela Inspetoria:

Compreendem-se por monumento nacional as obras que forem inventariadas como de interesse artístico e significação historica existentes nos municípios da capital e do interior, incluídas as pertencentes ou sob a guarda do Arcebispado de Pernambuco (FERNANDES, 1929, p. 38).

Interessante ressaltar a preocupação do documento em frisar que os bens pertencentes à Arquidiocese também poderiam ser classificados como tal. Essa iniciativa nos sugere uma preocupação por parte da Inspetoria em alertar a Arquidiocese sobre a possibilidade de seus bens serem passíveis de interferência por parte do órgão.

A lei em questão também previu uma punição para o proprietário que destruísse, degradasse o monumento, ficando obrigado a repará-lo e pagar uma multa de um conto de réis (FERNANDES, 1929, p. 38). Segundo Rubino (1991), do ponto de vista legal os projetos das inspetorias estaduais foram iniciativas que pareceram ineficazes, porque apesar de restrita aos seus territórios, as leis sofriam com a impossibilidade de estabelecer medidas punitivas, já que a Constituição Federal de 1891 e o Código Civil vigentes previam o amplo direito de propriedade dos bens, tornando inconstitucional qualquer medida punitiva a esse respeito.

Para gerir a instituição, o Ato nº 240 criou a figura do “Inspetor de Monumentos”, a quem competia dentre outras atividades: promover o inventário dos monumentos e obras que ofereciam interesse artístico ou histórico, fiscalizar a conservação dos

---

<sup>30</sup> Como detalhar o processo de criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais foge ao objetivo do nosso trabalho, recomendamos a leitura do trabalho de Rodrigo Cantarelli (2012) que possui informações detalhadas sobre o período de atuação da Inspetoria desde a sua criação em 1929 até a sua extinção em 1933.

monumentos, impor multas regulamentares, representar ao Governo medidas no intuito de amparar e defender o patrimônio histórico do estado e dirigir o Museu Histórico e de Arte Antiga (FERNANDES, 1929, p. 40).

Analisando os projetos de criação da Inspetoria de Pernambuco com a sua congênere, a Inspetoria de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia criada pela Lei Estadual nº 2.032 de 1927, é possível ver semelhanças com o projeto da Inspetoria dos Monumentos Históricos da França criada em 1830. Como lembra Fonseca (2005, p. 62), além do nome, herdaram o modelo estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planejada e regulamentada visando ao atendimento de interesses políticos do Estado.

Segundo Cantarelli (2012, p. 77), poucos dias depois de criadas as instituições, no dia 13 do mesmo mês, Estácio Coimbra exonerou Anníbal Fernandes do cargo de redator-chefe do *Diário do Estado*, que foi extinto, para que ele assumisse o de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu. Sua escolha para o cargo não surpreendeu, pois, sua influência junto ao governo Estácio Coimbra permitiu a aprovação da lei que criou a Inspetoria<sup>31</sup>.

Em artigo publicado no Jornal *A Província* de 14 de fevereiro de 1929 foi anunciado as nomeações de Annibal Fernandes e Braz Ribeiro para os cargos de Inspetor e Intendente<sup>32</sup> da instituição. O jornal elogiou a escolha dos nomes, lembrando o trabalho do seu redator na defesa do patrimônio histórico de Pernambuco. Assim que tomou posse, Annibal notificou a Arquidiocese da sua nomeação, onde em um gesto diplomático recebeu as felicitações por parte de Dom Miguel Valverde:

Está em meu poder o officio de v. s. comunicando-me sua tomada de posse do cargo de inspector dos Monumentos, neste Estado, e de diretor do Museu Historico e de Arte Antiga, recentemente criado pelo governo do Estado. Agradecendo esta prova da sua bondade, anguro a v. s. o mais feliz desempenho desse cargo, para o qual tem revelado v. s. tanta competencia (A DEFESA, 1930, p. 3).

No primeiro relatório de atividades endereçado ao Secretário de Justiça e Negócios Interiores e publicado em 1929, Annibal Fernandes mostrou o que teriam

---

<sup>31</sup> Annibal Fernandes era deputado estadual e próximo a Gilberto Freyre, na época chefe de gabinete do governador Estácio Coimbra.

<sup>32</sup> Na estrutura administrativa da Inspetoria de acordo com o Ato nº 240 de 9 de fevereiro de 1929, estava previsto a o cargo de Intendente, cuja função seria auxiliar o Inspetor de Monumentos nas suas atividades e responsável pelo acervo do Museu do Estado (FERNANDES, 1929, p. 41).

sido as suas primeiras atividades à frente da Inspetoria. No relatório, ele afirmou que iniciou o inventário dos monumentos que receberiam a proteção da Inspetoria, mas segundo o seu segundo relatório de gestão publicado em 1930, ele só chegou a fazer o levantamento fotográfico dos seguintes monumentos: Igreja de São Francisco do Recife, Convento e Ordem Terceira do Carmo, Igreja de São Pedro, Matriz de Santo Antônio, Conceição dos Militares, Espírito Santo e Rosário dos Pretos (FERNANDES, 1930, p. 5).

Em seu trabalho sobre a Inspetoria, Cantarelli (2012) não localizou a listagem de quais seriam os edifícios e lugares selecionados por Annibal para receber a chancela de Monumento Nacional, mas através da análise dos relatórios, ofícios e notícias publicadas nos jornais da época, ele refez essa listagem cujos bens se encontram na tabela seguinte:

<b>Cidade</b>	<b>Monumentos</b>
Recife	Igreja e Convento de Santo Antônio (Conjunto Franciscano); Igreja de Santa Tereza (Ordem 3. <sup>a</sup> do Carmo); Igreja da Madre Deus; Igreja do Espírito Santo; Igreja de Nossa Senhora da Penha; Igreja de São José do Ribamar; Igreja Matriz de Santo Antônio; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Igreja de Nossa Senhora do Terço; Igreja do Bom Jesus dos Martírios; Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares; Igreja de São Pedro dos Clérigos; Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo (Conjunto Carmelita); Igreja Matriz da Boa Vista; Igreja de Nossa Senhora do Livramento; Igreja da Congregação Mariana; Capela Dourada; Capela do Convento da Glória; Igreja Matriz da Soledade; Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Boa Vista; Igreja de Santa Cruz; Igreja das Fronteiras; Capela da Jaqueira; Forte das Cinco Pontas; Forte do Brum; Forte do Buraco; Ruínas do Forte do Picão; Largo das Cinco Pontas; Largo da Rua Padre Floriano; Arraial Novo do Bom Jesus; Arraial Velho do Bom Jesus; Campina da Casa Forte; e Praça da República.
Olinda	Igreja e Convento de Santa Tereza; Igreja e Mosteiro de São Bento; Igreja e Convento de Nossa Senhora das Neves (Conjunto Franciscano); Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia; Igreja do Carmo e ruínas do Convento; Seminário de Olinda; Palácio Episcopal; Igreja de Nossa Senhora do Monte; Igreja do Amparo; Igreja de São Sebastião, Igreja do Bom Jesus do Bonfim; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Milagres; e o local onde Bernardo Vieira de Melo proclamou a república em 1710.
Igarassu	Igreja e Convento de Santo Antônio (Conjunto Franciscano), Igreja dos Santos Cosme e Damião; Igreja de Nossa Senhora do Livramento; Igreja do Sagrado Coração de Jesus; e o Forte Orange.
Ipojuca	Igreja e Convento de Santo Antônio (Conjunto Franciscano).

Sirinhaém	Igreja e Convento de Santo Antônio (Conjunto Franciscano).
Jaboatão	Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres; e o Largo da Igreja dos Prazeres.
Cabo	Capela de São Mateus, do Engenho Massangana; e Forte Castelo do Mar
Rio Formoso	Forte de Tamandaré; e o Reduto de Rio Formoso.
Goiana	Cruzeiro do Convento de Santo Alberto; e o Reduto de Tejucupapo
Vitória de Santo Antão	Monte das Tabocas.

**Tabela 2** – Lista dos Monumentos selecionados para serem protegidos pela Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais (adaptado). Fonte: Cantarelli, 2012, p. 79-80.

Analisando essa listagem vemos a intensa valorização da arquitetura religiosa com exemplares de propriedade tanto clero regular como do secular, com quase ausência de exemplares de arquitetura civil. Nessa listagem também foram privilegiados construções militares e lugares emblemáticos para a história de Pernambuco como os Montes dos Guararapes e Reduto de Tejucupapo, locais de resistência nas guerras contra os holandeses no século XVII.

Nos seus dois relatórios de gestão publicados em 1929 e 1930, Annibal Fernandes justificou que era “impossível separar a Igreja Católica da nossa história” (FERNANDES, 1929, p. 5), o que justificaria o grande número de bens religiosos sob a proteção da Inspeção:

[...] Como nossa história se confunde em grande parte com a da igreja, tivemos naturalmente que enumerar maior número de edifícios religiosos do que civis, que quase não existem, e algumas fortalezas, ligadas a fatos indiscutíveis do nosso passado (FERNANDES, 1930, p. 3).

Segundo Cantarelli (2012, p. 85), Annibal não buscava uma unidade artística nos edifícios que selecionou como monumentos nacionais, bastando um interesse específico por um bem que já resultava na sua inclusão na listagem de bens sob a guarda da inspeção. Tal argumento, justificaria a proteção de templos como a Basílica da Penha, uma construção do século XIX, considerada ainda muito recente para a época.

#### 4.2.1 O contra-ataque: a Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra

No dia 19 de março de 1929, pouco mais de um mês depois da publicação do Ato Nº 240 que criou a Inspetoria Estadual de Monumentos Antigos, Dom Miguel Valverde decretou a criação da Comissão Central Arquidiocesana de Arte Sacra, cuja função principal seria “promover a bôa conservação das obras de arte sacra e religiosa (edifícios, objetos, etc..) pertencentes ao patrimônio ecclesiastico” (ARCEBISPADO, 1929, p. 1).

Apesar de sua missão estar diretamente relacionada a preservação do patrimônio histórico da Arquidiocese, o decreto que a criou expressou que também era trabalho da Comissão fiscalizar as obras nos templos a fim de “impedir que nas edificações novas, nas ampliações, decorações, restaurações, etc., algo de insolito e contrario aos conceitos da Arte Sacra venha torna-las menos dignas das funções litúrgicas que se destinam” (ARCEBISPADO, 1929, p. 1).

A criação da Comissão foi recebida por simpatia pelo jornal *A Provincia*<sup>33</sup>, onde em artigo publicado no dia 10 de maio de 1929 elogiou a iniciativa do arcebispo, onde ressaltou a importância da participação da Igreja na preservação do patrimônio histórico do estado:

A iniciativa do sr. arcebispo metropolitano é das que merecem os mais francos applausos e vem justamente ao encontro do pensamento do governo do Estado quando criou a Inspectoria de monumentos nacionaes e o Museu historico e de arte antiga. A defesa do nosso patrimônio artistico e historico é uma obra de tanto interesse collectivo que não só aos governos incumbe patrica-la, mas aos particulares e ás instituições. Sobretudo ás instituições ecclesiasticas que são depositarias de um acervo dos mais preciosos (A CRIAÇÃO, 1929, p. 3).

Tal aceno por parte do jornal nos sugere uma tentativa de aproximar a Comissão ao trabalho da Inspetoria, visto que uma vez que o jornal fazia parte do grupo político do governador Estácio Coimbra e tinha Annibal Fernandes como um dos seus colaboradores.

O decreto que criou a Comissão seguiu algumas das recomendações da circular nº 8 de 1924, de autoria de Dom Sebastião Leme, que previu a criação de comissões de arte sacra nas dioceses e arquidioceses do Brasil. Assim como na circular, o decreto previu que “a Comissão Central proverá oportunamente a formação de um Museu Archidiocesano” (ARCEBISPADO, 1929, p. 1).

---

<sup>33</sup> Annibal Fernandes era redator do jornal.

No sentido de prover a conservação do patrimônio da Arquidiocese, e em consonância com a circular nº 8, o decreto estabeleceu que “a Comissão organizará inventários exactos de todas as cousas immoveis e moveis de interesse artistico, pertencentes ao patrimônio ecclesiastico” (ARCEBISPADO, 1929, p. 1). Convém salientar que a criação de inventários também estava prevista na Lei 1.918 onde o estado promoveria “o inventario das obras que offereçam qualquer interesse artístico ou histórico (FERNANDES, 1929, p. 37).

Ainda que o decreto não tenha definido o que seria de interesse artístico da Arquidiocese, o mesmo apresentou a metodologia de trabalho da circular da Secretaria de Estado Vaticana *Disposizioni Pontificie in matéria d'arte sacre*<sup>34</sup> que serviria de base para os trabalhos. O decreto também previa que os inventários fossem feitos em duas cópias, ficando uma em poder da Comissão e a outra no Arquivo do Arcebispado. Tais bens deveriam ser classificados em três categorias: Edifícios, Obras de arte e Vasos Sagrados (ARCEBISPADO, 1929, p. 1).

Mesmo não distinguindo o que seria “Obras de arte” ou “Vasos Sagrados”, o decreto especificou alguns exemplos que se enquadrariam nessa classificação. Pinturas, esculturas, madeiras entalhadas e vitrais deveriam ser classificados como obras de arte. Já os objetos diretamente ligados aos rituais como cálices, pixides, ostensórios e cruzes seriam classificados como Vasos Sagrados (ARCEBISPADO, 1929, p. 1).

Ao que parece, a realização de inventários dos bens móveis e imóveis da Arquidiocese foi a primeira linha de ação da Comissão de Arte Sacra. No *Boletim Archidiocesano* de março/abril de 1929 foi publicado um modelo de ficha de inventário (ANEXO C) que deveria ser seguido na inventariação. A ficha trazia campos semelhantes as atuais fichas de inventário museológico com informações como dimensões, materiais e localização do bem.

A ficha dava uma atenção especial do estado de conservação do referido objeto, com a indicação (Bom, mau, péssimo) e com um campo para a descrição das prováveis causas de deterioração. A ficha também abriu espaço para campos como datação histórica com um campo “Notícias históricas gerais” onde deveriam estar informações extraídas sobre o objeto a partir de documentação a ser pesquisada nos arquivos das igrejas (COMMISSÃO, 1929b, p. 193-196).

---

<sup>34</sup> O documento em questão foi publicado pela Secretaria de Estado Vaticana em 1º de dezembro de 1925, n. 49158, com disposições relativas à preservação do patrimônio sacro da Igreja.

A dita Comissão, apesar de só ser formalmente instituída em 1929, já existia há algum tempo com o nome de “Comissão de Arte Sacra”, mas funcionando de maneira informal, não estando formalmente constituída. Com o decreto, a Comissão passou a figurar na estrutura administrativa da Arquidiocese, diretamente subordinada ao arcebispo (ARCHIDIOCESE, 1929, p. 76).

Não foi possível precisar a data de criação da Comissão, mas em 1926 a mesma trabalhou na aprovação de um filme sobre a vida de Santa Teresinha produzido pela *Vera Cruz Films* (VERA, 1926, p. 2). Tal ato nos sugere que a princípio, o trabalho da Comissão era muito mais ligado ao controle de publicações religiosas e com a criação da Inspeção, sua missão de salvaguarda do patrimônio religioso foi reafirmada a fim de lidar com a nova legislação.

Agora formalmente instituída, Dom Miguel Valverde tratou de escolher a equipe de trabalho da Comissão. Para tanto, nomeou Frei Mathias Teves como diretor do órgão. Completando o quadro da Comissão foram nomeados os cônegos: Alfredo Xavier Pedroza, professor do Seminário de Olinda; João Olympio dos Santos, professor da Escola Normal e pároco da Matriz da Piedade; Euvaldo Souto Maior, subsecretário do arcebispado e o Padre João Baptista da Costa, vigário da Paróquia da Torre (ARCHIDIOCESE, 1929, p. 79).

Ainda que não pertencendo ao clero regular, a nomeação de Frei Mathias Teves nos sugere um reconhecimento à sua projeção nacional em favor da preservação histórica, sobretudo pelo seu trabalho de preservação do convento franciscano de Salvador.

Uma das primeiras ações por parte da Comissão foi organizar o inventário de todo o acervo de bens móveis e imóveis da Arquidiocese previsto no decreto que criou a Comissão de Arte Sacra. Em circular datada de 20 de junho de 1929 endereçado aos vigários, irmandades e confrarias, a Arquidiocese determinou a realização de um inventário de bens moveis e imóveis das igrejas. O trabalho deveria ser realizado em três meses, com prazo final de entrega para o dia 20 de setembro do mesmo ano (INVENTÁRIO, 1929, p. 152). Infelizmente por falta de documentação, não foi possível saber se o inventário foi de fato realizado.

#### **4.2.2 Uma lei municipal de preservação histórica**

Pouco tempo depois da criação da Inspetoria, a Arquidiocese teve que lidar com outro projeto de lei de preservação, desta vez, a nível municipal. No dia 3 de junho de 1929 foi apresentado ao Conselho Municipal do Recife um projeto de lei de autoria de Horácio Saldanha que preservava as Igrejas, capelas e altares dos séculos XVII, XVIII e XIX no território do município do Recife. Após a apresentação e discussão inicial, o projeto foi assinado pela maioria dos conselheiros e despachado para a próxima reunião (CONSELHO, 1929, p. 2).

Imediatamente o projeto ganhou a simpatia do *Diário de Pernambuco* que parabenizou a iniciativa no dia seguinte a apresentação do projeto (VÁRIAS, 1929, p. 3). A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais também se manifestou a favor do projeto lembrando que Horácio Saldanha “referiu-se elogiosamente ao acto do governo do Estado criando a Inspectoria de Monumentos afim de amparar e defender o nosso patrimonio artistico e historico” (INSPECTORIA, 1929a, p. 2).

Em artigo publicado no dia 6 de junho no jornal *A Provincia*, a Inspetoria ao reclamar sobre o hábito de se pintar as cantarias e os azulejos das igrejas declarou que “essa campanha pode-se considerar victoriosa, tanto assim que o projecto de lei apresentado ao Conselho pelo sr. Horario Saldanha prohiibe terminantemente a pintura da pedra e dos azulejos” (INSPECTORIA, 1929b, p. 3).

Apesar de parecer de terem objetivos muito semelhantes, a lei proposta por Horário Saldanha se diferenciava da lei que criou a Inspetoria por contemplar exclusivamente a salvaguarda dos monumentos religiosos na cidade do Recife. Possivelmente pela proximidade com Annibal Fernandes que colaborava no jornal de sua propriedade *A Notícia*, o projeto de lei buscava complementar a legislação da Inspetoria, conforme os seus dois primeiros artigos:

1.º - As Igrejas e capellas ou os altares dos seculos XVII, XVIII e XIX, que existam em territorio do municipio e offereçam algum interesse artistico ou historico não poderão soffrer remodelação que lhes altere o estylo primitivo. Art. 2º - As licenças para quasquer serviços nesses predios, só serão concedidas quando o projecto estiver devidamente visado pela Inspectoria de Monumentos Nacionaes (INSPECTORIA, 1929a, p. 2).

O projeto de lei no seu artigo 3º especificava que mesmo intervenções de manutenção como como pintura e limpeza interna e externa deveriam ser autorizadas pela Prefeitura. O parágrafo único do mesmo artigo deixava claro que não seriam

autorizadas pinturas sobre azulejos e cantarias, estipulando uma multa para o caso de descumprimento da lei:

Art. 3.º - A Prefeitura fornecerá uma guia gratuita para pintura, caiação simples e limpeza interna mediante petição devidamente legalizada. Paragrapho único – Não será concedida licença para pintar a oleo ou caiar azulejos e cantaria. Art. 4º - A infracção de qualquer dispositivo desta lei importa na pena de um conto de réis, que será duplicada na reincidencia (INSPECTORIAa, 1929, p. 2).

Apesar do apoio do *Diario de Pernambuco* ao projeto, o *Jornal do Recife* e o *Jornal Pequeno* se posicionaram contra, criticando o que consideraram “além de dispensável, inoportuno” (DEFENDENDO, 1929, p. 1). Ambos os jornais concordaram que já existiam a Inspetoria de Monumentos e a Comissão de Arte Sacra, mas não deixaram de relacionar o projeto a uma possível influência da Inspetoria que não vinha desempenhando suas funções como deveria, reafirmando o poder do Instituto Arqueológico, uma crítica velada a Annibal Fernandes e ao governo Estácio Coimbra:

Elle obedeceu, ao que se diz á inspiração da Inspectoria de Monumentos, instituição recentemente creada pelo governo estadual, mas que não tem correspondido aos seus fins, segundo documentação feita pela secretaria do Instituto Archeologico que é no caso a unica autoridade (A LICÇÃO, 1929, p. 1).

No dia 10 de junho de 1929, sete dias após a apresentação do projeto por parte do conselheiro Horácio Saldanha, Dom Miguel Valverde enviou um ofício destinado ao presidente e a todos os membros do Conselho Municipal do Recife protestando contra o projeto de lei em questão. No ofício, o arcebispo listou os motivos pelos quais entendia que o projeto não deveria ser aprovado. Para ele, as igrejas eram locais de culto, não permitindo outra autoridade que não seja a religiosa:

1.º As igrejas e tudo quanto nelas se contem, destinado ao culto, são cousas de uso publico dos fieis e se acham sob a exclusiva jurisdicção do ordinario; não sendo admissivel a ingerencia de qualquer outra autoridade, e sob qualquer pretexto, sobre taes bens (COMMISSÃO, 1929, p. 43).

No mesmo documento, Dom Miguel, possivelmente com o apoio de uma consultoria jurídica, questionou a constitucionalidade do projeto de lei, que a seu ver atentaria contra o direito de propriedade previsto nas leis vigentes, a Constituição Federal de 1891 e o Código Civil de 1916, tornando-o nulo desde a sua concepção:

[...] o objecto do projecto acima referido constituiria, como restricção ao direito de propriedade, materia de legislação federal; 3.º E ainda, em qualquer hypothese, o mencionado projecto se resentiria, em sua contextura, de formular uma medida de excepção, visando apenas edificios e cousas sagradas, contrariando o principio universalmente recebido – que as leis devem apresentar o character de generalidade e não criar excepções, que o espirito do regime constitucional brasileiro não permite efficácia plena à lei incompatível com a Constituição Federal (COMMISSÃO, 1929, p. 43).

A Constituição Federal de 1891, em seu artigo 72 § 17, garantia que “o direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia” (BRASIL, 1891). O Código Civil de 1916 em seu artigo 524 estabelecia que “a lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua” (BRASIL, 1916).

A questão da inconstitucionalidade do projeto de lei levantada por Dom Miguel era um problema que a Inspetoria Estadual de Monumentos também enfrentava na aplicabilidade da lei que a criou. Gonçalves (2007, p. 27) destaca que apesar da boa intenção, a falta de constitucionalidade das legislações desamparadas pela própria Constituição Federal e pelo Código Civil fez com essas propostas preservacionistas se enfraquecessem juridicamente, não garantindo a preservação dos bens em questão.

Finalizando o documento, o arcebispo frisou que a Arquidiocese vinha desenvolvendo um trabalho de preservação do seu patrimônio religioso através da Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra, instituída por ele próprio de acordo com a legislação canônica:

[...] temos ainda occasião de assegurar a Vv. Excias, que muito nos está a peito defender as preciosidades de arte religiosa, existentes nesta Archidiocese como prova a Comissão Archidiocesana de Arte Sacra, por nós intitulada, de acordo com as instrucções da Santa Sé Apostolica (COMMISSÃO, 1929, p. 43).

Após várias críticas que recebeu do *Jornal do Recife* e o ofício de Dom Miguel Valverde, Horácio Saldanha na sessão do dia 12 de junho resolveu retirar o projeto da discussão do Conselho, enterrando de vez a proposta (EM DEFEZA, 1929, p. 1). A retirada foi comemorada pelo *Jornal do Recife* na edição do dia 7 de julho de 1929,

transcrevendo o ofício do arcebispo ao Conselho Municipal defendendo a sua atuação:

[...] o sr. arcebispo demonstrou patentemente que, para defender as preciosidades de arte religiosa bastam os proprios elementos do clero que compõem a Comissão de Arte Sacra, aliás instiuida por s. revma” (A LICÇÃO, 1929, p. 1).

O ofício enviado ao Conselho Municipal por Dom Miguel Valverde protestando contra o projeto de lei de Horácio Saldanha, deixou claro o incômodo da Arquidiocese com a possibilidade de interferência externa por parte do poder público. Em artigo publicado no *Jornal do Recife* de 29 de junho de 1929, o cônego José do Carmo Baratta, então secretário do Círculo Católico e lente do Seminário de Olinda, atacou diretamente a intervenção pública sobre os bens da Igreja. Sem citar diretamente o projeto de Horácio Saldanha, o cônego criticou o que entendeu por uma sobreposição das leis estaduais já existentes sobre o assunto:

Eu desejaria que os nossos preocupados defensores do patrimonio historico ou artistico da igreja pernambucana, estaduais ou municipaes, a quem não bastam as leis estaduais, andando a mendigar o auxilio das municipaes, tão firmes e tão forte eles proprios as reconhecem [...] (BARATTA, 1929, p. 1).

No mesmo artigo, o cônego concordou que grande parte do patrimônio histórico de Pernambuco estava nas mãos da Arquidiocese. Para ele, o trabalho de preservação desses bens estava sendo realizado, pois a instituição sempre ‘zelou’ pelo o que os fiéis entregaram à Igreja Católica:

[...] como os defensores da ultima hora o proclamam, o patrimonio artistico e historico pernambucano está quasi exclusivamente nas mãos da Igreja, nos seus templos, nos seus conventos, nos seus archivos e sacristias, porque só ella foi a depositaria fiel, cuidadosa e intransigente, de tudo aquillo que os seus filhos lhe entregaram (BARATTA, 1929, p. 1).

Mesmo de forma genérica, o artigo do Cônego José do Carmo Baratta, acabou evidenciando a preocupação da Arquidiocese com a nova legislação sobre o seu patrimônio. No seu entendimento, o trabalho de inventário e guarda desses bens deveriam ser atividades das paróquias e das dioceses, sem a necessidade de agentes externos:

[...] os objectos pertencentes ás igrejas ou outras obras pias, cujos inventários completos e minuciosos devem existir simultaneamente no

archivo de cada igreja e no da diocese, atravessam os séculos e se conservam sem necessidade de intervenções extranhas (BARATTA, 1929, p. 1).

### 4.3 Sob a vigilância da Inspetoria

Apesar da resistência inicial, a Arquidiocese procurou trabalhar em sintonia com a Inspetoria, que também iniciava os seus trabalhos. Paralelo ao trabalho de identificação e registro fotográfico dos monumentos, Annibal Fernandes orientou e fiscalizou a realização de diversas obras em igrejas, cujas reformas eram alvo frequente dos seus protestos. No relatório de atividades endereçado ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores e publicado em 1929, Annibal relatou suas visitas às igrejas, relatando um grande número de intervenções malsucedidas, o que a seu ver as descaracterizaria:

Em quase todas as igrejas por mim visitadas encontrei indícios de restaurações e remodelações as mais lamentáveis. [...] As pinturas da Igreja da Ordem Terceira do Carmo como as Madre de Deus, como as de S. Francisco do Recife foram inteiramente remodeladas. Em sempre para pior. As portadas de cantaria, as sanefas dos pulpitos, os arcos dos altares, as columnas, tudo ora em pedra portuguesa ora em madeira, estão caiados ou pintados a oleo (FERNANDES, 1929, p. 11).

No mesmo relatório, Annibal Fernandes deixou claro o seu interesse em manter uma boa relação com a Arquidiocese no sentido de viabilizar a cessão por parte da Arquidiocese de objetos de culto não utilizados de igrejas para compor o acervo do Museu do Estado, sob a direção da Inspetoria de Monumentos Nacionais:

Encontrei nas sacristias de diversas igrejas antigas imagens, altares e objectos fora do culto que poderiam ser aproveitados para o Museu do Estado. A esse respeito impõe-se um entendimento com o sr. Arcebispo metropolitano afim de que S. Excia. Revdma. autorise a transferencia para o Museu Historico desses objectos que ali serão convenientemente guardados e conservados (FERNANDES, 1929, p. 11-12).

A primeira obra realizada sob a supervisão da Inspetoria foi a limpeza da Concatedral de São Pedro dos Clérigos. Ao contrário do cônego Carmo Baratta, o cônego Jerônimo da Assumpção, provedor da Irmandade da Igreja de São Pedro dos Clérigos e Pároco da Matriz da Boa Vista decidiu colaborar com o trabalho da Inspetoria.

Por conta das comemorações do ducentenário da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, o cônego Jerônimo de Assumpção resolveu realizar obras de manutenção no templo a fim de comemorar a data. Annibal Fernandes visitou as obras do templo e fez recomendações ao templo no sentido de devolver a aparência antiga da talha e da cantaria, encobertas por camadas de tinta:

Ha dias o sr. Inspector de Monumentos esteve na igreja de S. Pedro em companhia do sr. conego Jeronymo de Assumpção e este illustre sacerdote que é o provedor da Igreja prometeu mandar raspar as camadas de oleo da cantaria e restabelecer o dourado velho da talha que havia sido pintado de branco. Esses trabalhos de restauração intelligente prosseguem com actividade e o pensamento o conego Jeronymo é justamente restituir a esse magnifico templo o seu antigo esplendor. (INSPECTORIA, 1929d, p. 2).

Em artigo publicado no jornal *A Provincia* no dia 29 de junho de 1929 sobre as reformas que o templo vinha passando em homenagem ao ducentenário do templo, foi informado que o cônego seguiu as recomendações feitas pela Inspetoria e procurou o reintegrar o máximo seu “primitivo estylo”:

[...] o revmo. conego Jeronymo de Assumpção, provedor da Irmandade de S. Pedro, resolveu mandar proceder a uma limpeza geral da Igreja, procurando o mais possivel reintegrar a concathedral no seu primitivo estylo. O conego Jeronymo da Assumpção mandou limpar a cantaria, reparar as calhas, mudar o piso da sacristia, concertar as calhas e, enfim, proceder a um serviço de conservação geral de todo o templo (O 2.º CENTENARIO, 1929, p. 2).

Tal visão de intervenção, que identificava a restauração como a reconstituição do espaço à sua feição original (ou possivelmente original) é uma noção que teve seu apogeu no século XIX, sobretudo com as teorias de Eugène Viollet-le-Duc. A intervenção no templo contemplou a remoção das camadas de tinta das cantarias e das talhas das sanefas e dos púlpitos que ainda apresentavam o douramento original.

Cabe ressaltar que o cônego foi um dos poucos que se tem notícia que realizou o inventário bens móveis e imóveis da Concatedral, dando publicidade desse documento na sessão “Vida Religiosa” do jornal *A Provincia* nos dias 31 de maio e 11 de junho de 1929 (IRMANDADE, 1929, p. 3; OBJECTOS, 1929, p.3).

Nesse mesmo período, o cônego Jerônimo de Assumpção promoveu a “restauração” de dois outros templos da cidade sob jurisdição da Paróquia da Boa Vista: a Igreja da Santa Cruz e a Igreja de São Gonçalo. No primeiro templo foi instituída uma comissão de obras que pretendia seguir “rigorosamente o critério da

conservação architectonica do templo”. Assim como na Igreja de São Pedro dos Clérigos, os templos tiveram suas talhas recuperadas, mas tiveram parte dos seus pisos trocados por ladrilho hidráulico e granito artificial (IGREJA, 1929, p. 2; O 2.º CENTENARIO, 1929, p. 2; RESTAURAÇÃO, 1929, p. 3).

Em ambas as intervenções há um paradoxo na medida em que na busca pelo “primitivo” se destruíam elementos que também constituíam a antiguidade daquele espaço. Tais intervenções nos sugerem que no olhar dessas pessoas, a modificação do piso em determinadas áreas não prejudicava a unidade estética do templo ao contrário da destruição de elementos com talha e pinturas decorativas.

Atendendo a um apelo do vigário da Paróquia de Igarassu, Annibal Fernandes enviou um ofício à Secretaria da Justiça e Negócios Interiores solicitando recursos para uma intervenção emergencial na Igreja do Convento de Santo Antônio. Em uma visita, a Inspeção teria constatado o seu mau estado de conservação, assim o descrevendo:

O cupim tem atacado o fôrro e o travejamento da igreja em varios pontos, os azulejos estão em alguns lugares bastante damnificados, o tecto da sacristia ameaça abater. O fôrro do côro e do corpo da igreja onde se vêem bem nitidas pinturas datadas do século XVIII estão atacados pela humidade (O CONVENTO, 1929, p. 3).

A fim de discutir a situação do Convento de Igarassu, Annibal Fernandes procurou pessoalmente Dom Miguel Valverde, que teria dito que “acompanhava com sympathia o empenho que o governo do Estado vinha manifestado pela conservação dos nossos monumentos historicos” (INSPECTORIA, 1929c, p. 4).

No mesmo sentido, o superior da Igreja da Penha Frei Angelico de Campora, escreveu a Annibal solicitando recursos emergenciais para o reparo da cobertura do templo. Em ofício endereçado ao Secretário, Annibal destacou que apesar “de ser um dos templos catholicos de construção mais recente no Recife “[...], não há dúvida que é um monumento de real valor artistico [...]” (FERNANDES, 1929, p. 57).

Assim como o vigário da Paróquia de Igarassu e o superior da Igreja da Penha, Frei Mathias Teves, diretor da Comissão de Arte Sacra escreveu a Annibal pedindo auxílio para uma obra emergencial na sala do capítulo do Convento de São Francisco de Olinda. Em artigo publicado no jornal *A Provincia* de 9 de agosto de 1929, foi noticiado que a Inspeção em vista ao valor histórico e artístico da capela deferia o requerimento (INSPECTORIA, 1929, p. 1).

A procura de auxílio por parte do clero e do próprio Frei Mathias à Inspeção de Monumentos nos sugere uma limitação de atuação por parte da Comissão de Arte Sacra para lidar com problemas de manutenção em seus templos. Apesar da Inspeção também dispor de poucos recursos e pessoal, a influência de Annibal junto ao governo ajudou na liberação de recursos emergenciais para reformas de alguns templos.

#### **4.4 O acerto de contas com o passado: a restauração da Igreja da Madre de Deus**

Após longos anos de indefinição, em 1928 a Arquidiocese finalmente chegou a um consenso com as irmandades dos Passos e do Santíssimo Sacramento que administravam a demolida Matriz do Corpo Santo. Ficou decidido que seriam utilizados os recursos provenientes da desapropriação da Matriz do Corpo Santo na restauração da Igreja da Madre de Deus, até então sede provisória da Paróquia de São Frei Pedro Gonçalves.

Iniciada ainda ano século XVII, a atual Igreja da Madre de Deus foi construída entre 1706 e 1720, pelos padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri, que receberam doação de um terreno doado pelo capitão Antônio Fernandes de Matos. (MELLO, 1984, p. 57). Segundo Bernardes (2006) por sua participação em revoltas contra o governo do Império, a ordem foi extinta em 1830, com a incorporação dos seus bens à Fazenda Imperial. O convento contíguo à Igreja tornou-se sede da Alfândega e a Igreja ficou sob a administração de irmandades religiosas.

Descartado o projeto de construção da nova Matriz do Corpo Santo, que por ventura também seria a Concatedral da Arquidiocese, a Igreja da Madre de Deus tornou-se oficialmente a matriz da Paróquia. De acordo com a portaria de 7 de agosto de 1928, assinada por Dom Miguel Valverde, a Arquidiocese se comprometeu a restaurar a Igreja da Madre de Deus, empregando parte do dinheiro da desapropriação da Matriz do Corpo Santo:

Tendo as Veneráveis Irmandades do SS. Sacramento, do Senhor Bom Jesus dos Passos e de N. Senhora do Rosario, todas da antiga Matriz do Corpo Santo resolvido ficar definitivamente na igreja da Madre de Deus do Recife para onde se transportaram desde que foi demolida a antiga Matriz do Corpo Santo e carecendo a dita igreja da Madre de Deus de grandes trabalhos de restauração e de outras reformas para a acomodação decente das referidas irmandades, temos determinado effectuar estas obras, empregando nellas parte da

quantia (capital e juros) proveniente da indemnização paga pelo governo federal para desapropriação da sobredita igreja do Corpo Santo [...] (RESTAURAÇÃO, 1928, p. 1).

A ideia de se reformar o templo resolvia de vez a pendência jurídica existente entre a Arquidiocese e as Irmandades que ocupavam a demolida Matriz do Corpo Santo. A mesma portaria nomeou a comissão responsável pela restauração com os representantes das irmandades que funcionavam no templo demolido, condição já especificada no contrato assinado por Dom Luís Brito em 1913:

Nossa provisão nomeamos, uma Comissão composta dos senhores Alfredo B. da Rosa Borges (da Irmandade do SS. Sacramento) presidente; Oscar Amorim (da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos) secretario; dr. Arnaldo Olintho Bastos (da Irmandade do SS. Sacramento) thesoureiro; Manuel José dos Santos (da Irmandade de N. Senhora do Rosario) e Marcellino Fonte Sobrinho (da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos) vogaes. Será nosso representante junto á Comissão o revdm. p. Manuel de Barros Machado, vigario da freguezia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife (RESTAURAÇÃO, 1928, p. 1).

Além da intenção de resolver a questão jurídica com as irmandades e transferir definitivamente a sede da paróquia, a Arquidiocese pretendia transformá-la na nova Concatedral da Arquidiocese. Com a demolição do Corpo Santo, o templo acabou servindo como depósito de vários objetos que pertenciam à matriz demolida, o que favoreceu a sua deterioração. Annibal Fernandes em seu primeiro relatório como inspetor de monumentos em 1929 alertou sobre as péssimas condições de conservação do templo, destacando a grande quantidade de objetos acumulados:

Lá estão amontoados restos do que foi a Igreja do Corpo Santo; as saccadas e as sanefas dos pulpitos, em pedra; velhos tumulos, sinos, cruces de bronze, estatuas, o órgão, lampadas, pias, objectos de culto, a maioria jogado em socavões humidos e sujos. [...] O aspecto interno é de integral abandono (FERNANDES, 1929, p. 14).

Ainda em 1928, as notícias sobre a restauração da Madre de Deus chamaram a atenção de Annibal Fernandes e Mário Melo que se manifestaram preocupados com a ideia. Em officio datado de 8 de outubro de 1928, o Instituto Arqueológico a pedido de Mário Melo, apelou para que “nas obras a fazer-se na igreja da Madre de Deus ser estabelecido um plano que não a descaracterizasse” (A EGREJA, 1928, p. 1).

A partir de março de 1930 a comissão instituída iniciou oficialmente os trabalhos com a divulgação do edital que deveria escolher o projeto para a restauração do templo. O documento publicado nos jornais continha apenas informações técnicas

sobre a apresentação do projeto, não dando maiores detalhes sobre o que era esperado pela comissão.

Apesar do título do edital se referir ao projeto por restauração, o mesmo não deixou claro quais parâmetros deveriam ser obedecidos para um efetivo trabalho de restauração. Em um momento onde as intervenções em templos eram referidas por “remodelações”, o termo restauração chamou a atenção nos jornais no sentido de valorizar a intervenção proposta.

Da forma como foi colocado, o edital acabou chamando a atenção da Inspetoria de Monumentos Antigos, que viu no documento uma ameaça ao templo. Prontamente, Annibal Fernandes notificou a comissão através do ofício 101, de 12 de março de 1930, onde ele questionou o projeto e reafirmou a necessidade de se preservar o templo conforme a lei vigente:

A restauração pretendida pelos termos do mesmo edital, vem alterar sobremodo o caráter primitivo do aludido templo, o que viola a lei estadual nº. 1918, de 24 de agosto de 1928, que regula a defesa dos nossos monumentos artísticos e históricos, sob a proteção e vigilância desta inspetoria (FERNANDES, 1930, p. 82).

Em resposta, Frei Mathias Teves da Comissão de Arte Sacra fez publicar no jornal *A Provincia* de 23 de março de 1930 uma cópia do ofício enviado à Inspetoria onde afirmou desconhecer os motivos para tanta preocupação, pois o edital não deixava claro se a intervenção iria de fato remodelar o templo:

Sr. Inspector em resposta ao novo officio, apresso-me em dizer-vos que nenhuma informação tenho recebido, relativamente á reconstrucção da Igreja da Madre de Deus. O edital publicado nos jornaes não me parece indicar que há quem nelle queira descobrir o que, por conseguinte, serão prematuros os receios extornados (TEVES, 1930, p. 3).

A necessidade de se fazer pública a resposta a Annibal Fernandes demonstrou uma tentativa por parte de Frei Mathias em minimizar a polêmica causada pelo edital, mas também não é claro se o projeto seria mesmo uma restauração. A resposta pouco conclusiva de Frei Mathias sobre o que seria o “restauro” do templo, acabou por gerar uma crise de desconfiança sobre a atuação da Comissão de Arte Sacra no caso.

Nesse momento, surgem críticas nos jornais questionando a possível descaracterização da Madre de Deus, como o artigo assinado por Humberto Carneiro,

colaborador de Annibal no jornal *A Província*, em que apela as autoridades eclesiásticas a preservação do templo:

E' portanto para os que estão á frente da restauração da Igreja da Madre de Deus que, em nome dos que amam as nossas tradições, fazemos o presente appello para que não seja alterado o caracter primitivo dessa velha igreja, que conserva tantas reminiscencias historicas, e é, além disso, um verdadeiro monumento artistico pela riqueza do seu interior, pelos trabalhos em talha dos seus altares pelo que ella representa como expressão de uma época de verdadeiro esplendor (CARNEIRO, 1930, 3).

Passadas as críticas iniciais, a Comissão responsável pelos trabalhos deu vitória ao projeto de autoria de Georges Henry Munier<sup>35</sup>, arquiteto da conceituada firma "Brandão & Magalhães". Segundo Naslavsky (1998), Munier nessa época trabalhou na construção de vários imóveis privados, algumas delas em estilo neocolonial. O projeto foi aprovado com algumas ressalvas, conforme atestou o jornal *A Província* de 9 de maio de 1930:

Segundo informações que nos foram prestadas de fonte autorizada, o projecto respeita em todos os seus detalhes a architectura da igreja. Conclue a sua fachada, construindo a torre que lhe falta, absolutamente igual á que hoje existe, desbasta toda a cantaria, que atualmente desaparece sob grossa camada de tinta, e constroe as fachadas lateraes que certamente por espirito de economia com tempo não foram feitas. Todos os motivos architectonicos serão rigorosamente respeitados (A RESTAURAÇÃO, 1930, p. 3).

O artigo de *A Província* deixa claro que a Igreja passaria por uma intervenção que respeitaria o templo, mas que seriam construídos elementos considerados faltantes como as fachadas laterais e a outra torre sineira<sup>36</sup>.

O principal crítico do projeto foi Mário Melo, que supostamente após ter visto o projeto declarou:

O que se planeja para a Madre de Deus, externamente, altera muito o atual edificio. A frontaria vái sofrer modificações. O projecto está dentro do estilo da época, mas não se trata de reparo ou de restauração. Trata-se de modificação (MELO, 1930, p. 3).

No dia 16 de março de 1930, o IAGHP fez publicar no Diario de Pernambuco a transcrição de três ofícios enviados à Inspeção de Monumentos, à Arquidiocese e a

---

<sup>35</sup> Georges Henry Munier também foi o autor de outra obra emblemática na cidade, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima em estilo moderno.

<sup>36</sup> O projeto de restauração será discutido mais adiante.

Comissão de Obras da Madre de Deus. Nos documentos, a instituição pede para que não seja descaracterizado o templo (AS OBRAS, 1930, p. 3).

As críticas de Mário Melo foram tão intensas que o próprio Arnaldo Bastos, presidente da comissão das obras, o procurou pessoalmente para esclarecer que o projeto não descaracterizaria o templo. Possivelmente na intenção de afastar mais críticas, a Comissão resolveu expor a planta do projeto para apreciação pública na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (INSTITUTO, 1930, p. 3).

#### **4.4.1 As instituições em crise**

Passada a confusão inicial com o edital, Annibal Fernandes ao que parece acabou concordando com o projeto. No seu Relatório Anual da Inspeção de 1930, foi copiado um artigo institucional da Inspeção inicialmente publicado no jornal *A Província* em 9 de maio de 1930. Ao descrever o projeto, o artigo destacou que “o projecto respeita em todos os seus detalhes a architectura da igreja” (FERNANDES, 1930, p. 52).

Como já foi dito anteriormente, a partir do momento em que assumiu a Inspeção, Annibal procurou trabalhar da melhor forma com a Arquidiocese. Na intenção de minorar as críticas contra a Arquidiocese, a Inspeção publicou no jornal *A Província* de 8 de julho de 1930 um artigo intitulado “A defesa do nosso patrimonio artistico” onde foi destacado que “a acção da Inspectoria de Monumentos no que refere á defesa do patrimonio artistico das igrejas tem sido de perfeito entendimento com a Comissão de arte sacra, representada por frei Mathias Teves” (A DEFESA, 1930, p. 3).

Mesmo por diversas vezes ter proferido críticas à Arquidiocese, não era conveniente ao seu trabalho se indispor com a detentora de grande parte do patrimônio histórico do estado. O mesmo artigo lembrou as situações onde a Comissão e a Inspeção trabalharam juntas como nos casos do Convento de Igarassu e na Capela do capítulo do Convento Franciscano de Olinda.

Após tanta especulação sobre o projeto da restauração da Madre de Deus, a Comissão de Arte Sacra sofreu outro grande desgaste em sua imagem: o projeto de remodelação da Igreja da Soledade. No 5 de agosto de 1930 foi publicado no *Jornal Pequeno* uma fotografia do projeto de remodelação ao estilo neogótico do templo. Ainda que considerado um templo modesto e não ter sido inicialmente incluído da

listagem de bens sob a guarda da Inspetoria de Monumentos (CANTARELLI, 2012, p. 85), a mesma se manifestou contra o projeto:

Está anunciada agora a remodelação da Igreja da Soledade. [...] o projecto que se anuncia, conforme publicação hontem feita na imprensa da tarde, é de um arremedo de gothico, que não condiz com a nossa tradição artistica nem com o nosso passado historico (REMODELAÇÃO, 1930, p. 3).

Em artigo institucional publicado no jornal *A Provincia* de 15 de agosto de 1930, a Inspetoria reproduziu o ofício de Frei Mathias Teves em resposta ao pedido de explicações sobre a remodelação da Igreja da Soledade. No documento, o Frei se eximiu de dar explicações sobre o caso e anunciou a sua saída da Comissão e agradeceu o apoio do inspetor pelo apoio:

Tenho a honra de communicar a V. exc. que acabo de me demittir do cargo de membro da Comissão de Arte Sacra e aproveito a occasião para agradecer-lhe a bôa vontade com que sempre tem procurado facilitar-me o desempenho das funcções inherentes aquelle cargo. Accusando recebido o officio dessa Inspectoria, relativo á planejada reforma da matriz da Soledade, escusado será dizer que já não me compete interferencia alguma em tal assumpto (A PROJECTADA, 1930, p. 2).

No mesmo artigo, a Inspetoria lamentou o seu afastamento e agradeceu o apoio do religioso no período em que esteve à frente da Comissão:

Frei Mathias Teves foi dos que acceitaram com maior enthusiasmo a acção do governo do Estado em favor do nosso patrimonio artistico e historico, estando sempre em contacto com a Inspectoria de Monumentos. O seu afastamento da commissão de arte sacra será recebido com muito pesar entre todos quantos se interessam na defesa desse patrimonio (A PROJECTADA, 1930, p. 2).

No artigo intitulado “A Falência duma Útil Instituição”, publicado no *Jornal Pequeno* no dia 19 de agosto de 1930, Mário Melo também lamentou a saída de Frei Mathias Teves da Comissão. No artigo, ele relatou um suposto encontro que teve com Frei Mathias assim que viu o projeto de restauro da Madre de Deus e externou a ele suas preocupações com o caso. Na ocasião, Frei Mathias teria dito que não havia sido consultado sobre o caso (A FALÊNCIA, 1930, p. 1).

A saída abrupta da direção da Comissão de Arte Sacra no auge da discussão sobre os projetos de remodelação da Igreja da Soledade e da restauração da Madre

de Deus, nos leva a acreditar que o motivo de sua saída foi uma possível crise de autoridade da Comissão no seu domínio de atuação.

Apesar de Frei Mathias não ter manifestado publicamente os motivos do seu afastamento, ficou evidente a falta de sintonia entre os responsáveis pelos projetos e a Comissão de Arte Sacra. Não por acaso, o primeiro projeto de restauração de uma igreja promovida pela Arquidiocese acabou levando a saída do diretor do seu primeiro órgão de preservação.

No mesmo ano outro evento marcou o campo patrimonial em Pernambuco. A “Revolução de 1930”<sup>37</sup>, movimento armado que tinha como objetivo imediato a deposição do então presidente do país Washington Luís e o impedimento da posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março do mesmo ano.

Considerada pela historiografia como o marco inicial da Segunda República no Brasil, a “Revolução de 1930” não apenas derrubou o governo em vigor como também foi responsável pela concretização de uma fase de transições e rupturas drásticas, como o fim do “domínio das oligarquias agrárias – sob a hegemonia cafeeira” e a supremacia paulistana na política nacional (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 1).

Segundo Moreira (2015b), em Pernambuco, o governo de Estácio Coimbra (1926-1930) sofreu consequências diretas do movimento liderado por Getúlio Vargas. Envolvido numa trama política que teve como ápice a morte do candidato João Pessoa e representante das oligarquias da região, Coimbra foi destituído no dia seguinte após a deflagração do evento no Rio Grande do Sul. A resistência recifense se fez através do comando das tropas do governo que já se encontrava ciente da adesão de outros estados à revolta. Estácio Coimbra tentou resistir aos ataques dos rebeldes, contudo a “escassez de armamentos tornou impraticável qualquer medida eficiente”, resultando no seu exílio no mesmo ano.

Em 6 de outubro de 1930, foi nomeado como governador de Pernambuco o usineiro Carlos de Lima Cavalcanti, ferrenho opositor de Estácio Coimbra. Uma de suas primeiras medidas como governador foi exonerar todos os aliados do governador

---

<sup>37</sup> Segundo Abreu (2015), as primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma série de eventos políticos, culturais, sociais e econômicos que reverberaram direta ou indiretamente na chamada “Revolução de 1930”. A crise cafeeira ocasionada pela queda dos preços do mercado internacional, gerando graves problemas econômicos para o país; o processo de industrialização, urbanização e o surgimento de novas forças sociais exigentes por uma maior participação política; o movimento tenentista e as disputas no cenário político nacional alerdavam “esgotamento modelo político vigente na Primeira República.

deposto, o que levou a saída de Annibal Fernandes da Inspetoria Estadual de Monumentos Antigos.

No seu lugar foi nomeado Mário Melo, secretário perpétuo do IAHP e inimigo declarado de Annibal, crítico do seu trabalho à frente da Inspetoria. Segundo Cantarelli (2012), o desentendimento de ambos se acentuou com a nomeação de Annibal para a direção da Inspetoria de Monumentos, cujo cargo era de interesse de Mário Melo.

Uma das primeiras atitudes de Mário ao assumir a Inspetoria foi rever o caso da Madre de Deus, intervenção esta que criticou desde o começo. No dia 28 de outubro de 1930, Mário Melo questionou o processo de aprovação das obras em ofício endereçado a Dom Miguel Valverde pedindo informações sobre o caso:

Não tendo encontrado no arquivo desta Repartição, que hoje dirijo, documento algum relativo á aprovação da mêmha sôbre as obras a que se estão procedendo na velha igreja da Madre de Deus, considerada monumento nacional pela sua antiguidade e pelas suas riquezas de arte, peço a v. exa. revma. se digne de mandar informar-me o que houve sobre o assumpto, si a Inspetoria de Monumentos foi ouvida na aprovação da planta e, no caso afirmativo, qual o seu parecêr (IGREJA, 1930, p. 233).

Em ofício datado de 7 de novembro do mesmo ano, o secretário do arcebispado Cônego Euvado Souto Maior em nome de Dom Miguel Valverde respondeu o ofício de Mário Melo se defendendo do caso, dando a seguinte explicação para o fato de não ter havido uma autorização por parte da Inspetoria para as obras:

Não consta que a Inspectoria de Monumentos tenha agido oficialmente no caso em apreço, podendo-lhe conjecturar que assim procedeu por faltar-lhe a necessária competência, em virtude ainda não sido feito o inventario, conforme preceitua o Regulamento da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionaes [...] (IGREJA, 1930, p. 234).

Na sua resposta, o secretário acabou levantando uma questão muito cara ao trabalho da Inspetoria: a inventariação dos monumentos que receberam a chancela de Monumento Nacional. Para o secretário, como não foi terminado o inventário estabelecido pela legislação vigente, a Igreja da Madre de Deus nunca esteve protegida, assim Annibal não pôde interferir oficialmente no projeto.

A explicação do arcebispo nos parece ter um certo fundamento, já que o artigo 5º do Ato nº 240, de 8 de fevereiro de 1929 que criou a Inspetoria estabeleceu que:

Compreendem-se por monumento nacional as obras que forem inventariadas como de interesse artistico e significação historica existentes nos municipios da capital e do interior, incluidas as pertencentes ou sob a guarda do Arcebispado de Pernambuco (FERNANDES, 1929, p. 38).

Tomando por base a lei em questão, o monumento só seria classificado como “Monumento Nacional” caso fosse inventariado pela Inspeção. Apesar de Annibal Fernandes ter iniciado o inventário desses monumentos, o trabalho não chegou a ser concluído, conforme atestam os dois relatórios de sua gestão publicados em 1929 e 1930.

No mesmo ofício, o secretário afirmou que Annibal Fernandes colaborou extraoficialmente em todos os trâmites da aprovação da planta, pois era do interesse da Arquidiocese “acertar numa obra de tamanha responsabilidade e, de nenhum modo, [...] contrair às leis do país, que sempre devemos supôr justas e oportunas” (IGREJA, 1930, p. 234).

Não conseguimos localizar nenhum documento que prove a afirmativa do secretário, mas no Relatório da Inspeção de 1930, Annibal republicou um artigo originalmente publicado n’A *Provincia* de 6 de agosto de 1930 onde ao se referir ao projeto informou que o mesmo foi “elaborado por um architecto e manteve todos os detalhes architectonicos da construcção antiga” (REMODELAÇÃO, 1930, p. 3). Tal iniciativa, nos sugere que a concordância por parte de Annibal com a proposta.

Apesar de Mário Melo sempre ter sido crítico do projeto, na condição de Inspetor de Monumentos, ele usou o caso para criticar ainda mais o trabalho de Annibal, seu desafeto pessoal. No dia 12 de novembro, Mário Melo respondeu à Arquidiocese concordando com os argumentos apresentados no ofício anterior criticando o trabalho de Annibal, onde afirmou que mesmo o imóvel não estando inventariado, ele deveria ter agido no sentido de evitar a reforma como foi proposta:

Fico sciente de que o meu antecessôr não interferiu diretamente no caso em apreço, como seria de seu curial devêr, [...] e, por isso mêsmo peço vênia para discordar da conjectura de que assim não o fez “por faltar-lhe a necessária competencia”. [...] E’ facto que meu antecessôr não inventariou os monumentos, trabalho a que vou procedêr com criterio, [...] (IGREJA, 1930, p. 235).

Antevendo algum tipo de conflito com a Arquidiocese, Mário acabou recuando da ideia de questionar o projeto, mas não deixou de culpar seu antecessor pelo desfecho do caso:

Pessoalmente, antes de investido das funções de Inspetor, que no Instituto, quer na Imprensa, manifestei minha opinião discordante do que se está fazendo no velho templo. Deante, porem do exposto por v. revdma. conforma-se o atual Inspetor, para evitar males maiores, e porque reconhece que a culpa da renovação a que se está procedendo na Madre de Deus reace na autoridade a quem, no inicio, competia, por direito, alicerçada na lei, ter impedido (IGREJA, 1930, p. 235-236).

#### 4.4.2 Um restauro estilístico

Apesar de não ter sido localizado o projeto de restauração da Madre de Deus, através da comparação de uma excelente fotografia publicada no Relatório da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de 1929 com plantas localizadas na Superintendência do IPHAN em Pernambuco, podemos fazer algumas considerações sobre a obra (Figuras 7, 8 e 9).

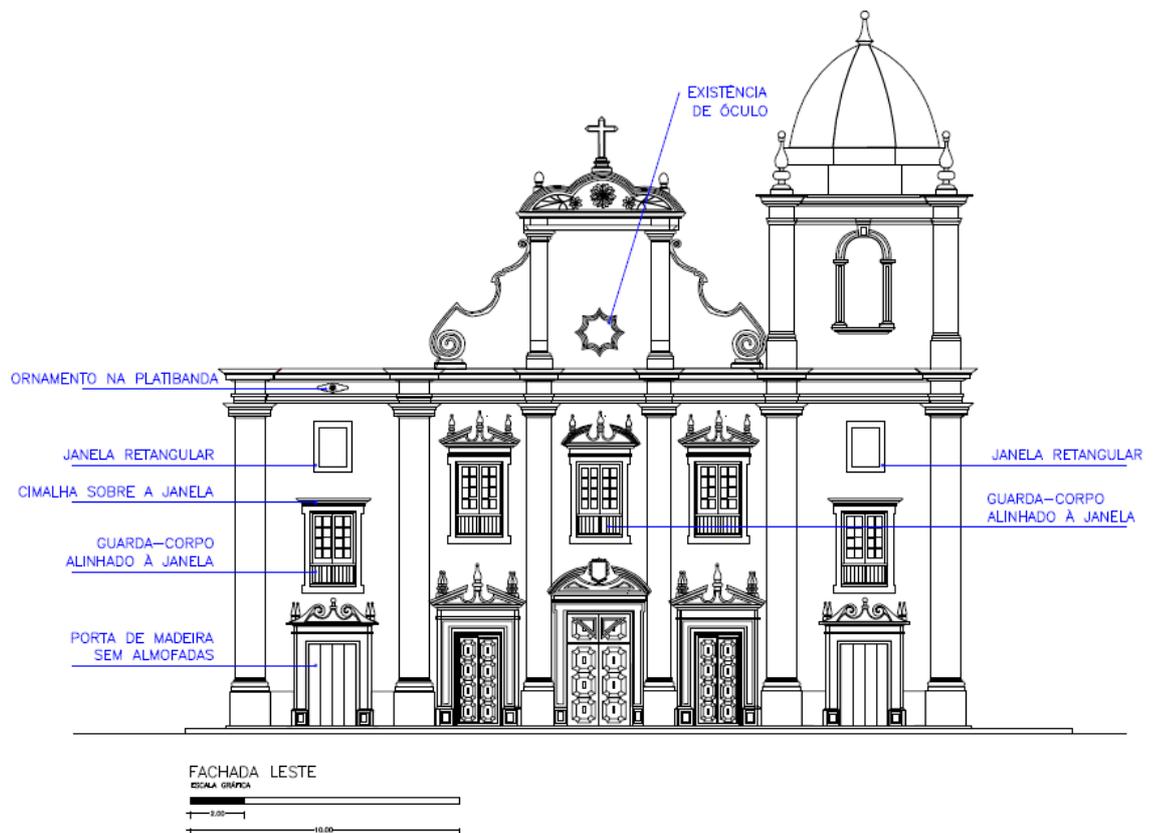


**Figura 7:** Fachada da Igreja da Madre de Deus antes da intervenção. Fonte: FERNANDES, 1930, p. 8.

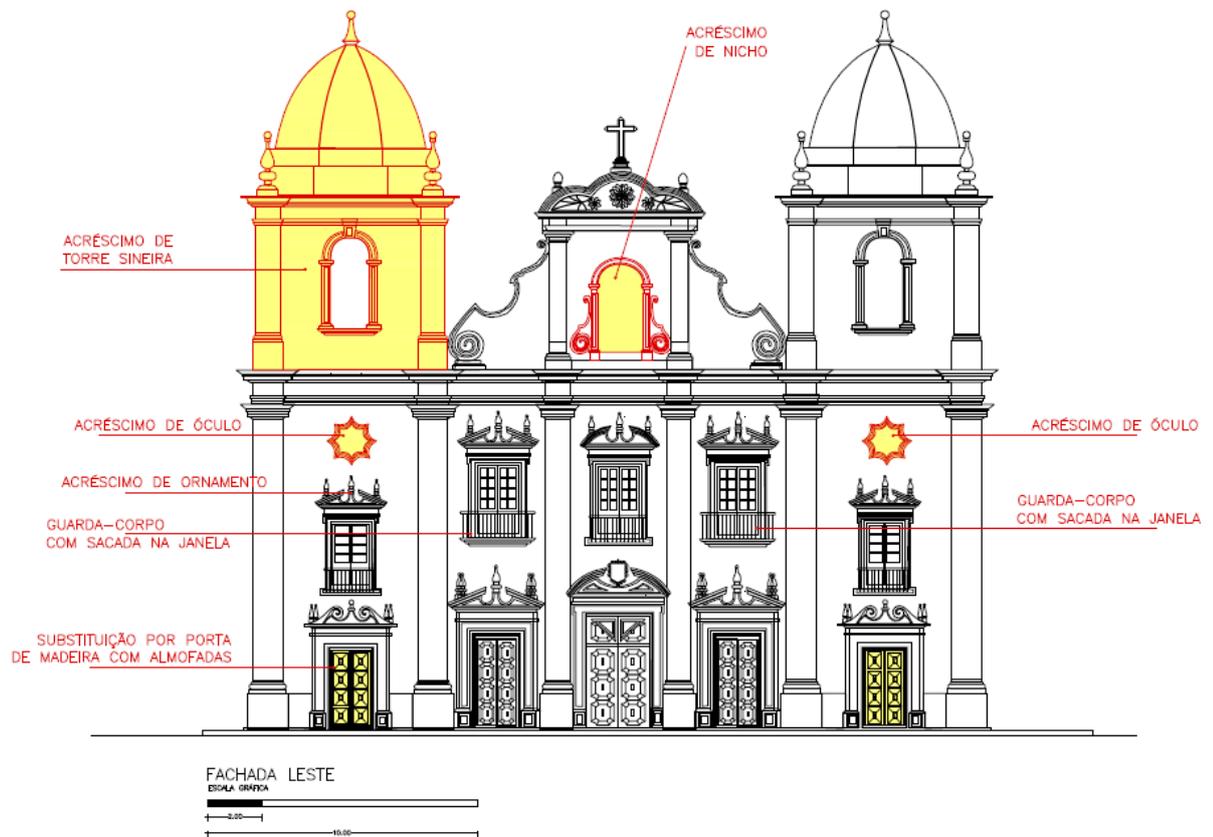
O projeto de Georges Munier contemplou intervenções em todo o templo, mas as principais mudanças ocorreram nas fachadas leste (principal) e nas fachadas norte e sul (laterais). A pedido da Arquidiocese, no frontão da fachada leste onde existia originalmente um óculo foi aberto um nicho para a colocação da imagem de São Frei

Pedro Gonçalves que originalmente ficava na fachada da Matriz do Corpo Santo (O SINO, 1931, p. 2).

A fachada leste teve também teve construção da torre sineira sul seguindo o modelo da existente para a colocação do sino que pertenceu ao Corpo Santo (O SINO, 1931, p. 2). A intervenção também contemplou a abertura de óculos com modelo semelhante ao removido do frontão onde haviam janelas e o acréscimo de ornatos as cercaduras das janelas semelhantes aos encontrados nas janelas do coro (CANTARELLI, 2012, p. 92); a substituição das portas das entradas laterais e a raspagem das camadas de tinta que encobriam as cantarias (A RESTAURAÇÃO, 1930, p. 3).



**Figura 8:** Esquema da Fachada Leste da Igreja da Madre de Deus antes da restauração (adaptado).

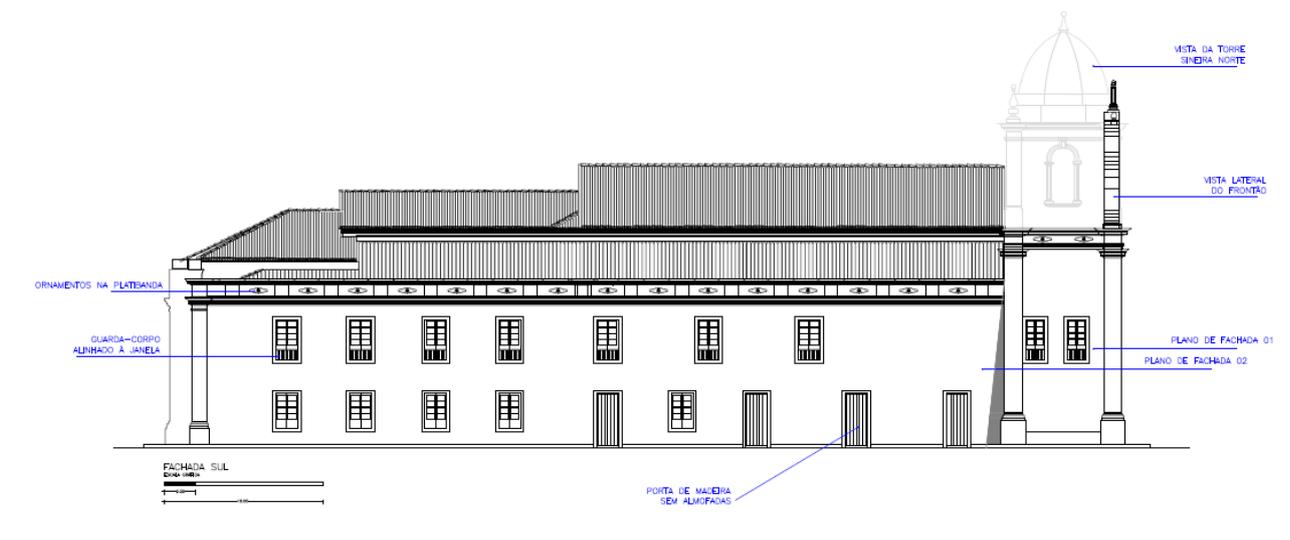


**Figura 9:** Esquema da Fachada Leste da Igreja da Madre de Deus após a restauração (adaptado).

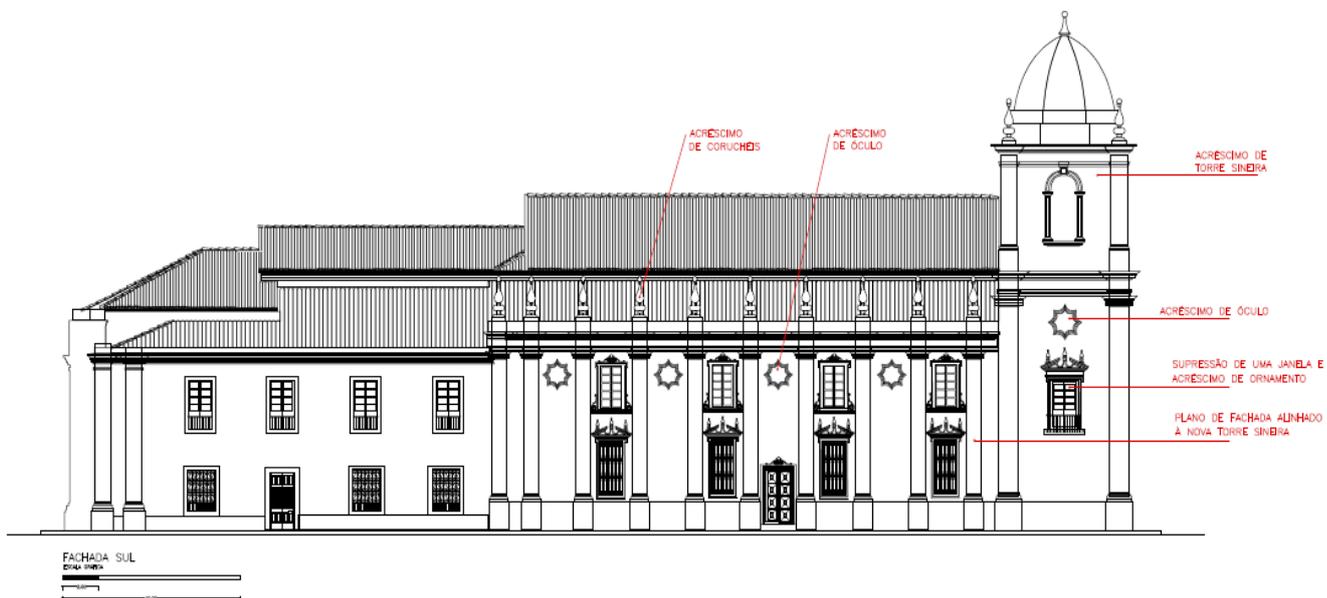
As fachadas sul e norte (laterais) foram as que mais sofreram mudanças. A primeira<sup>38</sup> teve o nível alinhado com torre sineira com o alteamento e remodelação da platibanda encimada por coruchéis de modelo semelhante aos encontrados na torre norte (Figuras 10 e 11).

Também foram abertos novos vãos empilastrados no lugar das antigas portas e janelas de cercadura simples intercalados por óculos, com a abertura de portas e janelas alinhados e decorados com o padrão de ornamentação semelhante ao encontrado na fachada principal (CANTARELLI, 2012, p. 92). A fachada norte seguiu o padrão de ornamentação da fachada sul, com a construção de um pequeno jardim gradeado após a demolição da casa paroquial contígua ao templo.

<sup>38</sup> Cabe ressaltar que originalmente a Igreja era contígua ao convento da ordem, portanto a fachada sul do templo só passou a existir após a abertura da Rua da Alfândega no século XIX (SIMIS, 2005).



**Figura 10:** Esquema da Fachada Sul da Igreja da Madre de Deus antes da restauração (adaptado).



**Figura 11:** Esquema da Fachada Sul da Igreja da Madre de Deus após a restauração (adaptado).

As intervenções realizadas na Madre de Deus, respaldas sob o argumento de “que certamente por espírito de economia com tempo não foram feitas” (A

RESTAURAÇÃO, 1930, p. 3), se encaixam perfeitamente na teoria do restauro estilístico, cujo expoente foi Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Tal teoria privilegiava a concepção ideal de um dado monumento se sobrepunha a passagem do tempo pelo qual o monumento passou. Sendo assim, se um edifício não continha todos os elementos necessários a compor um estilo, estes deveriam ser acrescentados no processo de restauração (CHOAY, 2003, p. 156).

Após as polêmicas iniciais, a Arquidiocese procurou mostrar que a intervenção na Madre de Deus seria de fato uma restauração. No dia 1º de maio de 1932, o *Jornal do Recife* publicou um longo artigo em matéria de capa sobre uma visita que fez as obras a pedido da Arquidiocese. O jornal elogiou o andamento e reiterou o argumento da Arquidiocese de que “ao contrario do que se fez crer, a principio, não teve a restauração intentada o intuito de alterar o estylo architectonico do templo que permaneceu o mesmo” (A RESTAURAÇÃO, 1932, p. 1).

Possivelmente na intenção de provar definitivamente que o templo não estava sendo descaracterizado, no mesmo artigo o jornal publicou duas fotografias (Figura 11): uma do aspecto externo do templo, cuja fachada já se encontrava em avançado estado e outra mostrando o entalhador Francisco Monteiro trabalhando na reparação de um dos retábulos. Após tantas críticas, a publicação desse registro, nos sugere a intenção de mostrar que o templo realmente estava sendo restaurado.



**Figura 12:** Obras de restauração da Igreja da Madre de Deus. Fonte: A RESTAURAÇÃO, 1932, p. 1.

O artigo detalhou as intervenções que estavam sendo realizadas no interior do templo, onde destacou o trabalho do entalhador Francisco Monteiro da Silva e dos pintores Balthazar da Camara e Heinrich Moser, responsáveis respectivamente pela recuperação das obras de talha e pintura do templo:

Trabalha na reparação das esculturas, sobretudo nos trabalhos de talha, o entalhador pernambucano Francisco Monteiro da Silva, [...]. Assim já' fez aquelle artista a reparação dos altares lateraes cujas columnas estavam em franca decadencia e, actualmente, ultima a reparação dos ricos adornos do Sacrario e os lindos florões do tecto do altar mór. [...] Por sua vez os pintores Balthazar da Camara e Henrique Moser retocaram como toda fidelidade as grandes telas que adornam os corredores, cobrem o tecto, quando não forram amplas e extensas paredes lateraes (A RESTAURAÇÃO, 1932, p. 1).

Ainda que sob pressão para resolver a pendência jurídica que se arrastava desde a demolição da Matriz do Corpo Santo, a restauração da Madre de Deus foi o primeiro projeto de restauração com viés científico promovido pela Arquidiocese. Após quatro anos de reforma, a Matriz da Madre de Deus foi solenemente reinaugurada no dia 13 de junho de 1934 por Dom Miguel Valverde.

Na ocasião foi apresentada a bula papal de transferência do título de Concatedral da Igreja de São Pedro dos Clérigos para a Madre de Deus (A NOVA, 1934, p. 1). Dias depois, a imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, procedente da Matriz do Corpo Santo foi solenemente transladada da Igreja do Divino Espírito Santo para a Madre de Deus onde foi adaptado o retábulo colateral do lado do evangelho para acolhê-lo (IGREJA, 1934, p. 1).

O *Jornal Pequeno* de 19 de junho de 1934 ao noticiar a cerimônia de reinauguração, lembrou que depois de vinte anos, o sino da Matriz do Corpo Santo voltou a tocar na cidade. Colocado na torre da nova Concatedral, o sino ficou ali como uma recordação de um passado distante, invocando no seu toque, uma lembrança do Recife de outrora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, investigamos o processo de formação do pensamento preservacionista da Arquidiocese de Olinda e Recife no período de 1910 a 1930, período que corresponde parcialmente aos bispados de Dom Luís Brito, Dom Sebastião Leme e Dom Miguel Valverde. Nossa análise se iniciou com a reforma da Sé de Olinda em 1910 e finalizou com a restauração da Igreja da Madre de Deus em 1930.

Estando a reforma da Sé de Olinda inserida em um contexto de reafirmação de poder após a sua separação com o Estado, o templo colonial foi transformado em outro de estilo eclético. Não duvidamos do interesse de Dom Luís Brito em preservar a Sé, mas interessava muito mais ao bispo mostrar à sociedade uma nova sede a altura da sua importância.

Através da análise do projeto proposto e parcialmente executado na Sé de Olinda, encontramos elementos que reiteram o discurso de autoafirmação de uma instituição em processo de modernização de sua base ideológica, política e social. Na inexistência de uma política de preservação tal como a atual, prevaleceram os valores de uma sociedade que ansiava modernizar-se. A valoração que damos aos vestígios do nosso passado requer, sobremaneira, uma convergência de fatores que são inerentes ao tempo em que situamos a nossa análise.

Ao mesmo tempo que a Sé de Olinda foi reinaugurada, a intelectualidade recifense começou a questionar a reforma, lançando a semente de uma política de preservação no Estado. Amparados por um discurso de valorização das tradições, intelectuais como Annibal Fernandes e Gilberto Freyre ao longo da década de 20 lutaram por uma política preservacionista no estado.

No governo de Dom Sebastião Leme, a Arquidiocese executou reformas muito peculiares em templos como a Matriz da Boa Vista e a Basílica do Carmo, sempre se colocando em favor da preservação dos mesmos. Tais intervenções acabaram por fomentar em Pernambuco as incipientes discussões sobre o estilo barroco como símbolo da identidade nacional. A venda do Palácio da Soledade e sua repercussão negativa, foi outro episódio que fomentou a discussão por uma política de preservação em Pernambuco.

Ainda que tenha se esquivado da discussão sobre a reforma da Sé de Olinda e tenha iniciado a construção de uma nova catedral no Recife, durante seu governo Dom Sebastião Leme escreveu a pouco conhecida circular nº 7, documento que marcou a inserção da Igreja Católica no nascente campo patrimonial no Brasil.

Considerado um dos expoentes do movimento recatolizador brasileiro, Dom Sebastião Leme ampliou tal movimento com a divulgação da circular nº 8 já como arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. Tal documento, amplamente inspirado na Circular nº 7, inspirou a criação de políticas de preservação histórica da Igreja.

Como vimos, o início do arcebispado de Dom Miguel Valverde foi atribulado pelas críticas vindas da intelectualidade local sobre a atuação da Arquidiocese em salvaguardar seu patrimônio histórico. Em um momento de discussão sobre identidade nacional, o *Núcleo de Defesa Artística*, grupo criado por intelectuais católicos introduziu a Igreja Católica no debate, sobretudo na sua atuação no caso do piso da Igreja de Conceição dos Militares.

Dom Miguel Valverde, também assistiu a criação da primeira legislação de preservação histórica no estado, com a criação da Inspetoria de Monumentos Antigos em Pernambuco em 1929. Mesmo tendo protestado contra a criação da lei municipal de autoria de Horácio Saldanha, o arcebispo procurou manter uma boa relação com o órgão e em “consonância” com Inspetoria criou a Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra, órgão de preservação dos bens eclesiásticos.

Apesar ter sido organizada como uma aparente resposta à legislação imposta pela Inspetoria de Monumentos, a Comissão foi um dos primeiros órgãos de preservação de uma Arquidiocese no Brasil. Mesmo com atuação limitada, a mesma inovou ao instituir uma metodologia de inventariação de bens móveis e imóveis em seus templos muito semelhante aos atuais trabalhos de documentação museológica.

Encerrando nosso estudo, a restauração da Igreja da Madre de Deus em 1930 marcou uma nova fase nas intervenções realizadas pela Arquidiocese nos seus templos. Considerada a primeira grande restauração feita em Pernambuco, a obra foi contemplou a recuperação das fachadas e das pinturas e talhas do templo. Apesar do projeto executado ser conceitualmente muito próximo as teorias de restauro de Viollet-le-Duc, com a criação de elementos que nunca existiram, o projeto acabou inspirando outras intervenções no Brasil nesse período.

Após anos de questionamentos pelo clero local sobre a destinação do dinheiro proveniente do processo de desapropriação da Matriz do Corpo Santo, decidiu-se

empregar o dinheiro na restauração da Madre de Deus e transformá-la na nova matriz da Paróquia de São Frei Pedro Gonçalves. A restauração da Madre de Deus foi o “acerto de contas” da Arquidiocese com essa história, finalizando uma pendência jurídica que se arrastava desde a demolição da Matriz em 1913.

Como vimos, mesmo patrocinada pela Arquidiocese, a restauração da Madre de Deus não contou com a participação da Comissão de Arte Sacra, órgão em que intervenções desse tipo deveriam ser supervisionadas. Tal fato, nos mostrou que mesmo instituída, a Comissão não tinha legitimidade suficiente para realizar suas funções.

Mesmo após um período de convivência pacífica com a recém-criada Inspetoria Estadual de Monumentos Antigos, intervenções como a restauração da Igreja da Madre de Deus e a reforma da Igreja da Soledade acabaram por abalar a imagem da Comissão, culminando na saída de Frei Mathias Teves de sua direção.

Mesmo restringindo nossa análise à Arquidiocese de Olinda e Recife, nosso trabalho discutir a participação da Igreja Católica como agente do nascente campo patrimonial brasileiro. Amparados por um projeto de formação uma identidade nacional, os intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX, iniciaram um movimento de preservação histórica.

Nesse momento surgem as primeiras iniciativas nesse sentido, como o projeto de criação de um órgão nacional voltado para a preservação de antigos monumentos, apresentado pelo deputado Luis Cedro em 1923 e os projetos das inspetorias estaduais.

Ao longo do texto, discutimos o momento político que a Igreja estava passando naquele momento, onde em um projeto político de recatolizar a sociedade brasileira, oficialmente laica com a República, a Igreja procurou reafirmar a sua importância na formação da sociedade brasileira, inserindo-se na discussão sobre o projeto de identidade nacional.

Mesmo atribulada, acreditamos que a Igreja Católica no Brasil teve uma participação concreta na formação do pensamento preservacionista pernambucano. Portanto, acreditamos que o desenvolvimento desta pesquisa contribuiu para um melhor entendimento da formação do campo patrimonial em Pernambuco, a partir análise das ações preservacionistas da Arquidiocese de Olinda e Recife no período estudado. Assim, esperamos que essa pesquisa auxilie futuras pesquisas relativas à temática.

## REFERÊNCIAS

III CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL. Arte sacra em Pernambuco. Recife: O Congresso, 1939.

ABREU, Alzira Alves de. A Revolução de 1930. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário da Elite Republicana (1889 – 1930)**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Editora CPDOC, 2015.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A Identidade da beleza**: dicionário dos artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

AQUINO, Maurício de. A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática diocesanização, congregações religiosas. In: CARREIRO, Gamaliel Silva; SANTOS, Lyndon de Araújo; FERRETTI, Sérgio Figueiredo; SANTOS, Thiago Lima de. (Org.). **Todas as águas vão para o mar**: Poder, Cultura e Devoção nas religiões. São Luís: EDUFMA - Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 119-142.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Mário de. A arte religiosa no Brasil. **Revista do Brasil**, ano 5, n. 50, fev. 1920, p. 95-103.

ASIN, Fernando Armas. **La Invención del patrimonio católico**: modernidad e identidad en el espacio religioso peruano (1820 – 1950). Lima, Peru: Asamblea Nacional de Rectores, 2006.

AVANCINI, José Augusto. Mário e o Barroco. **Revista do Instituto de Estudos brasileiros**, n. 36, 1994, p. 47-66.

AZEVEDO, Ferdinand. **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936**. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches – FASA, 1986.

AZZI, Riolando. **A Neocristandade**: um projeto restaurado. São Paulo: Paulus, 1994.

\_\_\_\_\_.; GRIJP, Klaus Van Der. **História da Igreja no Brasil**: ensaios de interpretação a partir do povo. Terceira época (1930 – 1964). Petrópolis: Vozes, 2008. T. III/3 – 2.

\_\_\_\_\_. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

\_\_\_\_\_. O início da restauração católica no Brasil: 1920 – 1930. **Síntese**: Revista de Filosofia, v. 4, n. 10, mai./ago. 1977, p. 61-89.

BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jailson Pereira da. **Os anos 1920**: histórias de um tempo. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BAZAIN, Germain. **Arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 v. il.

BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec: Fapesp; Recife, PE: UFPE, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009b.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 1996a.

BRAGA, Theodoro. **Artistas pintores no Brasil**. São Paulo: Editora Ilimitada, 1942.

BRUNEAU, Thomás C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CANESIN, Maria Tereza. A fertilidade da produção sociológica de Bourdieu para ciências sociais e educação. In: ROSA, Dalva gonsalves; Souza, Vanilton Camilo (org). **Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. XI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE)**. Goiânia: DP & A, 2002, p. 85-101.

CARTA PASTORAL do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/patrimonio\\_artistico.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/patrimonio_artistico.pdf) Acesso em 22 dez. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Bagaço, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHECA-ARTASU, Martín. La Iglesia y la expansión del neogótico en Latinoamérica: una aproximación desde la geografía de la religión. **Naveg@mérica - Revista eletrônica editada por la Asociación Española de Americanistas**. 2013, n. 11.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

CONVENTO e basilica do Carmo do Recife a trisecular imagem de N. S. do Carmo, que se venera na mesma Igreja por um devotado filho do Carmelo. Recife: Typ. do Diário da Manhã, 1939.

DIAS, Sônia. Dom Miguel Valverde. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário da Elite Republicana (1889 – 1930)**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Editora CPDOC, 2015.

DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

DVOŘÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura Eclética no Brasil: o cenário da modernização. **História e Cultura Material. Anais do Museu Paulista**, n. 1, 1993, p. 131-307.

FERNANDES, Anníbal. **Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais**: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais**: apresentado a 19 de Fevereiro de 1930 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1930.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FONSECA, Devair Araújo. O Surgimento do CELAM na América Latina. **Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH**, Maringá, v. 1, n. 3, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

FREITAS, Maria Carmelita de. **Uma opção renovadora:** a Igreja no Brasil e o Planejamento. Pastoral – estudo genético-interpretativo, São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. **Palavra peregrina:** o Barroco e o pensamento sobre Artes e letras no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica:** a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937 – 1975. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. **MIDAS. Museus e estudos interdisciplinares**, n. 1, 2013, p. 1-15.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** Recife: Editora Itinerário, 1978.

HÉLIO, Mário. **Pereira da Costa:** Cronista e figurante – um historiador-deputado nos tempos da República Velha. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Traduzido por Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, abr. 2006. p. 16-40.

LARA, Tiago Adão. **Tradicionalismo Católico em Pernambuco.** Recife: Massangana, 1988.

LEME, Dom Sebastião. **Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese.** Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: \_\_\_\_\_. **Urbanismo no Brasil 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel, 1999, p.20-38.

LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios:** histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. A reforma urbana no bairro do Recife no início do século: intervenção pública ou privada?. In: Anais do Encontro Nacional da Anpur. Salvador: ANPUR, 1991a, p. 553 - 563.

\_\_\_\_\_. **O bairro do Recife:** entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991b.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916 – 1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação. In: SZESZ, Cristiane Marques (Org.). **Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 212.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Sandra. A Experiência da modernidade e o patrimônio cultural. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, v. 1, n. 1, 2014, p. 7-29.

MENEZES, Ivo Porto de. **Bens Culturais da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2006.

MENEZES, José Luiz Mota. **Dois monumentos do Recife: São Pedro dos Clérigos e Nossa Senhora da Conceição dos Miliars**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1984.

\_\_\_\_\_. **Sé de Olinda**. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890 - 1930**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOREIRA, Regina da Luz. Dom Sebastião Leme In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário da Elite Republicana (1889 – 1930)**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Editora CPDOC, 2015a.

\_\_\_\_\_. Estácio Coimbra In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário da Elite Republicana (1889 – 1930)**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Editora CPDOC, 2015b.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. O conceito de identidade nacional na arte mineira do período colonial. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 30, p. 117-128, 1989.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. São Paulo. **Perspec.** [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.3-12.

\_\_\_\_\_. **O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. São Paulo: Cosac & Naif, 2005.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O espírito eclético na arquitetura. **Revista Arqtexto**, n. 6, 2005, p. 126-137.

PEREIRA, José Carlos. Religião e Poder: Os símbolos do poder sagrado. **CSONline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 3, 2008, p. 80 – 107.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos – Vol. 1**. Recife: Imprensa Oficial, 1953.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos – Vol. 5**. Recife: FUDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001.

PIO, Fernando. **História da Matriz da Boa Vista e seu monumental frontispício**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1967.

PIO, Fernando. **Histórico da Igreja de São José do Manguinho**. Recife: [s.n.], 1938.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos: História da Cidade do Recife na Década de Vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado: Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SOUSA JÚNIOR, José Pereira de. O processo de Restauração Católica no Brasil na Primeira República. **Fato & Versões-Revista de História**, v. 7, n. 14, 2015, p. 80-103.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada**. Recife: IAHP, 2010.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter (org.). **História geral da arte no Brasil - Vol. I**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983, p. 89-298.

VELLOSO Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 353-385.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Apresentação e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

WEBER, Angela Tavora. **Moser: um artista alemão no Nordeste**. Recife: Pool, 1987.

## **Monografias, Dissertações e Teses**

AMARAL, Walter Valdevino do. **Que fizeram “ellas”?: as filhas de Maria e a boa imprensa no Recife, 1902-1922.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

ARAÚJO, Maria das Graças Souza Aires. **Decadência e restauração da ordem Carmelita em Pernambuco (1759-1923).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CANTARELLI, Rodrigo José Rodrigues. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade:** a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da. **Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010):** Espaços, Momentos, Museografia. Tese (Doutorado em Letras na Área de História) – Universidade de Coimbra, 2011.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal:** trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia (1927 – 1967). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FERNANDES, Antônio Carlos. **O turíbulo e a chaminé:** a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina 1864 – 1917. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. **O Dom da destruição:** a reforma da Sé de Olinda no início do séc. XX. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MELO, Carlos Wellington Martins de. **“A nação é católica”:** educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

MOREIRA, Fernando Diniz. **A construção de uma cidade moderna:** Recife (1909-1926). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

NASLAVSKY, Guilah. **Modernidade arquitetônica no Recife:** arte, técnica e arquitetura, de 1920 a 1950. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NEVES, André Lemoine. **A Igreja do Corpo Santo do Recife.** Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011.

PORTES, Bruce Souza. **Barroco, queijo e goiabada: a construção conceitual e um barroco mineiro** (Affonso Ávila e a revista Barroco - 1969 a 2000). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del-Rei, 2016.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil, igreja católica, identidade nacional: práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1968)**. Campinas: UNICAMP, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil, 1920-1970**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

SILVA, Lizabethli Petronio da. **O Colégio Manuel da Nóbrega: o papel da educação jesuíta nos projetos de restauração católica no Recife (1917-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Severino Vicente da. **A Primeira guerra na Tribuna Religiosa: o nascimento da neo cristandade**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

\_\_\_\_\_. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja Progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SIMIS, Tereza Cristina. **Convento dos Oratorianos de São Filipe Néri: leituras arqueológicas de um convento que virou shopping em Recife-PE**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

## Documentação e legislação

BRASIL. Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em 13 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.738, de 14 de novembro de 1907**. Approva os estudos definitivos para os melhoramentos do porto do Recife, Estado de Pernambuco. Rio de Janeiro, 1907. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6738-14-novembro-1907-527672-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 22 mai. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 8.691, de 26 de abril de 1911**. Approva o plano e o orçamento na importancia total de 3.300:862\$, para as obras da abertura da avenida Marquez de Olinda, em prolongamento da ponte Sete de Setembro até o cães projectado do porto

do Recife. Rio de Janeiro, 1911. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8691-26-abril-1911-527969-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 22 mai. 2016.

BRASIL. **Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em 13 nov. 2016.

### Periódicos

ARCHIDIOCESE de Olinda, **Jornal do Recife**, Recife, 18 fev. 1917, p. 2.

ARCHIDIOCESE de Olinda. **Tribuna Religiosa: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda**, Recife, 28 jan. 1911, p. 1.

AUXILIAE a grande obra de piedade e de patriotismo. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 32, 30 jul. 1927, p. 20.

A CRIAÇÃO de um museu de arte sacra. **A Provincia**, Recife, 10 mai. 1929, p. 3.

A DEFESA do nosso patrimonio artístico – O apoio que o clero pernambucano tem dado á acção da Inspectoria Estadual de Monumentos nesse sentido. **A Provincia**, Recife, 08 jul. 1930, p. 3.

A EGREJA da Madre de Deus. **Diario de Pernambuco**, Recife, 11 nov. 1928, p. 1.

A FALÊNCIA duma útil instituição. **Jornal Pequeno**, Recife, 19 ago. 1930, p. 1.

A IGREJA do Corpo Santo. **Jornal do Recife**, Recife, 28 out. 1910, p. 2.

A IMPOSIÇÃO do Pallio. **Tribuna Religiosa: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda**, Recife, 23 mar. 1912, p. 2.

A LICÇÃO do sr. Arcebispo. **Jornal do Recife**, Recife, 07 jul. 1929, p. 1.

A PROJECTADA reforma da Igreja da Soledade. **A Provincia**, Recife, 15 ago. 1930, p. 2.

A RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre de Deus. **Jornal do Recife**, Recife, 1º mai. 1932, p. 1.

A RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre de Deus – o parecer da comissão que examinou o projecto, aprova o com algumas modificações. **A Provincia**, Recife, 9 mai. 1930, p. 3.

A REUNIÃO semanal do Instituto Archeologico. **Diario de Pernambuco**, 11 de agosto de 1940, p. 5.

ARTE Sacra. **Diario de Pernambuco**, Recife, 11 mai. 1929, p. 4.

A CATHEDRAL de Olinda. **Jornal do Recife**, Recife, 24 ago. 1919, p. 1.

A NOVA Concathedral de Olinda e Recife. **Jornal Pequeno**, Recife, 14 jun. 1934, p. 1.

A SÉ Cathedral de Olinda. **Jornal Pequeno**, Recife, 22 ago. 1919, p. 3.

A VENDA do palácio da Soledade que vae passar a ser o Collegio Nobrega. **Jornal do Recife**, Recife, 19 fev. 1917, p. 1.

AS AVENIDAS. **Jornal do Recife**, Recife, 26 out. 1910, p. 1.

AS OBRAS da Igreja da Madre de Deus. **Diario de Pernambuco**, Recife, 16 mar. 1930, p. 3.

AUGUSTO, Padre João. A Egreja do Corpo Santo. **Jornal Pequeno**, Recife, 9 set. 1910, p. 1.

AUGUSTO, Padre João. O Corpo Santo e a sua demolição. **Jornal Pequeno**, Recife, 27 set. 1912, p. 1.

BARATTA, Conego Carmo. O 2.º Centenário da Igreja de S. Pedro. **Jornal do Recife**, Recife, 29 jun. 1929, p. 1.

BEZERRA, Andrade. A recatolização dos católicos. **A Tribuna**, Recife, 11 jan. 1933, p. 1.

BRITO, Dom Luís Raimundo da Silva. Carta Pastoral. **A Provincia**, Recife, 20 fev. 1910, p. 1.

CAIU do andaime, faturando a base do craneo. **Diario de Pernambuco**, Recife, 08 jul. 1933, p. 4.

CARNEIRO, Humberto. A restauração da Madre de Deus. **A Provincia**, Recife, 22 mar. 1930, p. 3.

CARNEIRO, Osires. A nossa igreja da Soledade. **A Provincia**, Recife, 12 ago. 1930, p. 2.

CATEDRAL de Olinda. **Almanach de Pernambuco**, Recife, Ano XXII, 1920, p. 290-291.

CATHEDRAL de Olinda. **Jornal do Recife**, Recife, 17 abr. 1910, p. 2.

CATHEDRAL de Olinda. **Jornal do Recife**, Recife, 19 nov. 1912, p. 2.

CATHEDRAL de Olinda. **Tribuna Religiosa: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda**, Recife, 18 out. 1917, p. 1.

CATHEDRAL de Olinda-Recife. **Diario de Pernambuco**, Recife, 8 fev. 1920, p. 4.

- COMMISSÃO Archidiocesana de Arte Sacra. **A Tribuna**, Recife, 9 mai. 1929, p. 1.
- COMMISSÃO Archidiocesana de Arte Sacra. **Boletim Mensal da Archidiocese de Olinda e Recife**. Recife, ano IV, nº 11 e 12, mar/abr. 1929b, p. 191-196.
- CONCEIÇÃO dos Militares. **Jornal do Recife**, Recife, 23 jun. 1925, p. 1.
- CONCEIÇÃO dos Militares. **Jornal do Recife**, Recife, 28 jun. 1925, p. 2.
- CONSELHO Municipal. **Diario de Pernambuco**, Recife, 04 jun. 1929, p. 2.
- EGREJA de São Pedro. **Jornal do Recife**, Recife, 27 jan. 1919, p. 1.
- EGREJA do Corpo Santo. **Diario de Pernambuco**, Recife, 29 mai. 1923, p. 2.
- EM DEFEZA do nosso patrimônio artistico – o projecto determinando sobre remodelações das igrejas, capellas ou altares dos seculos XVII, XVIII e XIX, foi retirado do Concelho. **Jornal Pequeno**, Recife, 13 mai. 1929, p. 1.
- DEFENDENDO o nosso patrimonio artistico – um projecto que nos parece, além de dispensável, inoportuno. **Jornal Pequeno**, Recife, 08 jun. 1929, p. 1.
- D. LUIZ em Olinda. **Tribuna Religiosa: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda**, Recife, 22 jul. 1911, p. 1.
- FERNANDES, Annibal. Arte religiosa em Pernambuco: um atentado que cumpre evitar. **Ilustração Brasileira**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 1, [s.p.], set. 1920a, p. 40.
- \_\_\_\_\_. **Diario de Pernambuco**, Recife, 08 jan. 1920, p. 3. Coluna: De Uns e de Outros.
- \_\_\_\_\_. **Diario de Pernambuco**, Recife, 26 set. 1920b, p. 3. Coluna: De Uns e de Outros.
- \_\_\_\_\_. Iguarassú. **Diario de Pernambuco**. Recife, 11 mai. 1923, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Olinda de ontem e hoje. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 5, jan. 1921, p. 23.
- \_\_\_\_\_. O trabalho que está realizando a Inspetoria de Monumentos em Pernambuco. **A Provincia**. Recife, 06 set. 1930, p. 3.
- FERREIRA, Eduardo de Moraes G. As Avenidas. **Jornal Pequeno**, Recife, 30 mar. 1910, p. 1.
- FREIRE, Adelino Antonio de Luna. Notícia sobre os conventos e igrejas de Olinda. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, Recife, n. 49, abr. 1896, p.79-121.
- FREYRE, Gilberto. 60. **Diario de Pernambuco**. Recife, 8 jun. 1924, p. 3.

IGREJA da Madre de Deus. **Boletim Mensal da Archidiocese de Olinda e Recife**. Recife, ano VI, nº 12, dez. 1930, p. 233-236.

IGREJA da Madre de Deus. **Jornal do Recife**, Recife, 13 jun. 1934, p. 1.

IGREJA da Santa Cruz. **Jornal Pequeno**, Recife, 02 mai. 1929, p. 2.

IGREJA do Corpo Santo. **Jornal do Recife**, Recife, 30 out. 1910, p. 1.

INSPECTORIA de Monumentos – A destruição da torre de Malakoff. O local da execução de Frei Caneca – A restauração da Igreja de S. Pedro – Um projecto do sr. Horacio Saldanha no Conselho Municipal. **A Provincia**, Recife, 4 jun. 1929a, p. 2.

INSPECTORIA de Monumentos Nacionaes – O governo do Estado acaba de fazer as nomeações de Inspector e intendente da nova Repartição. **A Provincia**, Recife, 14 fev. 1929b, p. 3.

INSPECTORIA de monumentos – A lapide de Frei Caneca – A Cantaria do Gymnasio de S. Pedro – Visita aos pontos historicos e ás igrejas artisticas do Recife. **A Provincia**, Recife, 06 jun. 1929d, p. 3.

INSPECTORIA Estadual de Monumentos – A conservação do convento de Iguarassú – Goyanna e as suas igrejas. **A Provincia**, Recife, 18 jul. 1929c, p. 4.

INSTITUTO archeologico. **Diario de Pernambuco**, Recife, 24 abr. 1930, p. 3.

INSTITUTO archeologico. **Diario de Pernambuco**, Recife, 24 jul. 1925, p. 3.

LEME, Dom Sebastião. A defesa do patrimonio artistico das igrejas. **Ilustração Brasileira**, ano V, n. 44, abr. 1924, p. 20-21.

\_\_\_\_\_. Obras de arte e documentos historicos. **Tribuna Religiosa**, Recife, 29 abr. 1920, p. 1.

LIMA. J. B. Barbosa. Ancianidades. **Jornal do Recife**, Recife, 14 jan. 1920, p. 1.

MAIA, José Gonçalves. Faculdade de Medicina. **A Provincia**, Recife, 17 nov. 1920, p. 1.

MATRIZ da Boa Vista. **Diario de Pernambuco**, Recife, 6 mai. 1920, p. 2.

MATRIZ da Boa Vista. **Jornal do Recife**, Recife, 25 dez. 1921, p. 4.

MATRIZ do Corpo Santo. **Diario de Pernambuco**, Recife, 30 mai. 1923, p. 2.

MATRIZ do Corpo Santo. **Jornal do Recife**, Recife, 12 jan. 1913, p. 2.

MELO, Mário. A falência duma instituição. **Jornal Pequeno**, Recife, 19 ago. 1930, p. 1.

\_\_\_\_\_. A Madre de Deus e a Cadeia Velha. **Diario de Pernambuco**, Recife, 4 mai. 1930, p. 3.

\_\_\_\_\_. O caso da Conceição dos Militares. **A Provincia**, Recife, 25 jul. 1925, p. 3.

\_\_\_\_\_. Instituto Arqueologico I. **Diario de Pernambuco**, Recife, 29 mai. 1929, p. 5.

MONUMENTO á Immaculada Conceição. **A Provincia**, Recife, 10 dez. 1904, p. 1.

MORAES, Eduardo. Cathedral no Recife. **A Provincia**, Recife, 18 nov. 1920, p. 3.

MOURA, Rheno de. A Matriz do Corpo Santo e a sua demolição. **Jornal Pequeno**, Recife, 26 set. 1912a, p. 2.

\_\_\_\_\_. A Matriz do Corpo Santo e a sua demolição. **Jornal Pequeno**, Recife, 28 set. 1912b, p. 4.

MOVIMENTO grevista. **A Provincia**, Recife, 7 set. 1917, p. 2.

NA CATHEDRAL de Olinda. **Diario de Pernambuco**, Recife, 15 fev. 1910, p. 1.

NUCLEO DE defesa artística. **Diario de Pernambuco**, 20 dez. 1924, p. 1.

OBRAS da Cathedral. **A Provincia**, Recife, 24 jan. 1914, p.1

OBRAS do Porto. **Diario de Pernambuco**, Recife, 16 out. 1910, p. 1.

O 2.º CENTENARIO da fundação da Igreja de S. Pedro. **A Provincia**, Recife, 29 jun. 1929, p. 2.

O ARCEBISPO D. LUIZ. **Almanach de Pernambuco 1912**, Recife, ano XIV, p. 25-27.

O CASO da Conceição dos Militares. **Jornal do Recife**, Recife, 5 ago. 1925, p. 3.

O CASO da Matriz do Corpo Santo. **Diario de Pernambuco**, Recife, 6 jan. 1911, p. 1.

O CÉLEBRE Palacio da Soledade. **A Noite**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1917, p. 4.

O CONVENTO de Sto. Antonio de Iguarassú ameaça ruina – O que resolveu a Inspectoria de Monumentos Nacionaes. **A Provincia**, Recife, 24 mar. 1929, p. 3.

O “JORNAL” entrevista D. Sebastião Leme. **Jornal do Recife**, Recife, 22 ago. 1916, p. 1.

O SINO do Corpo Santo. **Diario de Pernambuco**, Recife, 21 fev. 1931, p. 2.

OS AZULEJOS da Sé de Olinda. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1928, p. 7.

PALACIO Episcopal da soledade. **Almanach de Pernambuco para o anno de 1903**, Recife, Ano V, 1903, p. 113-116.

PALACIO da Soledade. **Tribuna Religiosa: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda**, Recife, 15 mar. 1917, p. 2

PELO NOSSO patrimonio artistico. **Jornal do Recife**, Recife, 19 jul. 1925, p. 2.

PEDROSA, Cônego Alfredo Xavier. A Velha Sé de Olinda. **Maria: revista das congregações marianas**, ano 26, n. 301, dez. 1938, p. 249.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Matriz da Bôa-Vista. **Almanach de Pernambuco**, Recife, Ano XII, 1910. p. 121-123.

REMODELAÇÃO das velhas igrejas. **A Provincia**, Recife, 06 ago. 1930, p. 3.

RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre de Deus. **Jornal do Recife**, Recife, 17 out. 1928, p. 1.

RESTAURAÇÃO da Igreja de São Gonçalo. **A Provincia**, Recife, 17 out. 1929, p. 2.

SALVEMOS a maior reliquia nacional. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 32, 30 jul. 1927, p. 21.

SAMPAIO, Maria E. da Cunha. **A Matriz do Corpo Santo e a sua demolição**. **Jornal Pequeno**, Recife, 28 set. 1912, p. 3.

TEVES, Frei Mathias. A restauração da igreja da Madre de Deus – um officio de frei Mathias Theves da commissão de arte sacra. **A Provincia**, Recife, 23 mar. 1930, p.3.

UMA INICIATIVA oportuna. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 11 set. 1928, p. 3.

VÁRIAS. **Diario de Pernambuco**, Recife, 8 set. 1910, p. 1.

VÁRIAS, **Diario de Pernambuco**, Recife, 4 jun. 1929, p. 3.

VALVERDE, Dom Miguel. Varias. **Diario de Pernambuco**, Recife, 9 ago. 1925, p. 3.

## ANEXOS

### ANEXO A – Carta Pastoral de 20 de fevereiro de 1910

#### Carta Pastoral

AO EXMO. CABIDO, CLERO E FIEIS DESTA NOSSA DIOCESE.

--Paz e benção no Senhor. —

Na velha e legendaria cidade de Olinda, que a seus pés recebe a homenagem do Oceano, que os vem beijar, no alto do seu premonitorio, donde se contemplam bellezas, que a tela não pode reproduzir, com olhar pressago adivinhando as grandezas que a Providencia prepara para enriquecer a Veneza Americana que, lhe sendo filha, hade sempre amal-a e reverencial-a, ergue-se a antiga igreja do Salvador, testemunha dos prodígios dos prodígios que emolduram a nascente capitania, e coroaram de gloria os valentes heroes que conquistaram para si o legitimo titulo de Leões do Norte.

Dentro de suas vetustas paredes ouviram-se os mais pungentes gemidos da pátria oprimida, como, como echoavam em suas abobadas as notas melodiosas dos hymnos e acções de graças pelas glorias conquistadas.

Alli assentou-se o primeiro throno episcopal, e de sua eminencia, do fulgor de sua mitra episcopal, Pastores por todos os titulos venerados ergueram as mãos ungidas para abençoar esse povo de heróes.

Dentro dessa cathedral estavam os laços que uniam em um só rebanho a vasta região do Piauhy ao S. Francisco, hoje constituindo cinco igrejas irmãs, oriundas todas do seio fecundo da igreja olindense.

Quem viajar hoje por esses logares privilegiados, admirando a graciosa sinuosidade, que o mar forma em contornos os mais gratiosos, vendo a outr'ora abandonada Olinda hoje, como a Phenix da fabula, renascendo de suas cinzas, há-de parar entristecido ao deparar, no cimo do monte, como um ninho de águia deserto, a vetusta Sé de Olinda, como velha matrona, outr'ora refulgente de gloria e riquezas, hoje escondendo em seu merencorio silencio os andrajos que mal lhe cobrem a nudez!!

E' triste, veneraveis irmãos e filhos muito amados, o quadro que não hemos mister de vos pintar, pois todos com dor o contemplamos!!

Poucos são os veneraveis sacerdotes, que ainda compõem o Cabido de Olinda, e por admirável esforço de zelo e apego filiaes assentam-se sob as velhas arcadas, não deixando silencioso o templo do Deus vivo, cercado o seu Prelado de sua solitudine e conselhos!

Porque? Nos perguntareis.

Porque? Nos perguntaremos por nossa vez...

Não indagaremos a causa, encaremos somente o facto e procuremos dar-lhe o remedio.

Um dos nossos primeiros desejos, só que agora procuramos realizar, foi erguer de seu abatimento a Igreja Cathedral de Olinda, e esperamos em Deus, confiado no zelo dos sacerdotes e no amor e generosidade de nossos filhos, levar a termo.

Aqui estamos pois em vossa presença... Não vos envergonha estender-vos a mão, pedindo-vos uma esmola para guardar, conservar e vestir nossa Mãe commum.

O concurso de todos tornará leve o pesado encargo.

Nossos hombros já demasiado carregados com o trabalho pastoral, nosso braço já proximo a tremer pelo frio da velhice, ainda não se recusaram a mais esse serviço necessario.

Iremos pois, de porta em porta, e temos confiança que vossa nunca desmentida generosidade não se negará á suplica do nosso velho bispo.

Mandaremos, onde não pudermos ir, emissário de nossa confiança com carta contendo o nosso pedido.

Qualquer esmola será recebida por amor de Deus.

O nosso commercio, de generosidade proverbial, que já uma vez nos fez admirar quão dadivoso é, auxiliando-nos no levantamento do monumento á Immaculada Virgem, que todos os annos auxilia os nossos amados filhos das Conferencias de S. Vicente a exhibir no Bazar dos Pobres a mais bela obra de caridade, bem quiséramos poupal-o... entregamos-lhe porém a nossa idéa, e ele que faça o que quiser e puder.

Esta nossa carta será publicada e lida na Cathedral e em todas as matrizes, conventos e capelas á estação da missa em três dias de preceito, para que os nossos filhos do interior, conhecedores da nossa necessidade, venham em nosso auxilio.

Oremos, pois, veneráveis irmãos e filhos muito amados para que Deus tome como sua a nossa obra, e esperemos.

A todos vós enviamos a benção do intimo de nossa alma.

Dada nesta cidade do Recife, aos 18 de feveiro )Festa da lança e dos carvos que transpassaram o corpo do Salvador) de 1910.

Luiz, bispo de Olinda.

**Fonte:** BRITO, Dom Luís Raimundo da Silva. Carta Pastoral. **A Provincia**, Recife, 20 fev. 1910.

## ANEXO B – Circular n° 7

### CIRCULAR N. 7

Ao rvdm. clero e corporações religiosas

Desde que cheguei a Pernambuco, reiteradas solicitações tenho recebido de agentes comerciais e outras pessoas para ceder objectos antigos de algumas igrejas da Archidiocese.

Desnecessario se me afigura dizer que nada conseguiram do governo diocesano.

Constando-me, porém, que a diversas igrejas e irmandades, têm chegado ultimamente idênticas propostas, julgo acertado publicar esta carta circular em que, chamando a atenção para algumas prescrições canonicas tomo outras providencias sobre o assumpto.

**I – Bens preciosos.** E' a classificação que dá o o Codigo Canonico aos objectos de igrejas notaveis por valor intrinseco, artistico ou de antiguidade.

Prohibem os cânones 1497 e 1532 que sejam alienados, sem previa licença da Santa Sé Apostolica.

Na difficuldade pratica de bem se discernirem as cousas attingidas por tão grave proibição, declaro que os rvdms srs. vigarios e outros administradores de bens, pertencentes ás parochias, igrejas, capelas, irmandades e quaesquer entidades ecclesiasticas não poderão alienar estatuas, imagens, quadros, azulejos, moveis, alfaias ou quaesquer outeos objectos sem licença escripta da autoridade archidiocesana, a qual só resolverá depois de ouvir a comissão de obras de arte.

**II – Imagens artisticas tradicionais.** Não poderão ser alienadas, estatuas o Codigo Canonico, nem remodeladas, nem mesmo transferidas de logar, sem autorização escripta dos poderes ecclesiasticos.

A transferencia “in perpetuum” só poderá ser permittida pela Santa Sé. Para as remodelações basta a licença do Bispo, ao qual impõe o Codigo obrigação de ouvir os entendidos na materia.

Por serem claras essas prescrições dos canones 1280 e 1281, deixo de commenta-las.

**III – Altares, alfaias e outros objectos.** No titulo XIV, cap. I, n. 879, estabelece o Concilio Plenario da America Latina que: “Os reitores de igrejas não removam de seus lugares lugares, nem reformem as estatutas, imagens e outras cousas semelhantes, sem licença do Bispo”.

E' evidente que a prohibição se estende a outros objectos, ainda mesmo que não estejam explicitamente contemplados na lei. Assim é que, firmados no mesmo Concilio, os srs. Bispos brasileiros, na Pastoral Collectiva de Friburgo n. 795, determinam que “Sem audiencia Nossa e licença por escripto, é prohibido aos parochos e mais reitores de igrejas ou capellas mudar a invocação de altares ou igrejas, deslocar imagens inutilizar ou modificar paramentos antigos, pintar ou substituir altares artisticos, modificar ou reformar quaesquer vasos, alfaias ou objectos de arte e, em geral, tudo aquilo que por antiguidade ou tradição se deva conservar”.

Não se objecte que, sendo conhecedor do assumpto o sacerdote ou encarregado de zelar a igreja, desnecessario se torna o recurso do bispo. Mesmo na hypothese em que os administradores das igrejas tenham singular competencia em bellas artes e arqueologia, é lhe vedado qualquer empreendimento de obras desse

genero, sem autorização do bispo. Assim o prescreve o Concilio Plenario L. Americano.

E' o único meio, presente ao nosso alcance para zelarmos o patrimonio artistico de nossas igrejas. Mais tarde, quando organizado o inventario de todas as obras e documentos de valor existentes na archidiocese, poderá ser attenuada, em sua amplitude, a actual prohibição.

**IV – Construcção e reconstrucção de igrejas.** Manda o Codigo Canonico que as igrejas “sejam construidas segundo as normas da tradição christã e ad arte sacra, de accordo com o parecer dos entendidos”. (Canon 1164).

Nenhuma igreja, decreta o Concilio Plenario Latino Americano, pode ser ampliada ou reconstruida, sem que á aprovação do bispo seja apresentada a “planta” das obras que vao ser executadas. Conc. P. L. A. tit. XIV, c. 789.

Em se tratando de obras de pouca monta bastará seja apresentado á cúria metropolitana em ligeiro traço das mesmas.

No officio em que for solicitada a aprovação episcopal para o plano da sobras, venham especificados os motivos que o determinem a preferencia desse plano a outro qualquer.

**V – Livros e documentos.** Chamamos a atencção para as prescrições do Codigo Canonico, 383, 384 e 470, do Concilio Plenario da America Latina n. 265 e da Pastoral Collectiva, de Friburgo, 1190 e seguintes, 1629 e seguintes.

“Os parochos terão todos os livros em boa guarda, bem encadernados e conservados om muito asseio e limpeza e não consumirão nenhum, embora esteja demasiadamente velho ou carcomido de traça ou acção de tempo”.

Nessas palavras da Pastoral Collectiva estão cifrados os nossos deveres com respeito á conservação dos livros e documentos.

**V – Inventario de todos bens objectos, livros e documentos.** Determina a Pastoral Collectiva que todos os parochos façam um inventario completo e minucioso de todos e cada um dos bens ou objectos, titulos ou direitos pertencentes ás suas parochias e igrejas.

Desse inventario uma copia exacta deve ser enviada á Camara Ecclesiastica, ficando o original no archivo parochial e transcripto no livro do tombo. Nenhum parochos poderá deixar a parochia sem entregal-a pessoalmente ao seu successor ou ao respectivo vigario foraneo, os quaes receberão, mediante inventario lavrado no livro do tombo perante suas testemunhas, o archivo parochial, todos os paramentos, alfaias e mais objectos confiados á guarda do demissionario. Caso se encontrem faltas de objectos titulos ou livros, seja lavrado um termo de responsabilidade, cuja copia será transmittida á Autoridade Diocesana.

Lembrando essas prescrições da Pastoral Collectiva, ns. 1186 e seguintes, queremos que sejam fielmente observadas.

Em qualquer occasião de transferencia ou remoção, declaramos sem effeito a provisão do novo vigario ficando ele, portanto “ipso facto” sem jurisdicção, si não fôr observada a formalidade de supra, perante duas testemunhas.

Caso o antecessor não tenha esperado o novo vigario ou vigario foraneo para lhe fazer a entrega dos livros e bens da parochia e igrejas confiadas á sua guarda, o novo vigario lavre termo no livro de tombo e imediatamente o communique, por escripto á Autoridade Diocesana; si não o fizer, fica, “ipso facto”, sem effeito a sua provisão, “ut supra”, Dessas formalidades e sua sancção só ficam dispensados os que apresentarem dispensa por escripto do arcebispo.

Lembren-se os novos parochos que do archivo devem fazer parte o livro do tombo, escripturado até a referencia ao acto episcopal que dispensou o antecessor e

os livros de baptizados e casamentos escripturados até o ultimo dia da administração que finda.

De qualquer falta nesse genero será lavrado termo de responsabilidade e o mais, como acima, inclusive a communicacão escripta á Curia Metropolitana. Só assim este poderá evitar que, ficando sem guarda autorizado, desapareçam objectos, livros e documentos, por occasião da mudança de vigarios.

Veja-se o Codigo Canonico 470, 473, 2406 etc.

VI – Para facilitar a execucao de quanto temos determinado, fica instituido na Archidiocese uma “Commissão de Obras de Arte” com as seguintes atribuicoes:

- 1 – Formar uma “Commissão Technica” de engenheiros e outros homens competentes, a cujas luzes possa appellar no desempenho de sua missao.
- 2 – Dar os pareceres de que trata esta carta circular.
- 3 – Organizar um inventario ou catalogo de todos os documentos e cousas de arte, archeologia e historia, confiadas á guarda do clero e corporações religiosas. Esse inventario será feito de parochia em parochia, a começar pela Cathedral, abrangendo as igrejas, capellas, irmandades e outras instituicoes ecclesiasticas.
- 4 – Zelar vigiando, unindo, esclarecendo, envidando, enfim, todo esforço – zelar a conservacão dos documentos e bens ecclesiasticos de valor artistico ou historico.
- 5 Promover a creacão de um museu diocesano para serem guardados os objectos por accaso dispersos ou mal guardados.

VII – Para despertar no claro maior apreço das nossas preciosidades artisticas e archeologicas, fica estabelecida no Seminario de Olinda uma cadeira de Archeologia e Bellas Artes.

Esse breve curso de bellas artes dará tambem os futuros sacerdotes os meios para não ficarem jungidos mais tarde, á incompetencia de não poucos constructores.

Serão ministradas noção exactas sobre a arte e belleza artistica insistindo-se de preferencia na Arte Christã, quer em architectura, como em Esculptura e Pintura, não só na parte theorica artistica, como na historica.

Serão dadas noções de Symbologia Christã, Iconologia Sagrada, Mobiliario, Indumentaria, etc. não sendo esquecida a Archeologia Litteraria, para que alguma cousa fiquem os sacerdotes sabendo de Paleographia, Epigraphia, Bibliologia, Numismatica, etc.

Comquanto elementar, esse estudo ha de produzir beneficos resultados, fomentando o amor ás cousas de arte que nos legaram os antepassados e o cuidado com que havemos de zelar a sua conservacão.

Ahi ficam as providencias que nos parecem mais opportunas no sentido de salvaguardar o deposito artistico das nossas igrejas.

Não se trata de assumpto de menos importancia.

Além das leis canonicas que lembramos, poderiamos appellar para o exemplo dos Papas, os ques, apezar de suas innumeradas preocupações, não se descuidaram em tempo algum das cousas de arte.

No mesmo sentido desta circular, temos um sabio “Motu Proprio” de Sixto V, diversos actos das Congregações Romanas e um valioso documento de Pio X que, por intermedio da Secretaria de Estado, dictou normas aos bispos da Italia (Carta do Card. Merry Del Val, a 12 de Dezembro de 1907.

Trata-se de pôr a salvo verdadeiros thesouros de arte e historia, que interessam á Igreja e á Patria, bem como a Sciencia e ás Artes, sendo, portanto, da nossa honra a sua esmerada conservação.

Que se não se possa dizer de nos o que de sua terra escreveu o douto Padre F. Naval membro da Real Academia de Historia e da A. Artístico-Archeologica de Barcelona: E' deveras para lamentar que por simples descaso se tenham alterado muitos edificios e objectos artisticos e archeologicos; outros, com mau gosto, foram mutilados e a bem capricho transformados; não poucos foram parar a mão extranha, vendidos por infimo preço e sem as licenças devidas.

Recife, 19 de Março de 1920.

Sebastião

Arcebispo de Olinda e Recife

**Fonte:** LEME, Dome Sebastião. Obras de arte e documentos historicos. **Tribuna Religiosa**, Recife, 29 abr. 1920, p. 1.

## **ANEXO C – Circular de criação da Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra**

Queremos Nós de alguma providencia para a conservação, tutela e incremento da Arte Sacra nesta nossa Archidiocese de Olinda e Recife, pareceu-nos bem converter a actual Commissão de Arte Sacra em Commissão Archidiocesana de Arte Sacra com a faculdade de criar em todas as parochias commissões locais e, quando não seja isto possível, nomear representante seu, que será preferentemente o o revmo. Vigario.

1. – Fica, pois, instituída nesta cidade do Recife a Commissão Central Archidiocesana de Arte Sacra.

Esta Commissão procurará:

- a) promover a bôa conservação das obras de arte sacra e religiosa (edifícios, objetos, etc.,) pertencentes ao patrimônio ecclesiastico.
- b) impedir que nas edificações novas, nas ampliações, decorações, restaurações, etc., algo de insolito e contrario aos conceitos da Arte Sacra venha torna-las menos dignas das funções litúrgicas que se destinam.

2. – Para prover convenientemente á tutela e bôa conservação do patrimonio de arte antiga a Commissão organizará inventarios exactos de todas as ousas immoveis e moveis de interesse artistico, pertencentes ao patrimônio ecclesiastico.

3. – Eis algumas normas, tiradas das **Disposizioni Pontificie in matéria d'arte sacre**, para servirem de base na compilação dos elencos e inventarios:

### **CATEGORIA A – Edifícios**

Natureza do edificio – titulo ou denominação – localidade – dimensões e orientação – material de construcção.

Estado de conservação – prováveis causas de deterioração – estilo, datas certas ou aproximadas – destinação, uso – estato juridico.

Noticias historicas – noticias integrantes.

Bibliographia – photographias – incisões.

### **CATEGORIA B – Obras d'arte**

(Pinturas, esculpturas, terras-cottas, mármore pedras, metaes, madeiras entalhadas, estuques, vitraes, couros e qualquer outra obra d'arte que se possa classificar nesta categoria).

Natureza do objecto descripto – assumpto ou denominação – logar em que está collocado ou guardado – dimensões – Materia.

Estado de conservação – provaveis causas de deterioração – estilos, datas certas ou aproximadas – destinação, uso, - estato juridico.

Noticias historicas – noticias integrantes.

Bibliographia – photographias e incisões.

### **CATEGORIA C – Vasos sagrados, alfais, tecidos, etc.**

(Calices, pixides, ostensórios, instrumentos da paz, diademas, cruces insígnias e lampiões processionaes, caldeirinhas e aspensorios, thuribulos, baculos pastoraes, formaes, anéis, jarros, bacias e bandejas, urnas e nichos, cruces e candelabros de altar, sacras, estantes, lampadas e lampadarios, paramentos pontificaes e sacerdotaes, pallios, bandeiras e estandartes, adornos, recamos e rendas, etc.)

Natureza do descripto – denominação se tem – logar em que está collocado ou guardado – dimensões, materia.

Estado de conservação – prováveis causas de deterioração – estilos, datas certas ou aproximadas – destinação, uso – estato juridico.

Noticias historicas – noticias integrantes

Bibliographias – photographias – incisões.

Duas outras Categorias, abrangendo primeira – os mecanismos, instrumentos etc., como sejam: orgam, carrilhões, relgios de torre etc., e a segunda – as miniaturas, desenhos etc., como sejam: códices e livros litúrgicos, aguas-fortes, encadernações artísticas etc., poderiam ser destacados aqui. Sendo, porém, raros esses objetos entre nós, se algum houver, poderá ser classificado na categoria B.

4. – E' conveniente que as cedulas, compiladas de accordo com os modelos que vão publicados em appendice sejam redigidos em dúplice copia, das quaes uma ficará em poder da Commissão Central e a outra será remettida ao Archivo do Arcebispado.

5. – Qualquer cousa, dentre as contempladas nas Categorias "supra", que venha a ser descoberta, achada ou adequerida por Entidade de direito ecclesiastico, deverá ser immediatamente notificada á Commissão Central.

6. – A Commissão Central proverá oportunamente a formação de um Museu Archidiocesano, onde fiquem bem guardadas e convenientemente conservadas as melhores cousas inventariadas, que já estejam fora do uso

7. – Para a bôa conservação das obras d'arte antiga, imoveis e moveis, a Commissão dará instrucções, conselhos, pela imprensa, e expedirá directivas e normas que se devam seguir no tocante á arte sacra moderna, tudo de accordo com as Disposições Pontificias em materia de Arte Sacra, edição official em 1925, Roma.

8. – Continua em pleno vigor a Circular n. 7 de 19 de março de 1920 em tudo quanto não contraria este nosso Acto.

Palacio de São José do Manguinho, 19 de março de 1929.

L † S.

† MIGUEL, Arc. E OI. Recife

MODELO N. 1

IGREJAS E EDIFICOS ECCLESIASTICOS

Commissão Central Archidiocesana de Arte Sacra de OI. Recife

Data

**1. - Natureza do edificio**

(Igreja, oratório, baptisterio, cemiterio, edicula votiva, paço episcopal, casa parochial, seminario, mosteiro, etc. Indicar se tem campanario, cupola, pórtico, claustro, torre, etc.)

**2. - Titulo antigo e titulo moderno**

(Se igreja etc.)

**Denominação antiga e moderna**

(Se outro edificio).

**3. - Localidade**

(rua, praça – nomes antigos e nomes actuaes).

**4. - Dimensões e orientação.**

(Medidas maxima e minima da altura e da planta – Orientação da fachada da igreja ou do edificio).

**5. - Material de construção.**

(Muros, arcos ou forros, tectos, cupolas, pavimentos, portas, janelas etc.)

**6. - Estado de conservação**

(Bom, mau, pessimo).

**7. - Provaveis causas de deterioração**

(Humidade, chuva, protecção insufficiente).

**8. - Estilos, datas certas ou aproximadas.**

**9. - Destinação, uso.**

**10. - Estado juridico.**

(Para administradores).

N. B. Para os effeitos do Canon 1522 proceda-se sempre na forma pelo memso Canon indicada.

**11. - Noticias historicas geraes**

(Tiradas de inscrições, estemas, insignas, documentos, tradições, etc.)

**12 – Noticias integrantes.**

Principaes solennidades e procissões – systema de ornamentação, de illuminação, de para-raios etc.)

**13. – Publicações, photographias, incisões.**

(Com os seus mais importantes caracteristicos)

Quando o espaço de qualquer das secções supra mencionadas não fôr sufficiente, junte-seoutra folha comum, do mesmo formato, marcando-a com o numero da secção a que corresponde.

**MODELO N. 2**

Inventario das Obras d'arte – vasos sagrados, alfaias, tecidos etc. Machinismos, instrumentos – Miniaturas, desenhos etc.

Commissão Central Archidiocesana de Arte Sacra de Ol. Recife

Igreja ou edificio em que se encontra o objeto descripto.

Categoria a que pertence o objeto.

Data

1. - **Natureza do objeto.**
2. - **Assumpto ou titulo ou denominação eventual.**
3. - **Collocação ou logar em que está guardado.**
4. - **Dimensões.**  
(Bem precisas e detalhadas: iNdique-se tambem o peso, s for caso disso.)
5. - **Materia.**
6. - **Estado de conservação.**  
(Bom, mau, pessimo).
7. - **Provaveis causas de deterioração.**  
(Humidade, chuva, luz excessiva, correntes de ar, negligente, protecção insufficiente etc.)
8. - **Estilos, datas certas ou aproximadas.**
9. **Destinação, uso.**
10. - **Estado juridico.**  
(Patrono, administradores, etc.)
11. - **Noticias historicas geraes.**
12. - **Noticias integrantes.**
13. - **Publicações, photographias, incisões).**

Quando o espaço de qualquer das secções supra mencionadas não fôr sufficiente, junte-se outra folha commum, do mesmo formato, marcando-a com o numero da secção a que corresponde.

Fonte: COMMISSÃO Archidiocesana de Arte Sacra. **Boletim Mensal da Archidiocese de Olinda e Recife.** Recife, ano IV, nº 11 e 12, mar/abr. 1929b, p. 191-196.